

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 714

3 de Setembro de 1987

Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português - Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX - Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 - Composição e impressão - Heska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Notas do PCP

1. O Programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.

2. Com efeito, o Governo no seu programa propõe acelerar o processo contra-revolucionário, nomeadamente nas seguintes direcções fundamentais:

- Destruir o Sector Empresarial do Estado, incluindo a quase totalidade do sector público da comunicação social através da entrega das empresas públicas ao grande capital;
- Liquidar a Reforma Agrária, atentar contra os direitos dos rendeiros e pequenos agricultores e retirar os baldios aos povos;
- Intensificar a exploração dos trabalhadores e restringir gravemente os seus direitos;
- Limitar drasticamente a responsabilidade do Estado nos campos da saúde e da segurança social, visando o seu desmantelamento e privatização;
- Alterar todas as leis eleitorais com o objectivo de perpetuar o PSD no Poder;
- Incentivar a subordinação da economia nacional ao capital e interesses estrangeiros;
- Aggravar a dependência do País em relação à CEE, à NATO e ao imperialismo americano no plano político, económico, diplomático e militar;

• Afrontar e violar a Constituição e preparar uma revisão que significaria na prática a sua revogação.

3. O programa do Governo significa, pois, um grande atentado contra o regime democrático consagrado na Constituição da República visando a reconstituição do capitalismo monopolista de Estado, com perigosas limitações das liberdades e direitos democráticos dos cidadãos.

4. O PCP condena e opõe-se frontalmente a tal política e alerta todas as forças democráticas e os trabalhadores para a necessidade de lhe dar combate e reforçar a sua unidade com vista à salvaguarda do regime democrático.

É de acordo com esta posição que o Grupo Parlamentar do PCP está a intervir no presente debate na Assembleia da República.

5. Nos termos da Constituição e do Regulamento da Assembleia da República, desde que o Governo não apresente um voto de confiança, não haverá lugar a qualquer votação pela qual se exprima a desaprovação do Programa do Governo, a não ser através de uma moção de rejeição.

Consequentemente, nestas condições, o Secretariado do Comité Central do PCP decide que o Grupo Parlamentar do PCP apresente uma moção de rejeição ao Programa do Governo.

28 de Agosto de 1987
O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

1. Em declarações produzidas em entrevista ao programa «Face a Face» da RTP em 27 de Agosto, o comissário português na CEE, Cardoso e Cunha afirmou que «de certo modo pretendemos fazer na Europa aquilo que os Estados Unidos fizeram há duzentos anos», preconizou a transferência para a CEE das competências do Estado português, incluindo em matéria de defesa e política externa, afirmando que o objectivo da CEE era «uma união política como a que existe entre os estados americanos» (...) «mantendo todas as virtualidades e individualidades que separam um texano de um homem de Massachusetts».

2. O PCP não pode deixar de apresentar um protesto veemente contra a

proclamação deste propósito de contestar e comprometer a existência em Portugal de um Estado soberano e independente por parte de um alto responsável da CEE, designado para as suas funções pelo anterior Governo Cavaco Silva e militante destacado do PSD.

Ao mesmo tempo que chama a atenção da opinião pública para a gravidade de tais declarações, que têm entre outros antecedentes, a inscrição no Movimento Federalista Europeu de vários deputados portugueses ao Parlamento Europeu. O PCP sublinha a indispensabilidade da unidade de todos os democratas e patriotas em defesa da soberania, da independência e dos interesses nacionais.

28 de Agosto de 1987
A SIP do PCP

Sindicato dos mineiros da África do Sul considera vitoriosa a greve de três semanas

Pág. 8 / Semana

Setembro: o Partido ao trabalho!

Pág. 1 e 2 / Semana

Em Foco

DEPUTADOS COMUNISTAS DENUNCIAM PROGRAMA DO GOVERNO

«O Programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Da nota do Secretariado do CC do PCP de 28 Agosto 87



«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

A opção pelo mundo contra o mundo

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Enfudamento à CEE compromete desenvolvimento agro-alimentar

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Condição insustentável

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

O povo saberá defender Abril e as suas conquistas

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Retorno histórico

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Interesses restritos de grupo conduzem a maior injustiça social

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

«Programa subverte o regime»

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

«Gigantesca operação de espoliação de património público»

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

«Salve-se quem puder»

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

«Fizemos e fizemos a custo»

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Condição insustentável

«O programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

O Programa deles e o nosso!

Como não podia deixar de ser, a maioria parlamentar do PSD aprovou o Programa do novo Governo Cavaco Silva apresentado e discutido na semana passada.

O debate não trouxe novidades de tomo ao essencial que a leitura do texto em discussão imediatamente revelava. O Primeiro-Ministro e os restantes membros do Executivo que intervieram na Assembleia da República limitaram-se a confirmar os objectivos e intenções contidos no Programa.

A caracterização dos pontos essenciais do Programa feita pelo Secretariado do Comité Central do PCP no dia 28 constitui uma útil sistematização da sucessão de aspectos gravosos do documento: «o Governo no seu Programa — afirma aquele órgão dirigente do PCP — propõe acelerar o processo contra-revolucionário, nomeadamente nas seguintes direcções fundamentais:

«— destruir o sector empresarial do Estado, incluindo a quase totalidade do sector público na Comunicação Social através da entrega das empresas públicas ao grande capital;

«— liquidar a Reforma Agrária, atentar contra os direitos dos rendeiros e pequenos agricultores e retirar os baldios aos povos;

«— intensificar a exploração dos trabalhadores e restringir gravemente os seus direitos;

«— limitar drasticamente a responsabilidade do Estado no campo da Saúde e da Segurança Social visando o seu desmantelamento e privatização;

«— alterar todas as leis eleitorais com o objectivo de perpetuar o PSD no Poder;

«— incentivar a subordinação da economia nacional ao capital e interesses estrangeiros;

«— agravar a dependência do País em relação à CEE, à NATO e ao imperialismo americano no plano político, económico, diplomático e militar;

«— afrontar e violar a Constituição e preparar uma revisão que significaria na prática a sua revogação.»

Um aspecto que, secundário embora, merece referência é o facto de a comunicação social afecta ao Governo e os comentadores da área da direita não terem feito qualquer esforço para sequer matizar a fúria privatizadora que percorre o Programa. Obviamente que seria difícil quando tal objectivo constitui o eixo em torno do qual se move todo o texto, mas a realidade é que este tipo de abordagem acabou a servir para revelar uma coisa e escamotear convenientemente outra.

A direita parece na verdade inteiramente convicta de que anos e anos de uma persistente propaganda contra o Sector Público por ela própria gerido deu os seus frutos e que a privatização surge aos olhos de muitos como uma solução adequada aos problemas da economia nacional gerados por uma década de governação exactamente desta mesma direita. Desencadeada mais recentemente a gigantesca mistificação do «capitalismo popular» para diáfana cobertura da entrega das empresas ao grande capital, as cli-

vagens entre os «comentadores» — a reflectirem efectivas clivagens entre os grupos de interesse servidos pelo Executivo Cavaco Silva — incidem agora sobre a calendarização das medidas, a maior ou menor rapidez com que a anunciada destruição se fará.

Numa altura em que os resultados eleitorais deram evidente conforto parlamentar à direita, não será de esperar a curto prazo o desencadear de graves conflitos entre os contraditórios interesses dos grupos e clientelas capitalistas nacionais e internacionais. Para Cavaco Silva a administração desses conflitos constituirá mesmo uma forma de se situar numa posição de árbitro que consolide a sua posição em termos políticos e a preserve contra ambições que os próprios resultados eleitorais do PSD podem incentivar.

Mas seria igualmente errado ignorar que por detrás dos «conselhos» de uns, das «sugestões» de outros e dos «recados» ainda de outros se perfilam conflitos de interesses hoje atenuados pela perspectiva do agravamento da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista em mais favoráveis condições para a direita, mas que nem por isso deixam de existir e de se manifestar.

Mas se o panorama da comunicação social pôs de facto esta esclarecedora tónica no «privatizar tudo», tal tónica acabou por servir — deliberadamente ou não — para ocultar outros aspectos igualmente gravosos do Programa, nomeadamente dois: por um lado, o conjunto de medidas visando a agricultura e que, de facto, surge no Programa envolto em alguma parcimónia formal; por outro, o anunciado ataque às condições de vida dos trabalhadores, a anunciada política salarial acerca da qual até nem há qualquer parcimónia formal — muito pelo contrário.

Ao comum dos cidadãos portugueses em geral e em particular aos agricultores parece não se ter ainda tornado claro que o Governo Cavaco Silva se propõe de imediato duas medidas bem negativas contra duas conquistas do 25 de Abril sistematicamente ameaçadas pela direita, mas com evidente apoio no mundo rural: a lei do arrendamento e a lei dos baldios.

O Programa do Governo não esclarece preto no branco o que se propõe rever na lei do Arrendamento Rural, mas, conhecendo-se os objectivos dos grandes senhorios que determinam a política do PSD neste campo, não é difícil adivinhar que tal revisão se fará exclusivamente em prejuízo dos rendeiros e em benefício da concentração capitalista da propriedade nos campos, para o que obviamente também irá contribuir a igualmente anunciada revisão da lei do emparcelamento.

Quanto aos baldios, aí não há equívocos: contra uma vontade combativamente manifestada ao longo de décadas e décadas (para não dizer séculos!), o Governo PSD prepara-se para arrancar os baldios aos povos e à administração dos compartes para os transferir para as juntas de freguesia.

A contenção dos salários, o declarado objectivo de fazer de salários baixos o eixo da política de capitalização das empresas e de atracção do capital estrangeiro é exposta no Programa do Governo com linear clareza. O último número do «Avante!» sublinhou-o e as intervenções dos deputados comunistas no Parlamento igualmente puseram a tónica nesse aspecto.

A CGTP-IN também tornou já público que, para o mundo do trabalho, não podem restar quaisquer dúvidas sobre os objectivos da política que se anuncia.

O Governo não ignora que será aqui que a luta será mais aguda e desde já prepara instrumentos que lhe permitam, a ele e ao grande patronato, enfrentar o protesto dos trabalhadores: a revisão da legislação laboral, nomeadamente com a liberalização dos despedimentos que irá agravar a situação de repressão e intimidação nas empresas, e a revisão da legislação sobre associações sindicais.

Não oferece também lugar a dúvidas que a revisão constitucional é um problema que se coloca à direita. O verdadeiro plano subversivo contido no Programa do Governo não se detém face aos ditames constitucionais, à semelhança do que tem sido uma constante de toda a política da direita nos últimos anos, mas é evidente que Cavaco Silva pretende levar a ofensiva às últimas consequências, levar às últimas consequências a destruição do Portugal de Abril e concretizar uma revisão constitucional que corresponda — como afirma a análise do PCP — a uma verdadeira revogação.

Aqui, como repetidamente e por todos tem sido afirmado, cabe particular responsabilidade ao Partido Socialista, sem cujos votos nenhuma revisão será possível.

Há que não dramatizar, mas o comportamento do PS durante a discussão do Programa de Governo e em especial na votação das moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo próprio PS não é de molde a deixar de inspirar preocupações.

Como se sabe, foram apresentadas duas moções de rejeição no final do debate parlamentar, uma vez que o Governo não apresentou uma moção de confiança pelo que, sem aquela iniciativa da oposição, não haveria sequer votação.

A iniciativa do PCP e do PS permitia assim deixar claro que, independentemente da maioria de que dispõe, o Governo conta no Parlamento com a efectiva oposição dos partidos democráticos.

Como se sabe ainda, os deputados do PCP, da Intervenção Democrática e do partido «Os Verdes» votaram as duas moções; os deputados socialistas votaram a própria e abstiveram-se na apresentada pelo PCP.

O comportamento é obviamente tão infeliz como revelador. Tudo indica, na própria lógica da apresentação das moções de rejeição que, no respeito pela autonomia de cada partido (por isso se justificariam duas moções), haveria que tornar claro que, pesem embora as diferenças

Resumo

26 Quarta-feira

O XI Governo Constitucional chefiado por Cavaco Silva apresenta na Assembleia da República o seu programa de destruição do regime democrático consagrado na Constituição da República. ■ A Região Autónoma dos Açores assina com o Comando do destacamento norte-americano nas Lajes o contrato para o pagamento da «ajuda» prestada em 1980 aquando do terramoto que assolou aquela região. ■ As mais de 9 mil pessoas que habitualmente recebiam tratamento no Centro de Saúde de Benfica, na rua Rodrigues Miguéis, vêm-se privadas dos seus serviços devido ao encerramento, ordenado pelo Ministério da Saúde, daquele Centro. ■ Helmut Kohl, chanceler alemão federal, afirma em Bona que o seu país dispõe-se a desmantelar os mísseis Pershing 1A, eliminando assim um importante obstáculo à assinatura de um acordo sobre a eliminação dos mísseis de médio alcance, entre a URSS e os EUA. ■ Mantém-se num impasse o caso do motim na prisão italiana de Porto Azurro; os amotinados, chefiados pelo neofascista Mario Tuti, mantêm como reféns 22 pessoas e exigem um helicóptero para poderem abandonar a prisão da ilha de Elba. ■ Nas Filipinas no decurso de uma greve geral contra o aumento do preço dos combustíveis, dois trabalhadores são mortos em confrontos com a polícia.

27 Quinta-feira

«O Programa do Governo é um projecto global de subversão das transformações democráticas nos planos cultural, económico, social e político que a Constituição consagra», afirma em comunicado a CGTP-IN. ■ Num estudo do BESCL afirma-se que, entre 1977 e 1985, a banca comercial nacionalizada deu ao Estado 14 milhões de lucros em exercício. Soldados fiéis ao ex-ditador Marcos desencadeiam nas Filipinas uma tentativa de golpe de Estado. ■ José Guterres, um timorense de 25 anos, regressado recentemente de Timor-Leste, fala, perante a Comissão dos Direitos do Homem da ONU, das violações dos direitos humanos cometidas pela Indonésia naquele território ilegalmente ocupado. ■ Na África do Sul a COSATU, Congresso dos Sindicatos da África do Sul, pela voz do seu secretário-geral Jay Naidoo, afirma que 350 dirigentes da central discutiram em reunião «medidas de solidariedade eficazes de forma a pressionar a Câmara das Minas para que aceite as reivindicações» dos mineiros em greve. ■ Para a URSS, a situação do desarmamento mudou no bom sentido depois da decisão da RFA mas segundo Guerassimov, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é necessário que os EUA se pronunciem sobre o destino a dar às ogivas nucleares. ■ O Partido Socialista Unificado da Alemanha da RDA, e o Partido Social Democrata da RFA, afirmam-se em documento conjunto «responsáveis pelo património humanístico da Europa» e declaram-se dispostos a «cultivar esse património, tomar a cargo os interesses dos trabalhadores e trabalhar pela democracia e pelos direitos do homem».

28 Sexta-feira

O programa do Governo de Cavaco Silva é aprovado na AR com os votos do PSD. ■ «Um grande atentado contra o regime democrático consagrado na Constituição da República», é como o Secretariado do CC do PCP caracteriza o Programa do Governo. ■ O governo de Corazon Aquino derrota a tentativa de golpe de estado levada a cabo por militares partidários do ex-ditador Ferdinand Marcos; 55 mortos e cem feridos é o balanço dos confrontos. ■ Em Los Angeles, Ronald Reagan recebe os dirigentes dos «contras» da Nicarágua e promete-lhes todo o apoio até ao estabelecimento de um «cessar-fogo» com o governo sandinista. ■ Aos 81 anos morre o cineasta norte-americano John Huston.

29 Sábado

Em entrevista ao programa «Nem mais nem menos» da Antena Um, o secretário-geral da UGT Torres Couto afirmou a sua convicção de que não vai ser difícil dialogar com este governo. ■ Segundo notícia o semanário «Expresso» na sua edição de hoje, o Governo por iniciativa da ministra da Saúde criou nos hospitais a figura de um novo funcionário, investido de amplos poderes investigatórios e autorizado a entrar armado nos hospitais sem necessidade de qualquer autorização. ■ Rosa Mota torna-se em Roma, durante os Campeonatos Mundiais de Atletismo, campeã mundial da maratona, batendo igualmente o recorde dos campeonatos. ■ Um alto responsável líbio, confirma hoje a retomada na sexta-feira pelas tropas do seu país da faixa fronteiriça de Auzu, recentemente ocupada pelo Tchad, enquanto em Ndjamena o governo do Tchad continua a negar o facto. ssnr.

30 Domingo

Na Régua, o V Encontro das Vindimas denuncia o «avanço das transnacionais na posse do benefício da terra e da introdução de novas tecnologias» e aprova uma carta reivindicativa dos trabalhadores agrícolas do Alto Douro para a próxima vindima. ■ Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, Raul Pica Sinos, «se o hipermercado Continente se instalar em Almada, como está previsto, todos os pequenos comerciantes do distrito ficarão afectados, visto que não podem competir em termos de preços». ■ Em Joanesburgo, Cyril Ramaphosa, secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros anuncia o fim da greve dos mineiros negros sul-africanos e afirma que ela se saldou em uma «vitória para os mineiros». ■ Após uma reunião do «Comité de Crise», o Governo italiano anuncia que rejeita todas as exigências dos amotinados da prisão de Porto Azurro que mantêm sequestradas 21 pessoas. ■ A Força Aérea do Iraque lança um ataque contra o principal terminal petrolífero do Iraão, na ilha de Kharg, pondo fim a um interregno de seis semanas nos ataques contra instalações petrolíferas iranianas. ■

Chama-se Benjamin Johnson, é canadiano de origem jamaica e tem 25 anos o homem que, nos Campeonatos do Mundo de Atletismo, correu os 100 metros em 9,83 segundos, à velocidade de 36,622 quilómetros por hora.

31 Segunda-feira

Segundo notícia o Diário de Notícias na sua edição de hoje a «candonga» já chegou à Bolsa, de tal forma que «o volume negociado no mercado paralelo ultrapassa já as transacções efectuadas naquela praça», sendo de prever que «a breve trecho estaremos confrontados com mercados de valores nacionais a reviver os últimos anos anteriores ao 25 de Abril». ■ Trabalhadores da Tabopan de Amarante entram em greve até ao pagamento dos salários em atraso (mais de 300 mil contos). ■ A SAPEC, empresa de capitais belgas que se dedica à fabricação de adubos químicos, pesticidas, insecticidas, fungicidas e rações para animais lança no rio Sado durante mais de uma hora os seus efluentes. ■ «Os Verdes de Portugal lançaram raízes na terra portuguesa», afirma Maria Santos do Partido Ecologista «Os Verdes», à chegada de Estocolmo, onde participou no 3.º Congresso Internacional Verde que decorreu no passado fim-de-semana. ■ Raul Manglapus, presidente da Comissão do Senado para a defesa e Segurança Nacional das Filipinas declara em Manila que as Câmaras do Congresso Filipino iniciaram investigações conjuntas sobre a eventual participação da CIA na tentativa de golpe militar ainda não completamente controlada.

1 Terça-feira

«O Programa do Governo mostra a intenção do grande patronato da passagem de uma dinâmica de recuperação capitalista para uma dinâmica de restauração monopolista», afirma em Conferência de Imprensa a Comissão Executiva da CGTP-IN. ■ A Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos declara que irá «de imediato accionar todos os mecanismos legais que conduzam ao pedido de inconstitucionalidade» do diploma recente do Governo que instituiu a figura do inspector de Saúde armado. ■ A partir de hoje são necessários 120 meses de descontos para que um trabalhador português possa requerer a pensão de velhice; anteriormente eram exigidos apenas 60 meses. ■ Decorre hoje em todo o mundo a Jornada Internacional de Acção Sindical pela Paz. ■ Jay Naidoo, secretário-geral do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), considera que «o êxito do movimento sindical no ano em curso é a base das nossas futuras vitórias» e Bobby Godsell, representante da maior empresa mineira sul-africana, a Anglo-American Corporation, diz que «agora não temos ilusões no tocante ao poder do Sindicato dos Mineiros, da sua direcção e dos seus membros, assim como acerca da sua prontidão para a luta». ■ Termina o motim na prisão italiana de Porto Azurro com a rendição dos amotinados e a libertação dos 21 reféns. ■ Na Guerra do Golfo, o Iraque prossegue os seus ataques contra «objectivos económicos» do Iraão.

entre elas, as forças da oposição definiam uma comum vontade de se oporem à concretização dos projectos anunciados pelo Governo, o que se manifestaria numa dupla votação conjunta de propostas que comumente os condenavam e rejeitavam.

Assim fizeram os deputados eleitos do PCP, de «Os Verdes», da I.D. — o contrário fez o PS.

A actual direcção dos socialistas parece assim insistir em não compreender uma das evidentes lições dos resultados de 19 de Julho: para a vitória da direita foram decisivas a pública divisão das forças democráticas e a recusa do PS ao entendimento e à convergência de esforços, não apresentando ao eleitorado alternativas credíveis no campo democrático.

As badaladas ilusões de «hegemonização» da esquerda constituem índices preocupantes. Mas igualmente preocupante é esta pública afirmação de falta de vontade para a acção comum.

Não são maiores os aspectos que separam o PCP do PS do que aqueles que separam o PS do PCP. Contudo, o PCP entende que, face à política de direita, é primordial encontrar os caminhos da convergência e quotidianamente o demonstra — como foi o caso da sua votação no Parlamento quanto à moção socialista.

O PS define comportamento diferente. Constitui isto um índice quanto ao suicidário prosseguimento da sua política de entendimentos à direita?

Entretanto, é claro que não é apenas no Parlamento que o PCP dá expressão à sua acção contra a política de direita.

Passado o mês de Agosto e o período de acalmia ditado pelas férias começa a dinamizar-se uma actividade que se desenvolvia em ritmo mais lento.

Como se dá notícias nas páginas deste número do «Avante!», por todo o País se inicia novo período já nestes primeiros dias de Setembro e em que é possível apontar três direcções em que o trabalho mais intensamente se cifra.

Por um lado, o redinamizar da organização no período após as férias e também após o intenso esforço da última campanha eleitoral. Há que refazer ligações, pôr contactos em dia, normalizar a distribuição de imprensa e a vida regular dos organismos.

Por outro lado, o aprofundamento da situação política com vista às batalhas que se aproximam e que o Programa do Governo claramente anuncia. Reforçar a presença dos comunistas no movimento operário e em todas as frentes de massas é uma necessidade imediata, tal como consolidar os laços criados na última campanha eleitoral, dinamizar a acção dos comunistas nos órgãos do Poder Local, etc.

Finalmente — e como acentua a decisão da última reunião do Comité Central — a preparação do XII Congresso está na ordem do dia. Há que aprofundar também a análise dos problemas que se colocam ao povo português e ao regime democrático, fazer o balanço de anos de intensa luta e intenso trabalho.

Ou seja: com confiança, com determinação — ao trabalho!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º —
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 —
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 —
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B — 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Semana

Avante!

Ano 57 — Série VII

N.º 714

3 de Setembro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente



Setembro chegou, o Partido já cá está!



Chegou Setembro, a época balnear está a dar as últimas, as férias — boas ou más, mais ou menos austeras — já são uma memória arrumada para a maioria dos portugueses. Chegou o tempo de regressar a casa (ou dela sair...) e enfrentar o quotidiano que a todos aguarda no perímetro de velhos e conhecidos trajectos. Nesse perímetro, uma referência central — o posto de trabalho — mesmo quando esse posto de trabalho não existe ou não paga salários, em bizarra contradição com o que diz o novo Governo da velha política cavaquista, a jurar outra vez que tais fenómenos são uma espécie em extinção no nosso País.

De qualquer modo «o trabalho» nunca é uma espécie em extinção, neste ou em qualquer outro povo, e muito menos é para quem, como os comunistas, desde sempre dedica todas as energias na defesa dos interesses desse povo — a que aliás pertence, com quem vive de corpo inteiro, com quem vai, lenta mas seguramente, construindo o futuro e mudando as coisas e o mundo, apesar das euforias episódicas de quem manobra no lado errado da História.

Pois se Setembro chegou, o PCP já cá estava e nele vai continuar, e continuar no estilo que o caracteriza: actuante, dinâmico, lutador, criativo, perseverante. Tratando o trabalho por tu, estudando, planeando, metendo ombros às tarefas, quer se esteja no Minho ou no Algarve, nos Açores ou nas Beiras, na cidade ou no campo.

Vale a pena exemplificar um pouco, para se ter a noção do muito que se prepara para acontecer já este mês em todo o território nacional, vindo das mãos dos comunistas para intervir decididamente no quotidiano de luta que necessariamente se reacenderá em defesa dos direitos dos trabalhadores e do regime democrático, neste tempo de ofensiva reaccionária do Governo de Cavaco Silva, já abertamente ao serviço dos interesses do grande capital e contra o Portugal de Abril.

A primeira nota a dar sobre a actividade do PCP já neste mês de Setembro incide sobre o gigantesco trabalho de análise, estudo, discussão, informação e organização que decorrerá em todo o País, mobilizando milhares e milhares de militantes e simpatizantes na tarefa de apreciar em profundidade a situação político-social que enfrentamos. É, como sem-

pre, uma actuação político-partidária sem paralelo em Portugal, donde sairão as milhares de iniciativas que seguramente o PCP concretizará e dinamizará nos próximos meses em todo o território nacional, no âmbito da luta do nosso povo em defesa do Portugal de Abril, do regime democrático, dos direitos, liberdades e garantias, dos interesses nacionais.

Das Organizações Distritais aos organismos de célula, passando pelas Comissões Distritais, Concelhias ou de Freguesia, em milhares de plenários, reuniões, encontros, etc, a actividade do PCP «irrompe» Setembro adentro com energia, preparando a intensa actividade que, inevitavelmente, anima-



Caminho
da poesia

António de Almeida Mattos

O Quinto Elemento

Francisco José Viegas

As imagens



Os Beauty Boys

Nada a não ser talvez a elevada estatura e corpulência distinguíam à primeira vista os dois homens dos utentes habituais.

Aproximando-se do *guichet*, o mais velho enfiou um imenso revólver negro pela janela e ordenou em tom de voz enérgico, embora contido:

— Isto não é para brincar. Encostem-se à parede. O Smith & Wesson 38 Magnum confirmava no seu azulado profissional que, de facto, não se tratava de brincadeira.

Os quatro funcionários recuaram até à parede, enquanto o segundo homem entrava pela porta. Com rapidez, amarrou os dois homens e as duas mulheres e empurrou-as para o exíguo sanitário cuja porta fechou por fora atirando a chave para debaixo de um móvel. Os dois homens cruzaram depois o guarda vento e em passo estugado venceram o corredor até ao elevador, olhados com indiferença por algumas dezenas de circunstantes.

Subiram num elevador até ao Bloco.

Aí, de novo o negro revólver surgiu nas mãos do mais velho, enquanto o outro retirava de dentro da gabardina uma Winchester calibre 12, uma *shot gun* imensa e assustadora.

O do revólver meteu dentro o fecho de uma porta dupla com um violento pontapé e ambos irromperam por uma sala fortemente iluminada.

— Tudo quieto! Não se mexam, nem toque em nada! Seguiu-se uma cena de rara violência.

As sete figuras embuçadas que se encontravam dentro da sala reagiram de formas diversas. Ao estupor de alguns contrapôs-se a tentativa de reacção de alguns, nomeadamente do que parecia ser o chefe e empunhava um instrumento cortante e brilhante. O movimento que fez e as palavras abafadas pela máscara que pronunciou valeram imediata reacção. O Smith & Wesson estoirou e o mascarado foi atirado às arrecuas contra a parede ao longo da qual deslizou enquanto a roupa branca se tingia de vermelho. Sob a ameaça da caçadeira, os restantes acabaram quietos enquanto brutalmente o do revólver enchia dois sacos com aquilo que lhe parecia interessar. Um movimento suspeito de um dos ocupantes foi atalhado por uma violenta coronhada da *shot gun* que o estendeu no solo, sangrando de um feio lenho na testa. Poucos minutos haviam passado desde o arrombamento da porta.

Sem perderem de vista as cinco figuras ainda de pé, os dois assaltantes recuaram até à escada que desceram correndo.

Na rua saltaram para um potente carro que os aguardava com o motor a trabalhar e um terceiro comparsa ao volante.

A louca corrida terminou na Avenida João Crisóstomo, onde os dois assaltantes se precipitaram para um edifício transportando os dois sacos. Percorridos corredores e escadas, acabaram entrando num vasto gabinete alcatifado.

Atrás de uma secretária, uma mulher morena, queixo pouco proeminente e fato saia-casaco, olhou-os sem dizer palavra.

Com um visível misto de orgulho e receio, os dois homens despejaram os sacos sobre uma larga mesa junto a uma janela.

A presa era vasta: dois estetoscópios, 22 electrocardiogramas, dezoito gráficos de temperatura, duas caixas de Buscopan, três pinças de dentes de rato, um rolo de adesivo, dezassete relatórios de análises de urina, um volume do Symposium edição de 1978, 8 frascos de Cetavlon e vários maços de papéis. Um esfignomanómetro partiu-se ao despejar do saco e o mercúrio espalhou-se pela alcatifa em irrequietas bolinhas prateadas.

Em tom ansioso, o mais velho dos homens interrogou a mulher:

— Foi o que se pôde arranjar hoje, Beauty...

A mulher a quem chamavam Beauty olhou-os com uma insinuação de sorriso.

— Está bem. Para amanhã é Estomatologia nos Capuchos.

A conversa parou. Os Beauty Boys são operacionais habituados a cumprir ordens. A usarem as armas quando é preciso. Operam em locais onde o sangue não constitui novidade. Nos hospitais.

É a beleza de rapazes criada pelo Decreto-Lei n.º 132/87 do cavacal governo.

■ R.C.

PCP



Setembro chegou, o Partido já cá está!

rá este último trimestre do ano.

Este trabalho gigantesco, que forjará em grande medida o trabalho subsequente, merece a nota e o destaque. Mas nem só a planificar se «entretém» o PCP neste mês de Setembro. A demonstrá-lo, basta um breve respigar do que está a «mexer» por esse País fora.

Exemplos avulso

No Norte do País, por exemplo.

Enquanto no distrito de **Viana do Castelo** se reactiva a campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho (onde, todos os sábados à noite, se promovem agradáveis convívios no respectivo bar), no distrito de **Vila Real** borbulha alargada actividade: reuniões de célula nas minas da Borralha, reuniões concelhias em Alfândega da Fé e Vila Flor, contactos com a maioria das organizações do Partido, deslocações das Brigadas de Organização e Propaganda às principais feiras quer dos distritos de Vila Real, quer de **Bragança** (nomeadamente a Vila Pouca de Aguiar, Montalegre, Boticas, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo e Carrazeda de Anciães, para só falarmos das já confirmadas).

Cabe aqui observar que estas deslocações e contactos nos dois distritos transmontanos visam, entre outros objectivos, abrir uma ampla discussão da actual situação política, colher opiniões, coligir factos, etc, que enriqueçam e ajudem a preparar a próxima reunião plenária desta Organização Regional, já marcada para a primeira quinzena de Outubro. Já no **distrito de Leiria** (e continuamos a citar exemplos avulso, coligidos em breves contactos com algumas Organizações Regionais, dado ser impraticável um levantamento exaustivo, de última hora, sobre a actividade do Partido em todo o País) estão previstos e confirmados, só para a primeira metade de Setembro, um grande jantar/convívio em Alcobça, onde se fará uma



análise da situação política, deslocações às freguesias mais importantes deste Concelho, reuniões de militantes na Nazaré, Porto de Mós e Marinha Grande e, neste último concelho, ainda uma reunião de autarcas comunistas para balanço de actividade autárquica e planificação do trabalho futuro.

Do Tejo para baixo... também se sobe!

Continuando a «descer» o território continental, chegamos ao **distrito de Santarém**, onde se preparam vários plenários no concelho de Coruche (um com a população de Santa Justa, no Centro Social, outro da célula da Fusão de Cooperativas de Volta do Vale e um terceiro com a população de Foros de Lagoiços), no concelho do Cartaxo (que também terá um encontro concelhio de quadros e uma reunião de eleitos nas autarquias), enquanto em Benavente se prevê uma iniciativa na feira local e em Torres Novas se realizará um encontro concelhio de militantes. Entretanto a JCP de Santarém e Leiria preparam uma excursão às Berlengas, marcada para o dia 13 de Setembro.

A propósito desta excursão da JCP, especifique-se que ela surge no âmbito do trabalho preparatório do Encontro Nacional da Juventude/CDU (previsto para o próximo Outubro), sendo desig-

nada pelos promotores (os jovens comunistas de Santarém e Leiria) de 1.º Encontro da Juventude. A coisa mete «banhoca, almoço-convívio, conversa e música», no dizer textual dos folhetos que anunciam a iniciativa.

E já agora ultrapassemos a linha do Tejo. Nos distritos alentejanos o partido está em grande actividade, como se depreende da «amostra» que se segue:

No de **Évora**, além de vários plenários de militantes (em Évora, Silveira, Montemor-o-Novo, Borba, Torre dos Coelheiros, Boa Sé, etc), haverá um comício no Escoural no dia 27, de homenagem a Casquinha e Caravela, uma festa do Partido em Terena (Alandroal) e uma iniciativa de vulto durante a Feira da Luz/Festa das Colheitas, em Montemor-o-Novo, já no próximo fim-de-semana. No **distrito de Portalegre** imperam os plenários de militantes: em Alpalhão, Tolosa e Portalegre, Pisão, Flor da Rosa e Monte da Pedra (Crato), Arez, Amieira, S. Simão, Montalvão e Salavessa (Nisa). E em **Beja**, para além de iniciativas semelhantes, é de destacar, nos dias 8 e 9, na capital do Distrito, uma exposição itinerante dos Pioneiros.

Daremos conta!

Ao Sul temos o Algarve — onde as férias também já meteram férias e Setembro surge como um tempo de re-

vigorada actividade, de momento centralmente virada para o trabalho organizativo e preparatório do intenso período que se viverá até ao final do ano — podendo-se «saltar» daí (já que o não fizemos quando viajámos costa oeste abaixo) para as Regiões Autónomas, onde igualmente o PCP faz de Setembro um mês de arranque. Daí que nos **Açores** se aprestem diversas reuniões concelhias (uma já com data marcada — a de Lagoa, em S. Miguel) e contactos com diversas organizações, nomeadamente nos concelhos da Povoação, Ribeira e Nordeste (tudo em S. Miguel), enquanto na **Madeira** os esforços se canalizam no sentido de enriquecer, através de diversos plenários, encontros ou simples contactos, a já marcada reunião plenária da DORAM, prevista para 15 de Setembro.

Finalmente temos **Lisboa** e **Porto**. Naturalmente que nos dois maiores centros urbanos do País a actividade do PCP assume contornos e profundidade singulares em relação ao resto nacional, dada a sua importância socioeconómica e concomitante relevo das respectivas organizações do Partido. Face à impossibilidade de esmiuçar a actividade que se desenrola em todos os concelhos e muitas centenas de organismos destas duas Regiões, também já neste mês de Setembro, será preferível ir dando conta, no futuro, dos «resultados» que necessariamente surgirão!

Nacional

V Encontro das Vindimas alerta Multinacionais invadem o Alto Douro

O V Encontro das Vindimas que decorreu no passado domingo na Escola Preparatória da Régua, decidiu promover um debate «que aprofunde as consequências decorrentes do avanço das transnacionais na posse do benefício da terra e da introdução de novas tecnologias». Convocado pela Comissão Coordenadora dos sindicatos agrícolas do Norte e Centro, este encontro, que contou ainda com a presença de delegações da CGTP-IN e das Uniões dos Sindicatos do Porto, Vila Real e Bragança, aprovou também a carta reivindicativa dos trabalhadores agrícolas do Alto Douro para a próxima vindima que envolverá cerca de 50 mil trabalhadores da região demarcada do Douro.

Segundo dados revelados no Encontro, as 110 mil pipas com direlto ao benefício na próxima colheita têm um valor que ronda os 8 milhões de contos. A grande importância

e valor desta produção justifica a ofensiva em curso das principais transnacionais do sector das bebidas com vista ao controlo de mais quintas do vinho do Porto do Alto Douro, processo que, diga-se, aliás, os últimos governos têm ignorado. Esta grave situação mereceu grande atenção por parte dos cerca de 700 inscritos no Encontro, tendo a discussão concluído com a decisão de promover um debate alargado sobre a matéria.

Entretanto e para além das multinacionais, as condições de vida e trabalho dos assalariados agrícolas do Alto Douro foi o outro grande assunto em debate. A este propósito, o V Encontro das Vindimas serviu para divulgar as justas aspirações dos trabalhadores agrícolas no que toca à segurança social, à contratação colectiva e ao reforço da organização sindical.

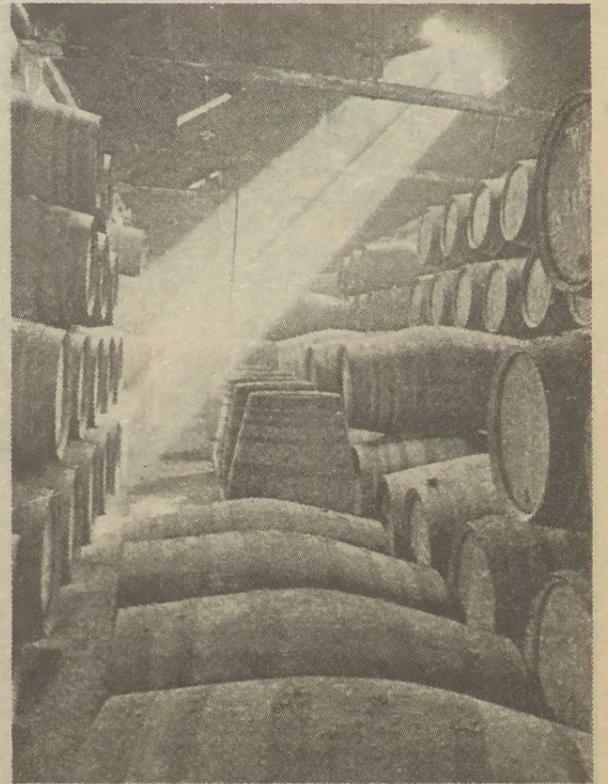
Patrões que descontam para a Previdência um número de dias de trabalho muito

inferior ao realizado, outros que não respeitam as tabelas salariais vigentes, nem as regalias sociais (férias, subsídios de férias, trabalhos extraordinários), são situações que continuam a imperar no Alto Douro. Contra elas a unidade e a luta dos trabalhadores têm alcançado algumas significativas vitórias, como sejam a da Quinta do Noval que pagou mais de mil contos aos seus trabalhadores em diferenças salariais e subsídios de férias. Desde o IV Encontro, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Viseu recuperou para os trabalhadores mais de dois mil contos em acordos feitos e processos ganhos.

Entre as principais reivindicações aprovadas destaca-

mos a do estudo e implementação, em conjunto com os sindicatos agrícolas, de medidas que conduzam a uma «verdadeira integração no regime geral da segurança social que acabe com a injustiça e as discriminações» e a actualização da jorna e das horas extraordinárias.

O V Encontro das Vindimas aprovou ainda a realização dos encontros dos trabalhadores da apanha da azeitona em Novembro próximo em Mirandela, dos caseiros das quintas do Douro no primeiro trimestre do próximo ano, de dirigentes e delegados sindicais no segundo trimestre de 1988 e, naturalmente, o VI Encontro das Vindimas para Agosto do próximo ano.



Vinho do Porto: o trabalho e a riqueza de Portugal nas mãos de estrangeiros

Câmara de Loures em actividade intensa

A Câmara Municipal de Loures aprovou uma proposta de alteração orçamental no valor de 30 mil contos para o capítulo de transportes escolares, de forma a garantir os pagamentos necessários referentes ao final do ano lectivo de 86/87 e ao início do de 1987/88.

A carência em termos de infra-estruturas escolares no concelho, em particular no que se refere a escolas do ensino preparatório e secundário e que obriga largas centenas de crianças e jovens a deslocarem-se a grandes distâncias para frequentar a escola, encontra-se entre os principais motivos para a medida agora anunciada. Refira-se que tais carências são da inteira responsabilidade da administração central.

De salientar ainda que a

Câmara de Loures prossegue uma política de intenso apoio às actividades escolares, que passa pelo pagamento na totalidade do passe social aos alunos do ensino primário e a comparticipação em 50 por cento aos alunos do preparatório e do secundário, política que, conjugada com o aumento do custo dos transportes em cerca de 14 por cento e o aumento do número de alunos com direito a subsídio, tornou necessário, pelo esgotamento da verba inicialmente prevista, o reforço orçamental agora aprovado.

II Jogos Desportivos

Decorrem de 3 de Outubro a 1 de Novembro próximo os II Jogos Desportivos do Con-

celho de Loures, uma iniciativa da Câmara Municipal com o apoio das colectividades e das juntas de freguesia. Motivo de particular alegria para as gentes do concelho é a inauguração, no dia da abertura dos Jogos, do Pavilhão Gimnodesportivo de Loures, obra há muito exigida pelo desenvolvimento da actividade desportiva no concelho.

A primeira edição dos Jogos que teve lugar o ano passado movimentou 4 mil atletas de 22 modalidades. Este ano são vinte e uma modalidades, desde as artes marciais ao xadrez que movimentarão milhares de atletas ao longo de um mês de actividades.

A abertura dos Jogos, que decorre no novo Pavilhão Gimnodesportivo, será abrilhantada por um encontro de basquetebol entre as equipas seniores do FC Porto e do Benfica ou do Sporting (questão ainda a confirmar) e um outro de hóquei em patins entre as selecções de veteranos de Portugal e da Espanha.

Câmara acorre ao Trancão

Os Serviços Municipalizados de Loures lançaram concurso público para adjudicação da construção de um colectador de esgotos e de um emissário, parte de um plano geral de ataque à poluição do rio Trancão. A construção do interceptor de esgotos cujo concurso para adjudicação foi também agora lançado integra-se no mesmo plano e ambas as obras orçarão em 200 mil contos.

Segundo afirmou o vereador Duarte Nuno, presidente dos Serviços Municipalizados, a CML espera concluir estas obras em 1989.

O investimento total previsto para este plano atinge os 3,5 milhões de contos, que terão que ser suportados, além do Poder Central, pelos concelhos que conduzem actualmente os seus efluentes para a bacia do Trancão, a saber, Loures, Aruda dos Vinhos, Mafra, Vila Franca de Xira, Lisboa e Sintra.

Chamusca vai ter em breve Biblioteca Municipal

Está para breve a construção da Biblioteca Municipal da Chamusca. Segundo informação da Câmara Municipal, as actuais instalações da Caixa Geral dos Depósitos onde funcionará a futura biblioteca ficarão livres até ao fim do ano e prevê-se que, por essa altura, seja negociado entre a Câmara e a Secretaria de Estado da Cultura um contrato programa para a sua instalação. O custo total da obra, incluindo trabalhos de adaptação do edifício, aquisição de mobiliário e fundos, é de 2759 anos.

Entretanto o processo com vista à construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários Chamusquenses parece bem encaminhado, depois de o projecto ter sido finalmente aprovado pela Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenação do Território.

ria. Falta agora que a mesma Secretaria de Estado providencie, no orçamento para o próximo ano a verba necessária de forma a que as obras se iniciem.

A construção do novo quartel para os Bombeiros Voluntários da Chamusca é um processo que se arrasta desde 1960, com «muitos terrenos já previstos e muitos projectos delatados fora» como se pode ler em nota informativa da Câmara Municipal. E isto num concelho em que cerca de 55 por cento da área é florestada.

De Junho a Agosto deste ano, os Bombeiros Voluntários Chamusquenses foram chamados 24 vezes para acorrer a incêndios no concelho que consumiram 1153 hectares, e 6 vezes em auxílio ao combate de incêndios fora da área do concelho.



Poluição do Trancão. A Câmara de Loures trabalha. E o Poder Central?

Camaradas Falecidos

Paulo da Fonseca

Faleceu o camarada Paulo Fernandes da Fonseca, natural de Santiago do Cacém. Este camarada, que contava 73 anos, era militante do Partido desde 1980 e responsável pela célula do Bairro da Encarnação em Olivais Norte.

Mário Pinheiro

Faleceu no passado dia 10 de Agosto no Hospital de Covões, em Coimbra, o camarada Mário Borges Pinheiro, funcionário da agência de Alvaiázere da Caixa Geral de Depósitos.

Tendo desenvolvido a sua acção partidária neste concelho e em Tomar, foi candidato a eleições para as autarquias locais, delegado sindical e animador desportivo.

O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Aos familiares e amigos dos camaradas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.

Proletários de todos os países UNI-VOS!
O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Lê e divulga



Trabalhadores

Programa do Governo

Favorecidas as classes sociais mais ricas

Ao analisar pela primeira vez na passada quinta-feira o programa do Governo apresentado à Assembleia da República, a direcção da CGTP sublinha que o mesmo corresponde, «no essencial, às reivindicações avançadas pela CIP (grandes patrões da indústria) no seu último congresso».

Numa nota à imprensa, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da *Inter* destaca a pretendida transferência para «o grande patronato» da propriedade dos principais meios de produção.

A acumulação da riqueza nas «classes sociais mais ricas», prossegue a CE da CGTP-IN, terá para os trabalhadores como resultado a distribuição de algumas «mígalhas».

Com elas pretende o Governo privatizar ainda mais o sector empresarial do Estado, sem «a natural oposição a tais medidas» que, como se sabe, são na maioria anti-constitucionais.

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada do programa do Governo, a que o «Avante!» dedicará mais espaço na próxima semana, refira-se desde já que a CE da CGTP dá como «claro e inequívoco» o «projecto de privatização da economia». Mas o programa que inclui este mesmo projecto «nada adianta de concreto sobre a forma de promover as correcções estruturais» da parte económica.

Particularmente, neste aspecto, a CE da CGTP salienta as correcções necessárias, e que faltam no programa, sobre os principais de-

«O programa não refere o problema dos salários em atraso. Contudo, ainda recentemente e embora com critérios restritos, o Governo, no seu anterior mandato, reconheceu junto da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que, em Junho deste ano, havia mais de 30 mil trabalhadores nessa situação. Na mesma altura, a CGTP demonstrou junto da OIT a existência de 70 768 trabalhadores com salários em atraso» — faz notar a comissão executiva daquela central sindical.

ces crónicos da economia portuguesa: «energético, alimentar, tecnológico e comercial».

Moeda de troca do direito ao trabalho

Os direitos dos trabalhadores não estão incluídos no capítulo do programa governamental que se refere à or-

ganização do Estado e ao fortalecimento da democracia.

Ao chamar a atenção para este aspecto do programa que considera «preocupante», a CE da *Inter*, que naturalmente classifica aqueles direitos como valores fundamentais da democracia, destaca a circunstância de o programa os remeter para o capítulo do emprego, «funcionando como moeda de troca do direito ao trabalho».

O programa do Governo não inclui, segundo a nota da CGTP do passado dia 27, «nenhuma alteração no sentido de melhorar os mecanismos de garantia dos direitos dos cidadãos», onde se inclui conforme a Constituição, o direito ao trabalho.

Em troca, o programa refere «desenvolver — ainda segundo a referida nota — os mecanismos dos chamados Institutos de Segurança».

Preocupantes também para a direcção da central unitária são «as alterações no sector da justiça».

Observa a CE da CGTP que, neste aspecto e citando as próprias palavras do programa, «... o Governo vai proceder ao reexame da legislação produzida no âmbito da justiça durante este período».

Sublinhe-se que «este período» é para o Governo o período da legislação democrática produzida após o 25 de Abril, como destaca a CGTP.

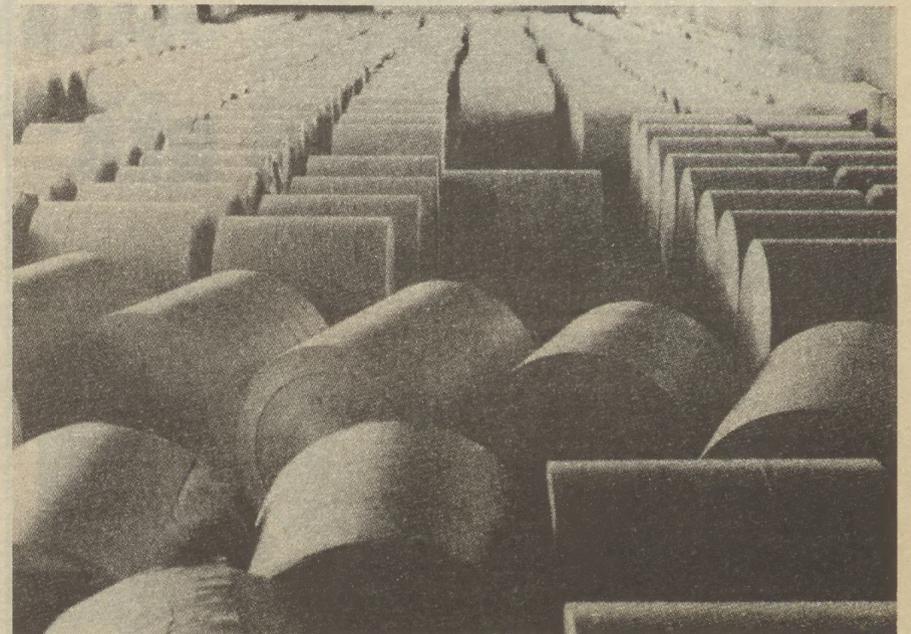
O pretexto da CEE

O Governo invoca no seu programa o pretexto da adesão de Portugal à CEE para alterar a legislação laboral no sentido do neoliberalismo.

A CGTP, como já o tinha feito muitas vezes, considera falso esse pretexto e faz notar, com natural preocupação, que o programa vai ao ponto de querer alterar a lei sindical.

Os dirigentes da CGTP referem que essa alteração «não será, decerto, para assegurar o pleno exercício dos direitos e liberdades sindicais e, muito menos, para os aumentar».

É significativo, por outro lado, que, no entender dos mesmos dirigentes da Central, o Governo «não defina o seu empenhamento em garantir aos trabalhadores um conjunto de direitos mínimos», de acordo com o «consenso» a que chegaram nessa matéria os ministros do Trabalho dos países da CEE.



Indústrias rentáveis como a celulose (Portucel, EP) também alinham nos baixos salários

Contratos de trabalho Protestos no comércio contra baixos salários

• Patronato de Setúbal propõe extinção das diuturnidades

A extinção das diuturnidades depois de 1 de Outubro de 1987 é uma das propostas do patronato retalhista de Setúbal inaceitável para o Sindicato (CES-SUL). Na revisão do CCTV (contrato colectivo de trabalho vertical) em curso é também inaceitável para o CES a proposta de 7,5 por cento de aumento da tabela salarial. O Sindicato protesta e sublinha que, mesmo a ser aceite a sua proposta de aumentos (globalmente: 18,5 por cento), «ainda se verificaria no final do próximo ano uma quebra do salário real da ordem dos 17,9 por cento», relativamente a Dezembro de 1978. Em desacordo com os baixos salários estão também os sindicatos representativos dos trabalhadores da Portucel.

ciados com os sindicatos), quanto a regulamentos internos sobre matérias do AE, em que os sindicatos reclamam também a sua participação, quanto a horas extraordinárias e outras matérias como diuturnidades, subsídio de infantário, promoções, prémio de risco e regulamentos sobre benefícios sociais, prémio de produtividade e prémio por objectivos.

A todas estas matérias o CG não dá resposta.

Setúbal: Argumentação patronal «no mínimo forçada»

A contraproposta patronal para o comércio retalhista de Setúbal, com os seus 7,5 por cento de aumentos salariais, contém uma argumentação «no mínimo forçada», afirma o Sindicato (CES-SUL), que realinha a sua intenção de não aceitar as propostas da Associação dos Comerciantes.

Estes afirmam na contraproposta que há «crise económica» no distrito, que «as tendências são regressivas relativamente ao poder de compra dos trabalhadores», que «estes preferem fazer as suas compras em cooperativas, contrabando e ambulantes», que, «relativamente ao turismo, este se limita a campistas e pouco mais, gastando o mesmo possível» e que, «fora da época do Verão, a zona Norte do distrito está deprimida, enquanto a zona Sul é iminentemente rural».

Segundo a mesma nota, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CES-SUL) está decidido a «protestar veementemente» na próxima reunião de negociações do CCTV contra a posição do patronato, que se recusa a aceitar as suas propostas nestas últimas matérias, e continuará a bater-se para que o «bom senso prevaleça» da parte do patronato no que respeita à matéria salarial.

Setúbal

O Entreposto é viável

«O governo tinha o dever, também, de tomar medidas que facilitassem a viabilidade da empresa no seu conjunto e a consequente garantia dos postos de trabalho» — afirmam as organizações representativas dos trabalhadores do Entreposto Industrial Metalomecânica, de Setúbal, comentando as decisões para a empresa to-

madadas recentemente pelo Conselho de Ministros e pelo ministro das Finanças. As ORTs do Entreposto consideram que o governo «está a prestar um mau serviço ao País» quando concede um empréstimo de 300 mil contos para pagar cerca de 300 despedimentos; isto agravado pelo facto de serem dinheiros públicos que vão su-

portar estes trabalhadores no desemprego, ou seja, «ainda mais 500 mil contos, não para criar empregos, mas para destruí-los». Na sua tomada de posição as organizações dos trabalhadores manifestam a opinião de que «ainda se está a tempo de evitar esta medida profundamente errada, tanto do ponto de vista social,

como do ponto de vista económico», lembram que «o Entreposto é viável em todos os seus sectores» e «malém uma posição de grande abertura para analisar e levar à prática todas as soluções para a empresa», nomeadamente o projecto de cooperativa que já apresentaram, «de forma a evitar o máximo de custos sociais».

Greve na Tabopan

«Fome em grande número de famílias»

— revela o Sindicato, em Amarante

Prevista para durar até serem pagos os salários em atraso, começou na passada segunda-feira na Tabopan uma greve dos trabalhadores, que segundo o sindicato mais representativo na empresa, além de não receberem os três últimos meses de salários (Junho, Julho e Agosto) têm outras remunerações em atraso há muito mais tempo.

É o caso do subsídio de férias que não é pago desde 1984 o mesmo acontecendo com o 13.º mês. As diuturnidades e o subsídio de almoço não são pagos desde 1979. Com os retroactivos passa-se exactamente o mesmo, sublinha o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiros do Distrito do Porto.

A greve, à qual aderiram os sindicatos representativos daquela empresa de Amarante, localidade do chamado Grande Porto, na qual, segundo o Sindicato da Construção já referido, «a fome permanece num grande número de famílias».

O Sindicato deu conhecimento por várias vezes aos organismos competentes do Governo da situação que se vive na empresa Tabopan e na região de Amarante, que se mantém há mais de três anos, mas nem sequer a lei sobre o pagamento de atrasados, aprovada pelo próprio Governo (Lei 17/86) tem sido cumprida no que respeita aos trabalhadores da Tabopan.

Fonte sindical contactada no Porto afirma que a dívida dos patrões aos trabalhadores da Tabopan deve atingir hoje os 300 mil contos.

Embora sem informações quanto à verdadeira situação económica e financeira da empresa de Amarante, muito conhecida no País e que se dedica, ou dedicava, à produção de contraplacado, refira-se que a atitude adoptada pelo patronato aparentemente em nada difere da de outras grandes empresas que têm utilizado o não pagamento de remunerações como pressão para proceder a despedimentos em massa ou a encerramentos de unidades produtivas com grande número de trabalhadores, ditos directos, isto é, ocupados na produção.



Os laminados de madeira não sustentam 1200 trabalhadores?

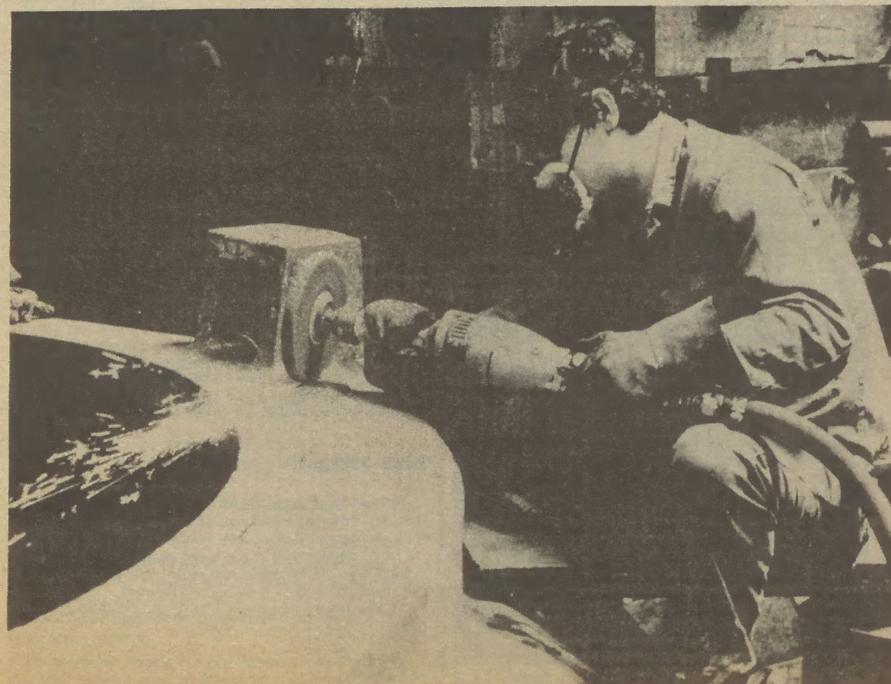
Grave situação em Matosinhos

Em sessão recente da Câmara Municipal de Matosinhos era entretanto revelado que encerraram no concelho 34 empresas nos últimos três anos. Apoiada em dados fornecidos pelos sindicatos daquela zona do Norte, a situação laboral foi considerada grave com os seus 2596 trabalhadores desempregados e 2231 com salários em atraso. Dez empresas do concelho estariam em situação económica difícil, refere ainda a mesma fonte.

Não há vínculo ao CPCS

As Federações Sindicais da Química e da Celulose recordam que «não estão vinculadas a quaisquer orientações governamentais ou do chamado Conselho de Concertação Social» (CPCS) integrado pelo Governo, patronato e UGT.

Isto porque o CG «argumenta, para justificar os redu-



Postos de trabalho válidos não podem desaparecer

Internacional

Luta pela paz aproxima RDA e RFA

Pela primeira vez na história da República Democrática Alemã e da República Federal Alemã, representantes do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), no poder, e do Partido Social-Democrata (SPD), na oposição, aprovaram um documento básico conjunto resultante de conversações entre ambos.

O documento, subordinado ao tema «o debate ideológico e a segurança comum», foi apresentado simultaneamente nas capitais dos dois países, Berlim e Bona, em conferências de imprensa, na passada quinta-feira.

Em Berlim, o reitor da Academia das Ciências Sociais junto do Comité Central do PSUA, professor Otto Reinhold, declarou que o documento retrata tanto as semelhanças como as diferenças de pontos de vista e posições defendidas por comunistas e social-democratas.

Segundo afirmou, o objectivo do documento foi o de elaborar propostas que permitam tratar a controvérsia ideológica entre os dois partidos e os dois países de uma forma que não dificulte mas antes promova o empenho comum pela paz.

Como é genericamente reconhecido, está a aumentar o número dos problemas que só podem ser resolvidos em conjunto. Estes problemas globais incluem em primeiro lugar a salvaguarda da paz, mas também o desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, os problemas do meio ambiente, os esforços comuns pelo progresso técnico-científico e o seu aproveitamento no interesse da sociedade, bem como problemas de energia e outras questões.

O documento aprovado, sublinhou o professor Reinhold, deixa claro que persistem as diferenças entre os dois sistemas, cuja convergência não é possível, mas que justamente por isso há que concluir que a paz não se alcança pela via militar mas sim através de soluções políticas que passam pelo desenvolvimento do diálogo.

Na conferência de imprensa de Bona, por seu turno, Erhard Eppler, membro da direcção do SPD, declarou que cada parte participante nas negociações sabia exactamente qual a sua posição, dado não existir neutralidade ideológica, mas que tanto o SPD como o PSUA defendem a competição pacífica entre os dois sistemas sociais da RFA e da RDA como forma de defesa da paz.

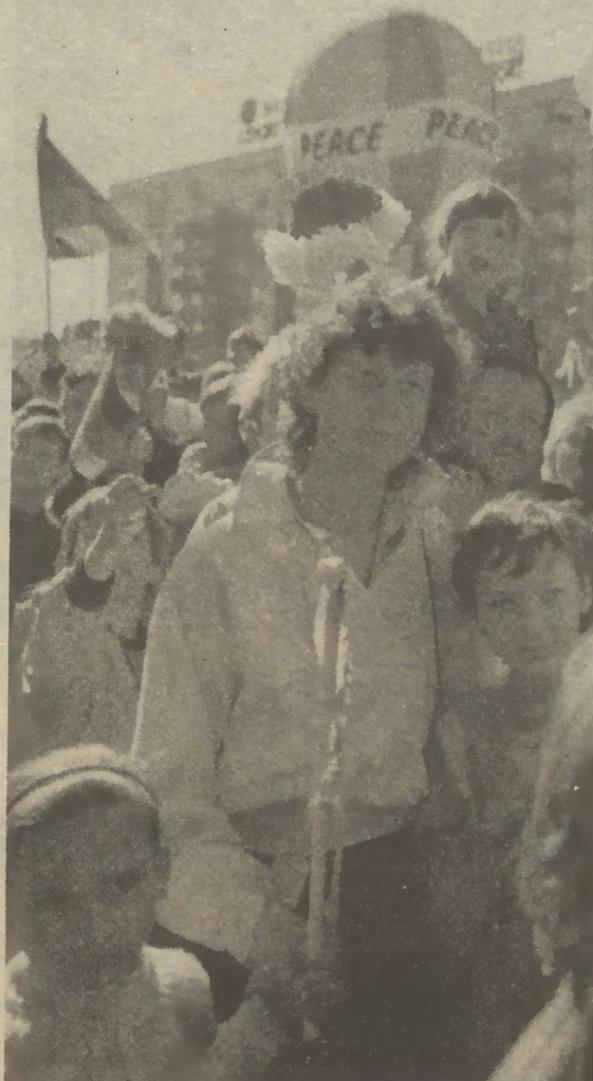
Como foi dito em Bona, o documento não elude os profundos problemas existentes entre ambas as partes. «Sabemos — disse Eppler — quantas feridas provocou o nosso debate ideológico. Uma parte delas ainda está aberta. Dizemos porque disputamos, sobre o que disputamos e o que temos de continuar a disputar, mas sabemos também que existe algo mais importante do que as nossas divergências — a paz — e isso tem que ter influência sobre as formas e mesmo sobre o conteúdo do confronto ideológico.»

Divulgado em vésperas da visita oficial do presidente do Conselho de Estado da RDA, Erich Honecker, à RFA, o re-

ferido documento foi fortemente criticado pela imprensa conservadora e de direita, que classificou o texto como «vergonhoso».

Na falta de esclarecimentos, ignora-se se aqueles órgãos de (des)informação consideram uma «vergonha» o facto de o PSUA e o SPD se declararem «responsáveis pelo património humanístico da Europa» e dispostos a «cultivar esse património, tomar a cargo os interesses dos trabalhadores» e «trabalhar pela democracia e pelos direitos do homem», como é referido no documento conjunto.

Para as forças progressistas, no entanto, é certamente positivo que ambos os partidos tenham afirmado a vontade de prosseguir o debate sobre «as questões fundamentais», em que cada um se esforce por compreender o pensamento do outro, com o objectivo de «banir o perigo nuclear, salvaguardar a vida, preservar a biosfera, vencer a crise ecológica e lutar contra a fome no mundo».



Eleições na Argentina

Com a aproximação das eleições legislativas, no próximo domingo, aumenta a tensão na Argentina. Ao mesmo tempo que o governo de Raul Alfonsín, no plano interno, cede cada vez mais às exigências dos sectores mais conservadores comprometidos com a ditadura militar, a crise económica em resultado da pesada dívida externa e as suas implicações nas condições de vida, faz aumentar a intensidade das lutas dos trabalhadores.

Dois factos recentes marcam, cada um a seu modo, a situação política na Argentina, na véspera das eleições. Por um lado, a situação que resulta da aprovação das leis chamadas do «Ponto Final» e da «Obediência Devida» que colocam um ponto final no julgamento dos crimes da ditadura. Em resultado da impunidade de que gozam muitos daqueles criminosos, tem aumentado nos últimos meses a repressão e os actos de violência terrorista contra militantes de organizações de esquerda que integram a Frente Ampla de Libertação (FRAL) e em particular de militantes do Partido Comunista.

O sequestro e tortura da jovem estudante universitária comunista Cristina Beatriz Canelles acontecido recente-

mente é apenas mais um crime que se segue ao assassinato de Antonio Villar, Juan Carlos Ridella e de Osvaldo Villanueva, aos três atentados consecutivos contra a residência da dirigente estudantil, membro do CC do Partido Comunista, Claudia Korol, às ameaças ao periódico «Qué Passa», do Partido Comunista e a dirigentes do Movimento das Mães da Praça de Maio.

Uma imensa lista de crimes que, nas condições da jovem democracia argentina não foram devidamente esclarecidos, a FRAL, em carta dirigida ao Presidente Alfonsín, a propor a constituição de uma comissão parlamentar de investigação «com amplos poderes para investigar os aparelhos de seguran-

ça e aberta à participação de organizações sociais e de direitos humanos e de partidos políticos».

No plano económico, a conclusão recente de mais um acordo do FMI, reeditando as costumadas fórmulas daquele organismo veio agravar ainda mais a já difícil situação. Ao agravamento da situação têm os sindicatos respondido com acções de luta pela satisfação de reivindicações consideradas básicas, o aumento dos salários e a recusa em aceitar despedimentos.

É neste quadro que as eleições do próximo dia 6 de Setembro adquirem grande importância. Como afirmava recentemente em entrevista o camarada Patricio Echegaray, do Partido Comunista da Argentina, ao mesmo tempo que a repressão aumenta de intensidade, cresce igualmente a capacidade do movimento popular resistir e encarar de frente as tarefas relativas à unidade das forças de esquerda. A criação da Frente Ampla Unida, e a sua apresentação às eleições, constitui a esse propósito um importante passo em frente.

Reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela

A reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), apresenta vantagens políticas e económicas para toda a África Austral, afirmou o embaixador da Bélgica em Angola, Guido Courtois, frisando que o CFB contribuirá para o isolamento do regime da África do Sul pois o seu funcionamento efectivo possibilitará à Zâmbia e ao Zaire, principalmente, deixarem de utilizar as estradas, caminhos-de-ferro e portos sul-africanos para as suas exportações.

Por outro lado, a rota do CFB, reduzindo as distâncias percorridas pelas exportações e importações daqueles países, permitirá reduzir custos de transportes o que se traduzirá em benefícios financeiros.

Recorda-se que vários países da CEE se têm mostrado interessados em financiar a recuperação do CFB bem como outros projectos no chamado «corredor do Lobito», cuja implementação está orçada em 400 milhões de dólares.

A recuperação do CFB é um dos objectivos do governo de Angola e dos restantes países da região, sendo um dos projectos de maior vulto dos países membros da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Para o efeito foi constituída em Abril passado, em Lusaka, na cimeira tripartida Angola, Zâmbia e Zaire, uma comissão composta pelos ministros dos Transportes e Comunicações e peritos dos três países, bem como representantes da «Société Generale de Belgique», que detém 90 por cento das acções do CFB.

Os primeiros estudos realizados indicam que a preparação das vias e infra-estruturas para a recuperação e aquisição de locomotivas, carruagens e outros materiais circulantes custarão 282 milhões de dólares.

Oposição organiza-se no Haiti

Foi criada no Haiti uma Frente de Concórdia Nacional, integrando todas as principais organizações sociopolíticas, profissionais e religiosas, incluindo o Comité Nacional dos Movimentos Democráticos que agrupa 57 organizações, entre as quais o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos.

Em comunicado divulgado em Port-au-Prince, a Frente declara ser sua principal tarefa a implementação de um plano de salvação nacional, dado o Haiti estar numa etapa crítica da luta pela democracia devido à pretensão do regime governamental pró-americano de Henry Namphy de fazer malograr as eleições gerais marcadas para Novembro.

Segundo a «Prensa Latina» a situação no Haiti caracteriza-se por um crescente descontentamento da população face à política das autoridades militares, entre as quais se registam igualmente hostilidades. A agência refere, a título de exemplo, um motim registado recentemente numa guarnição aquartelada perto da fronteira com a República Dominicana, onde os soldados abriram fogo contra o comando em protesto contra as condições de vida insuportáveis a que são sujeitos.

Nova Caledónia contra o referendo

O referendo anunciado pelo governo francês na Nova Caledónia, para o próximo dia 13, não passa, segundo a Frente de Libertação Nacional Kanaka e Socialista (FLNKS), de um «pseudo-referendo» destinado a perpetuar o colonialismo francês naquele território do Pacífico Sul.

Considerando que o referendo está a ser preparado de molde a favorecer os interesses da França e da minoria colonial, a FLNKS tem vindo a apelar à população da Nova Caledónia para que «mantenha a mobilização» na luta pela verdadeira independência do país. A polícia colonial reprimiu entretanto brutalmente manifestações independentistas, tendo proibido a «Marcha da Independência» convocada pela FLNKS para decorrer até hoje, 3 de Setembro; os principais dirigentes kanakas foram declarados «fora da lei».

A tensão que se vive na Nova Caledónia, actualmente ocupada por mais de 7500 homens armados, poderá agravar-se nos próximos dias dada a intransigência de Paris que pretende a todo o custo manter a sua influência sobre o território de reconhecida importância estratégica no Pacífico.

Mais assassinios na Colômbia

Mais três professores colombianos foram assassinados a semana passada, na cidade de Medellín, pelos esquadrões da morte apoiados pelo exército. Estas organizações paramilitares, que visam sobretudo os membros da União Patriótica, que integra o Partido Comunista da Colômbia, mataram nos dois últimos anos mais de 400 militantes de esquerda, sem que até à data as autoridades tenham tomado medidas para pôr cobro à onda de violência.

Internacional

Aumenta a tensão no Golfo Pérsico

Os ataques iraquianos a terminais petrolíferos iranianos, no passado fim-de-semana, bem como o anunciado aumento das forças navais estrangeiras na região, fazem prever um novo aumento da tensão no Golfo Pérsico e dificuldades acrescidas à implementação das propostas da ONU para o fim da guerra Irão-Iraque.

Pondo fim a um interregno de seis semanas, o Iraque atacou no sábado a ilha de Sirri, o campo petrolífero de Rakhsh e o depósito de Lavan e, no domingo, a ilha de Kharg, o mais importante terminal petrolífero do Irão. A reacção iraniana, prometendo «uma resposta esmagadora», leva a temer um novo agravamento do conflito, tanto mais grave quanto as águas do Golfo se encontram agora a transbordar de forças militares estrangeiras, em particular norte-americanas, prontas a ripostar a qualquer ataque, mesmo que accidental.

É legítimo pensar que os EUA estão a criar todas as condições para que tal aconteça. Em entrevista ao «Los Angeles Times», na semana passada, o secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger, anunciou que vão continuar a aumentar as forças navais dos EUA e dos seus aliados no Golfo, dado que na opinião da Casa Branca «o importante é ter os maiores meios na região».

No curto prazo de três meses, segundo o «New York Times», os EUA quadruplicaram o número dos seus navios de guerra na região (passando de menos de dez em Maio para mais de quarenta actualmente). A fazer fé nos cálculos do «Washington Post», só a operacionalidade de um porta-aviões e respectivos navios de apoio implica uma despesa de 1,2 milhões de dólares por dia.

O que evidentemente os EUA não desembolsam sem contrapartidas, ainda que a médio e longo prazo.

Se a isto se acrescentar a súbita «febre» que parece ter atacado a Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e até o Japão (que se diz estar pronto a financiar operações de patrulhamento dos petroleiros), só para citar alguns casos, desdobrando-se em declarações de disponibilidade para marcar presença ou reforçar a que já dispõem no Golfo, não é difícil concluir como o anunciado projecto de paz das Nações Unidas para a região está longe de poder ser levado a bom termo.

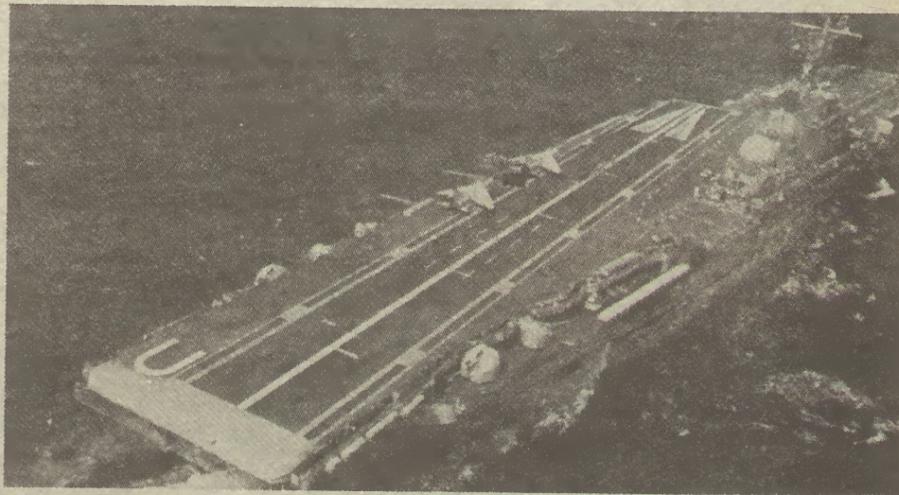
Não deixa de ser curioso assinalar como os acontecimentos se precipitaram justamente desde os finais de Junho último, altura em que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, EUA, França, Grã-Bretanha e União Soviética) acordaram um projecto de resolução que deveria empenhar a comunidade internacional na solução da guerra Irão-Iraque. À exigência de cessar-fogo e de negociações na base do respeito pela integridade territorial, juntava-se, pela primeira vez, o empenhamento em evitar todo e qualquer acto que pudesse intensificar ou ampliar o conflito, bem como a possibilidade de sanções no caso dos Estados beligerantes não acatarem as decisões do Conselho de Segurança.

É na sequência deste projecto que o Irão, pela primeira vez, manifesta disponibilidade para negociar, ainda que parcialmente, propondo a renúncia de acções de guerra no mar e a garantia de liberdade de navegação, na condição da retirada de todas as forças estrangeiras do Golfo.

Em fins de Julho, no próprio dia em que o Conselho de Segurança ratifica a proposta dos «cinco», entram no Golfo os primeiros quinze navios de reforço da presença norte-americana. De então para cá a situação não deixou de se agravar.

Como afirmou a semana passada o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, em conferência de imprensa na sede da ONU, «a concentração da marinha de guerra dos EUA no Golfo reveste-se de um carácter provocatório e leva à escalada da tensão», sendo «abertamente contrário à necessidade de garantir a segurança da navegação na região».

O paralelismo desta situação com a registada no Líbano, onde há cinco anos desembarcaram as primeiras tropas norte-americanas, marcando o início da intervenção directa dos EUA naquele país, é preocupante. É a própria imprensa norte-americana que o faz notar, como é o caso do «New York Times», que recentemente informou que os navios presentes no Golfo têm a bordo fuzileiros navais, considerando possível o aumento da «necessidade de envolver na operação (de «protecção» aos petroleiros) as forças terrestres», uma vez que os EUA pretendem permanecer militarmente no Golfo «durante um longo período de tempo».



O porta-aviões Clemenceau (francês) que já navega no Golfo

EUA rejeitam proposta de Gorbatchov

A administração Reagan rejeitou a proposta do dirigente soviético Mikhail Gorbatchov para a realização de uma cimeira do Conselho de Segurança da ONU sobre desarmamento e desenvolvimento económico. A proposta, apresentada no início da semana passada em Nova Iorque aos delegados presentes nas Nações Unidas, reunidos justamente para o debate daqueles temas, foi recusada pelos Estados Unidos com «excessiva pressa», segundo as autoridades soviéticas, que reagiram com desagrado a mais este exemplo de falta de abertura norte-americana.

Segundo o analista político Iury Gvozdev, «os Estados Unidos não só se recusaram a participar na presente conferência internacional, organizada em Nova Iorque sob a égide da ONU, como procuraram impedir a busca de soluções, apesar do problema ser fulcral para o destino da Humanidade». O comentador acusa a Casa Branca de «argumentação duvidosa para justificar a sua falta de desejo de cooperar construtivamente no âmbito da ONU», fazendo notar que a recusa da administração Reagan constitui um «desafio ao generalizado desejo do desarmamento e à resolução dos problemas do desenvolvimento, que se concretizou na convocação da conferência de Nova Iorque», o que, na sua opinião, a condena «ao isolamento internacional».

De assinalar que os EUA consideram que a proposta soviética «está viciada na base e é indefensável», uma vez que afirmam não haver qualquer ligação «entre o desarmamento do mundo industrializado e o desenvolvimento económico do Terceiro Mundo». De acordo com o Departamento de Estado norte-americano, «nenhum país foi tão generoso como os Estados Unidos no fornecimento de ajuda económica ao Terceiro Mundo».

A afirmação, que seria cómica se a situação mundial não fosse tão dramática, não convence ninguém. Como lembrou na ocasião o ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, Isidoro Malmierca, há no mundo actual um militar por cada 250 habitantes e um médico por quatro mil pessoas, gastam-se 2520 milhões de dólares por dia em armamentos e morrem cem mil pessoas por ano com doenças curáveis e 40 milhões são vítimas da fome.

O dinheiro gasto em armamento pelos países industrializados, bem como o que se força os países em vias de desenvolvimento a gastar devido aos conflitos fomentados do exterior (como suce-

de por exemplo na América Central e na África Austral), seria mais do que suficiente para fazer face ao flagelo da fome, da doença e do subdesenvolvimento que continua a afectar a maior parte da Humanidade. O facto de isso não servir os interesses do imperialismo é outra coisa.

«IDE» em Outubro

Com avultados meios conta a chamada «Iniciativa de Defesa Estratégica» (IDE), vulgo «guerra das estrelas». Segundo a revista «Aviation Week and Space Technology», o Pentágono prepara para iniciar no Outono um intenso plano de experiências no âmbito da IDE.

Em Outubro, diz a revista, planeia-se efectuar testes em banco de provas de um modelo reduzido de canhão electromagnético e, em Novembro, lançar um «foguetão-sonda» especializado, destinado a «testar o funcionamento no espaço de circuitos eléctricos de alta tensão».

Só no ano financeiro em curso a administração Reagan destinou 130 milhões de dólares à realização das referidas experiências.

A IDE continua no entanto a ser tema de acesa polémica nos EUA onde, segundo Robert Bowman, presidente do Instituto de Investigação dos Problemas do Espaço e da Segurança, muitos especialistas e pelo menos seis antigos secretários da Defesa dos EUA a consideram contrária aos interesses nacionais americanos.

Em recentes declarações à imprensa, Bowman recordou que 98 por cento dos membros da Academia Nacional das Ciências discordam das afirmações da Casa Branca sobre o carácter «defensivo» do programa de «guerra das estrelas», considerando que ela é uma tentativa de alcançar a supremacia militar absoluta. Estamos convictos, disse, de que a continuação dos trabalhos no âmbito da «guerra das estrelas» irá subverter o processo de con-

trolar dos armamentos em geral».

Conversações em Viena

O alerta daquele cientista reveste-se da maior importância, sobretudo tendo em consideração que se reiniciam este mês, em Viena, as conversações entre os países membros da NATO e do Tratado de Varsóvia sobre as forças armadas e os armamentos na Europa, do Atlântico aos Urais. Ao mesmo tempo, começará uma nova etapa nas conversações entre os países participantes na conferência sobre a segurança e cooperação na Europa.

Recorda-se que o Pacto de Varsóvia defende a redução de todos os componentes do exército e da aviação táctica de ataque dos países europeus, bem como dos respectivos meios e forças dos EUA e do Canadá estacionados na Europa, incluindo o seu armamento e material bélico em conjunto com as armas nucleares tácticas, enquanto que a NATO pretende excluir das conversações estas armas, bem como a aviação, e as suas propostas não contemplam reduções recíprocas.

Apesar de todas as dificuldades que rodeiam a questão do desarmamento é de assinalar como facto positivo a recente decisão da RFA em prescindir dos mísseis Pershing-1 A, que até à data têm constituído um dos principais obstáculos à celebração em Genebra de um acordo entre os EUA e a URSS.

Em conferência de imprensa realizada em Bona, a semana passada, o chanceler Helmut Kohl afirmou: «Se os EUA se puserem de acordo sobre a eliminação de todos os mísseis de médio alcance, se a questão da verificação for regulamentada num sentido satisfatório para todas as partes envolvidas, se o acordo sobre mísseis de médio alcance for ratificado e entrar em vigor e se, em seguida, o desmantelamento se realizar no prazo previsto, nesse caso estou pronto a declarar a partir de hoje que, com a eliminação de todos os mísseis de médio alcance soviéticos e norte-americanos, os Pershing-1 A não serão modernizados mas sim desmantelados».

Falta saber qual o destino que os EUA pretendem dar às ogivas nucleares dos referidos mísseis. Reagan ainda não se pronunciou.

A posição do Kuwait na guerra do Golfo

Por força de circunstâncias diversas, o Kuwait tornou-se um elemento central em toda a complexa teia da guerra do Golfo. Naquele país e desde Julho de 1986, a aristocracia tribal e a oligarquia financeira dominantes lançaram uma ofensiva generalizada contra os direitos democráticos e constitucionais do povo. O parlamento foi dissolvido, foram suspensos os principais artigos da Constituição e imposta a censura sobre a imprensa.

Intimamente relacionado com esta situação está o envolvimento e alinhamento crescente do regime com as posições do imperialismo norte-americano no respeitante à guerra do Golfo. Apanhado no centro do conflito que opõe o Irão ao Iraque, o Kuwait e o seu povo têm sido duramente atingidos pelas consequências desta guerra. Em resultado das pressões do governo do Iraque, o Kuwait exporta por dia para aquele país 300 mil barris de petróleo tornando-se, por essa via, alvo dos ataques das forças do Irão.

Para o Partido da Unidade Popular, que conduz a luta do povo do Kuwait contra a aristocracia dominante, dia a dia, impõe-se como urgente que o país declare a sua neutralidade no conflito garantindo o respeito internacional por essa decisão.

Entretanto, o regime do Kuwait tem

aprofundado a sua dependência em relação aos Estados Unidos. A decisão americana de escoltar os petroleiros daquele país árabe contribuiu, na opinião do Partido da Unidade Popular, para justificar a presença militar dos EUA no Golfo, ao mesmo tempo que, cada vez mais, o regime concede mais facilidades ao trânsito no seu próprio território de forças militares norte-americanas.

A este propósito, o secretário da Defesa, Weinberger, afirmou recentemente em conferência de imprensa que «o Kuwait fornecerá todo o petróleo necessário à força naval americana do Médio Oriente e concederá todas as facilidades para os helicópteros envolvidos nas operações de busca de minas».

O Partido da Unidade Popular considera tais posições como um sério atentado à independência e soberania nacional, transformando o país num protectorado americano, e considera que tais facilidades contribuem para agravar o clima de tensão na região.

Por outro lado, o PUP declara o seu apoio à proposta soviética de solução do conflito, apresentada no passado dia 3 de Julho, considerando que ela responde às esperanças dos povos da região e serve ao mesmo tempo a causa da paz na região.

Internacional

África do Sul

Mineiros voltam ao trabalho

Terminou no início da semana a greve dos mineiros sul-africanos, que durante três semanas opôs no maior confronto laboral de sempre o poderoso Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM) e a não menos poderosa Câmara das Minas, um dos pilares do regime racista da África do Sul.

O regresso ao trabalho dos cerca de 340 mil mineiros, decidido após prolongadas negociações entre as duas partes, foi considerada por ambas como uma «vitória», apesar de não terem sido divulgados até ao fecho desta edição os termos precisos do acordo a que chegaram.

Se por um lado os representantes do patronato garantiram não ter feito cedências (o que significa a manutenção das propostas de aumentos salariais entre 16 e 23,4 por cento contra os 27 por cento reivindicados pelos trabalhadores), os dirigentes sindicais consideraram que a luta se saldou por «uma vitória para os mineiros» e que «a Câmara aprendeu uma boa lição».

Seja como for, um facto é certo: a greve provocou prejuízos estimados em cerca de 15 milhões de dólares por dia na indústria mineira, sector-chave da economia sul-africana, demonstrando que a unidade e combatividade da classe operária pode efectivamente abalar os alicerces do sistema.

Não menos relevante é o facto da entidade patronal aceitar a reintegração dos cerca de 40 mil trabalhadores despedidos na tentativa de desmobilização da greve,

bem como aumentos dos subsídios de férias e das indemnizações pagas às famílias em caso de morte acidental, duas outras das reivindicações dos mineiros.

Num sistema como o *apartheid*, onde ser negro significa antes do mais mão-de-obra barata, discriminação e exploração, uma greve como esta assume particular importância. A par da organização demonstrada pelos trabalhadores, a luta revelou que a repressão já não consegue desmobilizar os que se batem pelos seus legítimos direitos; e isso apesar da repressão ter ficado assinalada por nove mortos e mais de 350 feridos.

Como afirmou o secretário-geral do NUM, Cyril Ramaphosa, uma greve tão prolongada «é um feito que muitas pessoas pensam nunca poder ser alcançado». Por isso é que, para todos os efeitos, ela se traduziu numa vitória sobre o regime do *apartheid*.



O NUM considerou a greve dos mineiros um «êxito do movimento sindical no ano em curso e a base das futuras vitórias»

O anúncio feito em meados da semana passada por 350 dirigentes do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu) — a central sindical que reúne mais de 700 mil filiados negros — sobre a possibilidade de desencadear acções de solidariedade com os mineiros, que poderiam ir até à convocação de uma greve geral, constitui outro lado a ter em conta neste complexo quadro existente na África do Sul. A greve geral não chegou a ser convocada, mas a possibilidade real de a desencadear, impensável há algum tempo atrás, não pode ser subestimada.

Melhor do que o governo de Pretória sabem-no os capitalistas sul-africanos e os seus aliados ocidentais. E se a repressão mais brutal, a prisão, a tortura continuam a ser o principal argumento dos primeiros, já os segundos encaram realisticamente a necessidade de enveredar por outros caminhos que, salvaguardando os seus interesses, comecem no entanto a ter em conta a necessidade de reconhecer e respeitar os direitos dos trabalhadores,

independentemente da sua cor de pele.

E urgente é que tal necessidade se traduza em medidas concretas. O fim da greve dos mineiros foi lamentavelmente assinalado por novo desastre numa mina do Estado de Orange, em que

perderam a vida largas dezenas de trabalhadores. Embora se desconhecem as causas do acidente, o ocorrido vem uma vez mais sublinhar as perigosas condições de trabalho nas minas, a exigir medidas de segurança eficazes.

Golpe nas Filipinas inspirado pela CIA

As duas câmaras do Congresso filipino investigam em conjunto, desde segunda-feira, a eventual participação da CIA na tentativa de golpe militar do passado dia 28 de Agosto, a mais grave registada desde que a presidente Corazon Aquino assumiu o poder. A intenção, aparentemente travada pelas forças leais ao governo, provocou 25 mortos, 275 feridos e levou à detenção de 850 soldados, enquanto mais 1100 militares estão sob investigação para apuramento de responsabilidades.

A possível implicação da CIA no falhado golpe de Estado foi denunciado pelo presidente da comissão do Senado para a Defesa e Segurança Nacional, Raul Manglapus, que disse dispor de dados «de que o general John Singlaub, que acaba de se deslocar às Filipinas, e uma série de outros militares norte-americanos de ultra-direita podem ter exercido influência sobre os oficiais filipinos que participaram no golpe».

Recorda-se que Singlaub é um destacado membro da Liga Mundial Anticomunista — a cuja reunião anual o presidente Reagan envidou recentemente uma calorosa saudação — e figura proeminente dos mais variados planos de intervenção da CIA na Ásia, África e América Latina.

A opinião de Raul Manglapus é partilhada por outros congressistas filipinos, que expressaram publicamente as suas suspeitas quanto à actividade subversiva da CIA no país. Florencio Abad, deputado da Câmara de Representantes, declarou mesmo haver uma ligação incontestável entre a tentativa de golpe militar e o alargamento nas Filipinas do movimento pela liquidação das bases militares norte-americanas em território filipino. O crescimento desta tendência, disse, preocupa as forças externas interessadas em manter a presença militar norte-ameri-

cana nas Filipinas.

De assinalar que após a tentativa de golpe de Estado, segundo afirmava na segunda-feira o «Manila Times», catorze novos congressistas se manifestaram a favor do não prorrogamento do prazo de vigência do acordo americano-filipino sobre as bases navais dos EUA no país, dizendo que chegou a hora de resolver a questão do seu aproveitamento, no sentido do melhor desenvolvimento económico do país, bem como o problema da colocação do pessoal filipino que trabalha nas estruturas militares norte-americanas.

Entretanto a situação continua tensa nas Filipinas, com as tropas leais à presidente a reforçarem a vigilância na capital, enquanto soldados rebeldes aquartelados em local desconhecido divulgavam um comunicado anunciando a formação de um governo provisório dirigido por uma junta de oficiais de baixa patente. A junta, segundo o comunicado, jurou fidelidade à Constituição de 1935 e diz-se disposta a controlar todo o país até que «as condições políticas estejam estabilizadas e até que uma nova eleição presidencial, limpa e honesta, seja efectuada pelo povo filipino».

O governo de Aquino reagiu afirmando que «a presidente não mostrará brandura em relação a qualquer força, de direita ou de esquerda, hostil ao seu governo».

Moses Mayekiso em perigo de vida

No próximo dia 14 de Setembro, Moses Mayekiso e outras quatro pessoas vão ser julgadas na África do Sul, acusadas de delitos que lhes podem acarretar a pena de morte. O seu verdadeiro «crime» é o de serem activistas sindicais negros.

Moses Mayekiso é o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da África do Sul, membro executivo do Cosatu e presidente do «Alexandra Action Committee». Ele e os seus camaradas, igualmente sindicalistas, são acusados de traição, sedição e subversão. A fórmula co-

mum do regime racista é condenar à morte os dirigentes sindicais, políticos e sociais que se destacam na luta contra o *apartheid*.

Figura destacada e respeitada do sindicalismo sul-africano, Moses Mayekiso apresenta no banco dos réus a oposição que o governo de Botha e a minoria branca racista pretendem fazer desaparecer da África do Sul, na desesperada tentativa de se manter no poder. O *apartheid* está decidido a transformar Mayekiso num «exemplo»; se o conseguir, todos os outros dirigentes sindicais, como Cyril Ramaphosa e Jay Naidoo, por exemplo, correrão perigo de vida.

Impedir que tal suceda é um dever de toda a comunidade internacional. A solidariedade deve fazer-se sentir, por todas as formas, a fim de impedir mais este crime que o *apartheid* se prepara para cometer.

A condenação à prisão perpétua de 13 membros do Congresso Nacional Africano (ANC), em meados de Agosto, e a execução de dois negros anunciada para a passada terça-feira, é bem testemunho dos graves perigos que correm os nacionalistas sul-africanos.



FREE MOSES MAYEKISO

(...)

«Aos protestos de várias centenas de trabalhadores contra a arbitrária proibição duma reunião da classe no dia 11 de Julho a fim de ser informada pela Comissão Sindical do estado em que se encontrava a arbitragem do ACT respondeu uma brutal carga das forças policiais. Os trabalhadores reagem gritando «assassinos», «abaixo o fascismo», «abaixo a guerra colonial». Em seguida, em número de cerca dum milhar, dirigem-se para o aeroporto, onde sofrem nova e mais violenta carga policial. No dia seguinte, à hora do almoço, cerca de 4000 trabalhadores fazem greve ao refeitório e reúnem-se junto do edifício da administração para discutir os acontecimentos e exigir o termo rápido da arbitragem com a efectivação dos aumentos de salários pedidos.

Novamente são chamadas as forças repressivas que desta vez intervêm ainda com maior ferocidade (...). Perante todas estas violências com o objectivo de amedrontar os trabalhadores e levá-los a desistir da luta estes respondem com novas formas de acção e com o reforço da sua unidade. Durante 4 dias fazem greve no local de trabalho, provocando o atraso de todo o movimento aéreo. Só aceitaram retomar o trabalho depois de negociações com a administração e desta ter aceite na quase totalidade as reivindicações apresentadas, incluindo a libertação dos colegas presos.» (...)

«Vitória dos trabalhadores da TAP» — «Avante!», VI série, n.º 457, Setembro de 1973)

AVANTE!
Órgão Central do Partido Comunista (C.P.)

«Os êxitos já conseguidos não adormeceram a combatividade dos valentes pescadores de Matosinhos. O descontentamento persiste, pois continuam a ser multados os que insistem em levar para casa o peixe a que têm direito.

As autoridades, pelo seu lado, não pararam as provocações. Estão a obrigar as traineiras a atracar a alguns metros do cais logo que descarreguem o peixe, com o intuito de impedir que os pescadores que estão de «quarto» abandonem as traineiras. Esta medida aumentou ainda mais o descontentamento que já existia.

Valentes pescadores de Matosinhos!

Resisti firmemente às arbitrariedades e continuei a luta pelo direito à vossa caldeirada! A vossa persistência e combatividade dar-vos-ão novas vitórias!».

«Continuar a exigir a caldeirada, reivindicação dos pescadores de Matosinhos» — «Avante!», VI série, n.º 395, Setembro de 1968)

AVANTE!

«A maior parte dos trabalhadores não tem férias e os que as têm é por um pequeno período de 3, 6 ou 12 dias. Ir para qualquer lado passar esses dias? E o preço das passagens? E o aluguer dum quarto? Ou o peso sobre a família para casa de quem se vai? Não. São despesas que o salário, já pequeno em tempo normal, não aguentaria sem dívidas, e estas já se foram introduzindo lentamente nos limitadíssimos orçamentos domésticos. Por isso fica-se em casa.»

«Abaixo a vida cara» — «Avante!», VI Série, n.º 346, Setembro de 1964)

Ao votar contra as
moções de
rejeição
submetidas à
aprovação da

Assembleia da República
por iniciativa dos Grupos
Parlamentares comunista
e socialista, a bancada do
PSD viabilizou
automaticamente, faz
amanhã oito dias, a
passagem do seu
Governo, o XI
Constitucional.

Com este acto, concluíam-
-se três dias de debate no
decorrer dos quais — e
esse não foi um mérito
menor — foi possível
clarificar questões centrais
do momento político
presente, designadamente
quanto aos planos,
objectivos e propósitos do
partido que suporta o
Governo liderado por
Cavaco Silva.

Apesar da demagogia e do
semeiar de algumas ilusões
que ainda perpassam os
discursos ministeriais, a
verdade é que o traço mais
forte de todo o Programa
de Governo — como o
debate de resto confirmou
— é a intenção declarada
de levar por diante uma
cerrada e brutal ofensiva
contra as conquistas e
direitos dos trabalhadores,
contra aspectos essenciais
do regime
constitucionalmente
consagrado depois do 25
de Abril.

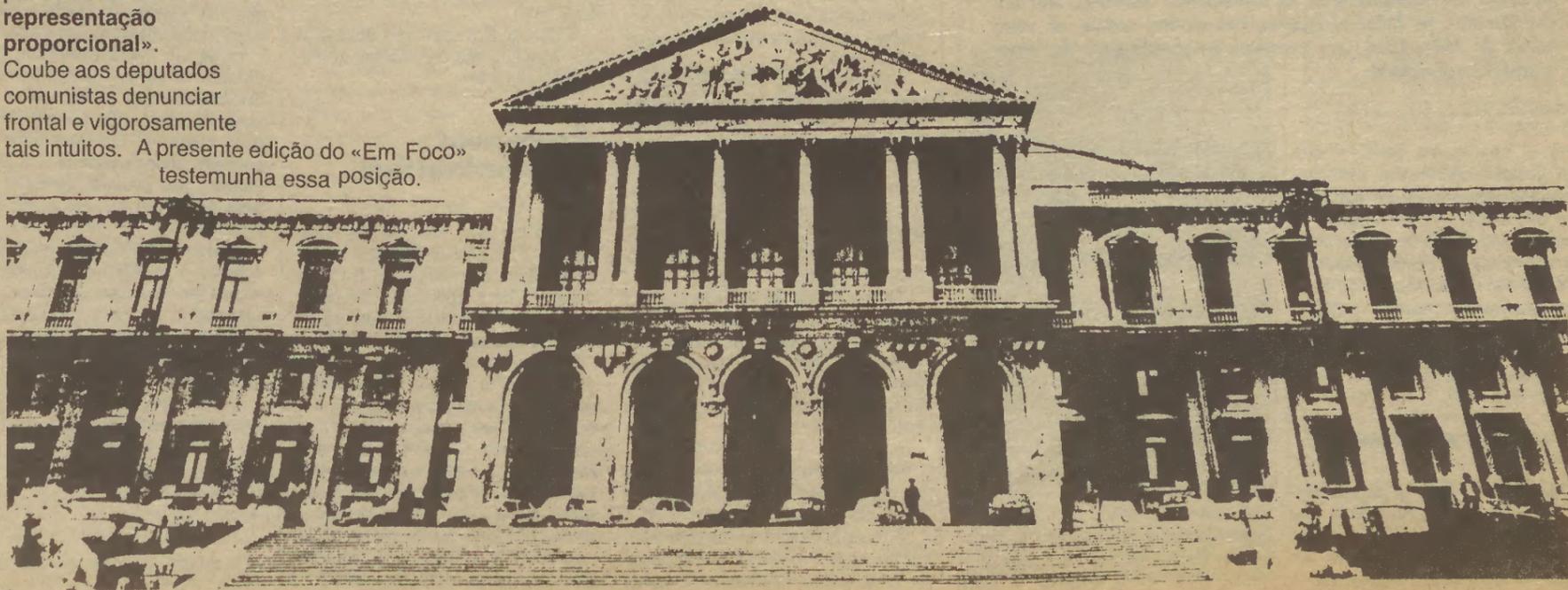
Como sublinharam os
deputados comunistas,
trata-se de um «**terramoto
anticonstitucional,
particularmente nos
direitos e garantias dos
trabalhadores, na
organização económica,
nas nacionalizações, na
Reforma Agrária, nos
direitos sociais, na
autonomia do Poder
Local, nas garantias de
pluralismo e de
representação
proporcional**».

Coube aos deputados
comunistas denunciar
frontal e vigorosamente
tais intuitos. A presente edição do «Em Foco»
testemunha essa posição.

DEPUTADOS COMUNISTAS DENUNCIAM PROGRAMA DE GOVERNO

«O Programa do Governo PSD/Cavaco Silva apresentado à Assembleia da República confirma e reforça as conclusões do Comité Central do PCP quanto aos propósitos de o Governo liquidar muitas das principais conquistas democráticas do 25 de Abril.»

Da nota do Secretariado do CC do PCP de 28/Agosto/87



DEPUTADOS COMUNISTAS DENUNCIAM PROGRAMA DO GOVERNO



Coube ao deputado comunista João Amaral, na sequência da intervenção do Primeiro-Ministro, efectuar a primeira abordagem, em nome da bancada comunista, do texto do programa do XI Governo constitucional dado a conhecer poucas horas antes.

Um projecto político-partidário «**profundamente desestabilizador da vida política, social e económica do País**», imbuído de uma forte «**carga ideológica**» inerente ao seu conteúdo de classe, e exclusivamente orientado para servir um «**projecto de concentração do poder económico numa parte menor da sociedade portuguesa e de concentração monopartidária e pessoal do Poder político**», eis como João Amaral classificou o texto governamental.

Da leitura da sua intervenção poderá o leitor ajuizar de quanto é falsa a imagem que Cavaco quis dar de si e do seu Governo, um Executivo que, segundo ele próprio alardeou, iria proporcionar «**estabilidade**», reger-se pelo «**interesse nacional**» e pela ausência de «**barreiras ideológicas**».

(...)

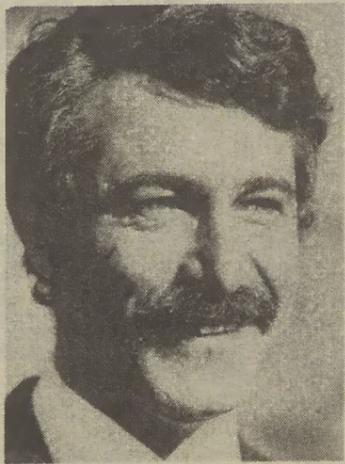
Para que não haja dúvida, vamos a exemplos.

E faço-lhe duas perguntas!

Primeira: Como concilia a concretização do apregoado «clima de estabilidade» com o anúncio, no programa preto no branco, de uma revisão da legislação laboral com a liberalização dos despedimentos, a «desoneração» do trabalho por turnos (isto é a diminuição das compensações devidas aos trabalhadores em regime de turno), a penalização do regime de férias, feriados e faltas, a revisão do regime da contratação colectiva — e, como novidade do «pacote laboral» — a própria alteração da lei sindical, naturalmente para diminuir as possibilidades de intervenção e da acção sindical e para criar mecanismos de ingerência e controlo da vida sindical? Esperará o Sr. Primeiro-Ministro que os trabalhadores portugueses aceitem alegremente esta verdadeira declaração de guerra a valores da liberdade e **estabilidade** que a Constituição da República lhes garante?

Mas faça-lhe uma segunda pergunta, Senhor Primeiro-Ministro.

Obviamente que se esta parte do seu programa fosse concretizada, ela se traduziria na reinstalação no plano legal do «poder absoluto» das entidades patronais, com o esvaziamento dos mecanismos constitucionalmente garantidos de intervenção autónoma dos trabalhadores na vida das empresas e no mundo do trabalho em geral. O que se pergunta é se



João Amaral

dolorosas, entenda-se, para o povo português. E com um sentido muito claro, tal como resulta do programa (pág. 42): após dois anos de certa «folga» (os dois anos em que o Primeiro-Ministro governou em minoria), há que reduzir o consumo, há que «moderar» os aumentos salariais e há que impor aumentos de produtividade. Num país em que a parte dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional tem vindo a diminuir — e diminuiu, no anterior governo do PSD, de 47% em 1985 para 43% em 1986 — que outra formulação encontra, senhor Primeiro-Ministro, para esta linha programática que não seja o aumento da exploração dos trabalhadores? Achar-se-á que não há barreiras ideológicas numa opção política que

«Todo o projecto contido no programa representa um verdadeiro terramoto anticonstitucional, particularmente nos direitos e garantias dos trabalhadores, na organização económica, nas nacionalizações, na Reforma Agrária, nos direitos sociais, na autonomia do Poder Local, nas garantias de pluralismo e da representação proporcional»

acha — se alguém acha — que uma posição como essa, uma opção como essa, não é de esquerda nem de direita, e está despidida de carga ideológica? O Sr. Primeiro-Ministro lembrou-se destas propostas porque são «pragmáticas» ou pura e simplesmente porque entre o «factor trabalho» e o «factor capital» — são expressões do programa — optou por este último?

Acabou o namoro

Parece que, afinal, já se interrompeu o namoro ao eleitorado e que chegou para o Governo a hora das **escolhas dolorosas** (como se escreve no programa a página 52) —

põe os trabalhadores a pagarem os sobrebenefícios do capital?

(...)

Opção pelo capital

É bom sublinhar, entretanto, que nenhuma destas políticas tem qualquer contrapartida nos planos dos interesses populares e dos interesses nacionais.

Todo o benefício desta operação é para o capital, nacional e estrangeiro, que ganha desde logo, a oferta explicitada de poder recorrer facilmente (e mais do que isso, compensatoriamente) ao «factor trabalho» (como está no programa, a pág. 43, 2.º§). E a política do «pa-

«Programa subverte o regime»

raíso português»: Invista, invista, que lhes estão garantidos baixos salários — e está garantido que estes serão moderados.

Mas ganha ainda com a devastadora onda das desnacionalizações, de entrega ao capital das empresas públicas e nacionalizadas em todos os sectores, incluindo os economicamente estratégicos. É um facto e está escrito no programa. Por três vias principais: Pela transformação em sociedades anónimas, em que intervira o capital privado; pela venda, troca ou dação em cumprimento do património das empresas públicas; pela alienação das participações do Estado.

A devastação prevista no projecto governamental, atinge todas as empresas públicas e participações do Estado que ultrapassem o mero serviço público quando este não for rendível e mesmo assim com excepções. Não é assim Senhor Primeiro-Ministro?

Concretamente não estão no seu pensamento as cimenteiras, as celulosas, os adubos, a banca, os seguros? Não estão explicitadas no programa formas directas e indirectas de desnacionalização de empresas ou parte de empresas como a TAP, a RN, a EDP? Não está também a entrega ao capital de parte significativa das telecomunicações? Não se chega a prever que isso suceda até com... ramais da CP?!

(...)

Não é um facto que se saúda e apela insistentemente à penetração do capital estrangeiro e à sua ligação ao capital nacional, o que só pode traduzir-se na subordinação da parte evidentemente mais fraca? Não é um facto que aceita e quer estimular uma crescente «especialização» no quadro da CEE, que só pode traduzir-se para o país que somos, numa cada vez maior dependência, com a liquidação de sectores industriais e de milhares de pequenas e médias empresas crucificadas à centralização de capitais, em proveito de monopólios restaurados e das multinacionais da CEE?

Guerra social

O facto é que em nenhum ponto do programa está definida uma estratégia de desenvolvimento autónomo do país.

Uma pergunta muito concreta, para a qual lhe peço uma resposta directa: porquê nem uma referência ao projecto do Alqueva quando o PSD, na campanha eleitoral, nomeadamente através dos candidatos dos distritos abrangidos pelo projecto o proclamava a garantia? E quanto ao plano siderúrgico? E quanto às pirites?

As preocupações do Governo não se centram aí. E quando proclama a estabilidade, como mais uma vez acaba de fazer, o Governo simultaneamente abre guerra em diferentes frentes e contra diferentes camadas sociais.

(...)

Mas guerra também a grandes conquistas do povo português no plano dos direitos sociais.

É ou não facto, Sr. Primeiro-Ministro, que está a ser prevista expressamente a revogação da lei do

Serviço Nacional de Saúde — com o desemprego médico, o aumento do preço dos medicamentos, o encarecimento e elitização do sistema de acesso aos cuidados de saúde?

É ou não facto que se visa o progressivo dismantelamento do sistema de segurança social, apontando-se claramente, por exemplo, a passagem do sistema de pensões qualificadas para as seguradoras (privadas, naturalmente), dentro da ideia de quem quer pensão — que a pague? Ou, outro exemplo, não é facto que se aponta para a transferência para o capital privado de serviços públicos de segurança social, como, por exemplo, as creches, com o óbvio encarecimento dos serviços e em prejuízo das populações das regiões mais desfavorecidas?

Semear ilusões

E que dirão os portugueses, quando sentirem concretamente todas estas consequências gravíssimas da política governamental?

Não temos dúvida de que o Sr. Primeiro-Ministro já fez a si mesmo essa pergunta e lhe encontrou a resposta. Os portugueses vão condenar essa política. Milhões de portugueses — e também centenas e centenas de milhar dos que votaram no PSD.

«Achar-se-á que não há barreiras ideológicas numa opção política que põe os trabalhadores a pagarem os sobrebenefícios do capital?»

«Em nenhum ponto do programa está definida uma estratégia de desenvolvimento autónomo do País»

Esse é o drama do PSD — de quem quer a todo o custo e por todos os meios transformar um pico num planalto.

Talvez por isso o PSD tenta ainda semear algumas ilusões no conjunto do programa. Quando se sai do seu cerne, as promessas abundam. Mas terá isso suficiente credibilidade?

Então o Governo não deixou já cair algumas das promessas do manifesto eleitoral?

Terramoto anticonstitucional

(...)

Por tudo isto, não oferece dúvidas Sr. Primeiro-Ministro que não é com ilusões que atingirá o seu claro objectivo de perpetuação no poder e de monopartidarização dos órgãos do poder político.

É caso para perguntar, Sr. Primeiro-Ministro: não é esse objectivo, de concentração de poder político, que o leva a propor a alteração das leis eleitorais, a da Assembleia da República para obter mais deputados com menos votos; das autarquias locais, para obter condições mais favoráveis às hegemonias locais do PSD; e até a lei eleitoral do próprio Presidente da República?

Não é esse sentido, de que as ilusões (como a do capitalismo popular) não chegam, que o leva a ameaçar os portugueses com o reforço e concentração das polícias, isto é, em vez da apregoada diminuição da intervenção do Estado com mais Estado, um Estado repressor das liberdades fundamentais dos cidadãos?

Não é o objectivo de pretender progressivamente limitar a vivência pluralista, que caracteriza o regime, que o leva a propor desfazer-se da maior parte do sector público da comunicação social?

Não é o sentido de dirigismo que leva o Governo a pretender descaracterizar o princípio constitucional de autonomia do Poder Local, quer reforçando a tutela, quer apurando os mecanismos de ingerência técnica, quer aumentando a dependência financeira?

Sr. Primeiro-Ministro:

No discurso de apresentação e a propósito da revisão constitucional, lançou um ultimato brutal ao PS: ou aprova o projecto de destruição da Constituição, ou então o PSD não lhes passa um atestado de credibilidade.

Entretanto, Sr. Primeiro-Ministro, todo o projecto contido no programa representa um verdadeiro terramoto anticonstitucional, particularmente nos direitos e garantias dos traba-

lhadores, na organização económica, nas nacionalizações, na Reforma Agrária, nos direitos sociais, na autonomia do poder local, nas garantias de pluralismo e de representação proporcional.

Propõe-se o Governo — com ou sem revisão constitucional — concretizar todo esse programa, que põe em questão, subverte ou anula traços fundamentais do regime.

Afinal, Sr. Primeiro-Ministro, como entende o estrito cumprimento da Constituição que proclamou no discurso de tomada de posse? Uma figura retórica? Ou considera que cumprirá escrupulosamente a Constituição que gostaria de ter e que teria se alguém cedesse às suas ameaças?

Afinal, Sr. Primeiro-Ministro, como entende o respeito pela Constituição e pela lei? Que tipo de mandato vai exercer: o que a Constituição, no seu todo, lhe confere ou o que a Constituição lhe nega e contra a Constituição?

Como será possível deixar perigos reais para a democracia quando um órgão de soberania se perspectiva contra os limites das suas atribuições?

(...)

* Os subtítulos são da responsabilidade da redacção

Interesses restritos de grupo conduzem a maior injustiça social

O campo social constitui porventura, aquele onde se torna mais evidente a diferença entre aquilo que o PSD prometeu no período eleitoral e aquilo que o seu Governo se propõe agora concretizar. O subsídio de apoio ao início do ano escolar, a independência social e económica dos agregados familiares, a habitação condigna para cada família portuguesa — promessas enfaticamente contidas no manifesto eleitoral do PSD — foram assim rapidamente «esquecidas» no curto espaço de algumas semanas.

«Ao anunciar que chegou a hora das «escolhas dolorosas», dos cortes orçamentais, da contenção do consumo e da «moderação» nos aumentos salariais — como bem lembrou Ilda Figueiredo — o programa governamental torna claro que os objectivos da sua política apenas visam favorecer restritos grupos à custa da maior injustiça social para a grande maioria da população.

É a verdadeira face desta política socialmente injusta que Cavaco se propõe aplicar que Ilda Figueiredo pôs a descoberto no decorrer de uma intervenção onde se abordam questões relativas à habitação social, à saúde, à discriminação da mulher, aos jovens, à área educativa e à segurança social.

(...)

Em relação à habitação social, por exemplo, o Governo opta por lançar a responsabilidade da sua construção às autarquias locais e cooperativas, demitindo-se totalmente do seu papel. E quando fala da «progressiva liberalização do regime de arrendamento urbano e que esta passará pela indispensável «mobilidade» dos portugueses não será que afinal o que se pretende é a diminuição dos direitos dos inquilinos, o cortejo de despejos (especialmente de reformados e idosos) e os contratos a prazo instituídos no arrendamento urbano?

«Quem quer saúde paga-a»

Em relação à saúde ao anunciar a destruição da Lei do Serviço Nacional de Saúde rompe com a Constituição e aponta como alternativa o «seguro-doença». O que o Governo está é, afinal, a proclamar o regresso ao tristemente célebre «quem quer saúde paga-a». Trata-se pois, de prosseguir uma política que agravou os problemas da saúde do povo português, que levou ao encerramento de hospitais, maternidades e postos de saúde, que despediu médicos, que usa e abusa da contratação a prazo de técnicos e outros trabalhadores da saúde.

O que é feito da efectiva igualdade de oportunidades, tão apregoada na campanha eleitoral, no acesso à saúde na Assistência Materno-Infantil? Não será isto senão o prosseguir do encerramento das maternidades e o aumento da taxa de mortalidade infantil? Como é possível concretizar o reconhecimento da maternidade e paternidade como valores eminentes quando leis como o Planeamento Familiar, a Educação Sexual e a Interrupção Voluntária da Gravidez não são implementadas a nível nacional e a sua aplicação é boicotada?

E onde estão as medidas para concretizar a efectiva igualdade de oportunidades para as mulheres? A anunciada revisão do regime de faltas introduzindo-lhe mecanismos para penalizar o absentismo e o incentivo aos prémios de produtividade, ao atingir os direitos dos trabalhadores, visa em especial uma maior discriminação da mulher trabalhadora, pondo simultaneamente em causa o reconhecimento da maternidade e da paternidade como valores sociais eminentes. O Governo pretende aprofundar a precariza-



Ilda Figueiredo

ção do trabalho das mulheres de que é o primeiro a dar exemplo na função pública, deixando antever que o pretexto da igualdade afinal talvez vá servir apenas para justificar a imposição do trabalho nocturno para as mulheres na indústria.

«Salve-se quem puder»

Mas também quanto aos jovens, apesar do Governo continuar a encher a boca com a palavra juventude, o programa limita-se a retomar a lógica do «salve-se quem puder», do «desenrascanço». Repetindo a linha do auto-emprego, não resolve os problemas dos jovens como, aliás, o demonstra a prática actual.

É porém, nela, que o Governo insiste, exceptuando um único facto novo: o propósito de acabar à nascença com o subsídio para os jovens à procura do primeiro emprego.

É nítida a opção governamental: desmultiplicar-se, em «incentivos» aos filhos dos empresários e de outras camadas mais favorecidas da população e continua cego, surdo e mudo perante os dramas reais de milhares de jovens que permanecem longo período sem encontrarem o emprego que procuram.

Também na Área educativa ficaram pelo caminho da demagogia eleitoral a criação de novos cursos nocturnos de apoio aos trabalhadores estudantes, tal como os subsídios especiais no início do ano escolar e a prometida duplicação das entradas no ensino superior. E o que se constata é a desvalorização do valor substantivo da Lei de Ba-

ses do Sistema Educativo e das obrigações que impendem ao Governo na sua aplicação e a ausência no programa de medidas concretas de combate ao insucesso escolar e à valorização profissional dos professores. O estatuto da carreira docente foi esquecido, enquanto volta o propósito da tentativa da governamentalização do Conselho Nacional de Educação.

Em vez de reforçar o desenvolvimento do sistema público de ensino como pressupõe a Lei de Bases, o Governo opta por escancarar as portas ao ensino privado. É, afinal, a concretização do menos Estado na Educação, na Saúde, ou na Segurança Social.

Estrangulamento da Segurança Social

É o mesmo princípio que norteia a defesa da passagem para o privado da gestão dos serviços públicos de Segurança Social (creches, infantários, lares de 3.ª idade) com o óbvio encarecimento dos serviços e em prejuízo das populações das camadas e regiões mais desfavorecidas. É o esquecer de medidas con-

cretas que visem os deficientes. É o retrocesso na atribuição do subsídio de doença. É o apostar na criação dos fundos de pensões reservando ao sector segurador (privado, naturalmente) um papel de relevo na captação de poupança de longo

descapitalização e do estrangulamento do sistema a curto ou médio prazo.

O que o Governo quer não é apenas o menos Estado das empresas públicas. Ao querer também o menos Estado no apoio social aos

«Apesar de continuar a encher a boca com a palavra juventude, o programa limita-se a retomar a lógica do «salve-se quem puder», do «desenrascanço»

«O Governo opta por fazer das necessidades sociais uma fonte de negócio para grupos privados, e só para alguns, à custa da grande maioria dos portugueses»

prazo, com destaque para produtos ramo vida e dos fundos de pensões, criando assim as alternativas ao actual sistema de segurança social, demitindo-se o Estado das obrigações constitucionais de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado.

E quanto ao grave problema do financiamento da segurança social nada de concreto é proposto, deixando antever os problemas da

mais desfavorecidos, aos que necessitam dos serviços de saúde e do apoio da segurança social.

O Governo opta por fazer das necessidades sociais uma fonte de negócio para grupos privados, e só para alguns, à custa da grande maioria dos portugueses.

O Governo revela a sua verdadeira face. É essa política injusta que combateremos por todos os meios legais e constitucionais. ■

«Gigantesca operação de espoliação de património público»

A entrega das empresas públicas e nacionalizadas e o agravamento da exploração dos trabalhadores constituem dois eixos centrais de toda a estratégia cavaquista dirigida para a liquidação do regime e do sistema económico constitucionalmente saído do 25 de Abril e para a reconstituição dos grandes grupos económicos privados.

A estas questões-chave se referiu Carlos Carvalhas, na primeira intervenção sectorial da bancada comunista proferida no decorrer do debate, um discurso onde se denunciam os projectos em curso para levar a cabo esta «gigantesca operação de espoliação do património público» e apontam alguns dos expedientes que o Governo se prepara para utilizar com vista a acelerar a centralização de capitais e os processos de acumulação, objectivos que o Executivo espera alcançar designadamente à custa da contenção salarial, ou seja, da diminuição do poder de compra dos salários.

Privatizar a todo o custo

O Governo pretende abertamente e num curto prazo:

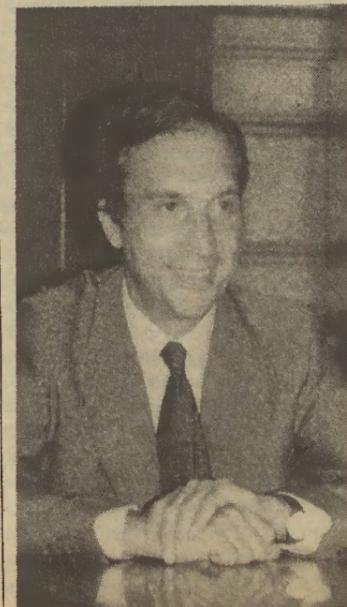
— A privatização progressiva de EP's com entrada e crescente controlo por parte do capital privado até à privatização total

— A entrega ao grande capital do património das EP's

— A venda geral das participações do sector público

Trata-se de uma gigantesca operação de espoliação de património público, do património de todos os portugueses.

Tal como no passado, tudo o que é rentável passa para o capital privado. Tudo o que dá prejuízo ou é serviço público fica na posse do Estado para ser subsidiado pelo orçamento e pago pelos contribuintes.



Carlos Carvalhas

Para o Governo deverá ainda ficar reservado ao Estado o papel de, com o dinheiro dos impostos, que como se sabe recaem no essencial sobre os trabalhadores, «construir a infraestrutura geradora de economias externas» (pág. 40), leia-se geradora de benefícios para o capital privado. Mas mesmo em relação às infraestruturas o Governo ainda ressalva os portos e as auto-estradas pois estes podem ser apetecíveis aos grupos económicos.

É uma pura inversão do papel fundamental que a Constituição reserva ao sector público e reserva por boas razões: um forte sector público, e em particular o controlo público dos sectores estratégicos é uma garantia basililar para a regulação da economia, para um desenvolvimento económico e social independente, para a subordinação do poder económico ao poder político democrático.

Esta é a questão central. E não é a questão do Sr. Primeiro-Ministro quer discutir, por isso mesmo, para iludir o problema, o Primeiro-Ministro refugia-se em falsos argumentos de natureza contabilista, e afirma, sem pestanejar, que de 76 até 87, as EP's não financeiras deram 890 milhões de contos de prejuízo. Mas não é por acaso o PSD que está há 8 anos contínuos no Governo? Não são seus a maioria esmagadora dos gestores? Não foi por acaso o Ministro das Finanças Cavaco Silva que em 1980 obrigou as EP's a recorrerem ao crédito externo, muito mais caro, estrangulan-



**DEPUTADOS
COMUNISTAS
DENUNCIAM
PROGRAMA
DO GOVERNO**

«Tal como no passado, tudo o que é rentável passa para o capital privado. Tudo o que dá prejuízo ou é serviço público fica na posse do Estado para ser subsidiado pelo orçamento e pago pelos contribuintes»

do-as financeiramente? Não foram elas sistematicamente sabotadas? É o que se chama fazer «o mal e a caramunha». Além de que o Governo sabe muito bem que os valores que apresenta estão viciados. O Primeiro-Ministro misturou nos dados relativos ao SEE os das empresas de serviços públicos (aquelas que prestam serviços sociais sem objectivos lucrativos) ao mesmo tempo que subtrai os lucros da banca, dos seguros e outras empresas financeiras.

Teses bolorentas

O Governo chega a negar qualquer papel ao sector público instrumento de política de desenvolvimento, como ontem fez o Primeiro-Ministro, posição que certamente nem a senhora Thatcher subscreveria.

Não apresenta o Programa as velhas e bolorentas teses do «capitalismo popular» das acções a metro? É o similar do velho expediente dos sócios trabalhadores ultra-minoritários, nas sociedades por quotas, procurando dar a ilusão que são proprietários quando efectivamente o não são de coisa alguma.

O gato está tão mal escondido que ao mesmo tempo que o Governo diz dever assegurar a disseminação do capital das EP's pelo maior número de famílias e pelos trabalhadores destas, logo acrescenta que, «por outro lado há que fazer participar accionistas empresáridos com vista a assegurar a racionalidade empresarial destas unidades».

O processo é claro. Há que recolher o maior número de poupanças, dando ao maior número a ilusão de que é proprietário, entregando-lhes para o efeito, um título de propriedade, que até pode ser negociado

«O Governo pretende abertamente e num certo prazo a privatização progressiva de EP's com entrada e crescente controlo por parte do capital privado até à privatização total»

na Bolsa de Valores. Mas como cidadão anónimo, não sabe de gestão e há necessidade de «assegurar a racionalidade empresarial» entregando-se a direcção e o comando das empresas aos accionistas/empresários.

Depois para que a centralização de capitais e os processos de acumulação se acelerem o Governo atribui ao «comportamento dos salários reais» um papel central. É a contenção salarial — peça básica da política do Governo. Devem ser os trabalhadores a assegurar (pág. 42) a **redução do consumo, da inflação, dos custos do investimento e dos custos da produção** e ainda a capacidade de auto-financiamento e da competitividade das empresas.

Também tem a noção das consequências da sua política económica e, por isso, agora, são poucas as promessas calendarizadas e quantificadas. Uma das que explicita é a de que a taxa de crescimento será

superior à média da CEE. Mas isto significa que, se tivermos taxas pouco superiores a esta média, o fosso continuará a aumentar em relação às economias europeias, dado o distanciamento do nível do nosso rendimento. Por outro lado, é ilusório contar com a CEE como factor de desenvolvimento das empresas portuguesas como se esta fosse uma instituição de benemerência. É certo que o Governo continua a caracterizar o primeiro ano de adesão como um êxito, sabendo que muitas das cláusulas ainda não estão em vigor e fazendo tábua rasa dos défices comerciais com a CEE. Mas as afirmações por mais peremptórias que sejam não alteram a realidade.

Cruzada de espoliações

Por isso é significativo que o argumento dos «300 milhões de consumidores à disposição das empresas portuguesas» que constava no manifesto eleitoral seja agora omitida no Programa do Governo. É o reconhecimento evidente que têm sido as empresas estrangeiras a aproveitar o mercado nacional e não as portuguesas a beneficiar do tal mercado dos 300 milhões.

Por isso, o Governo sabendo que os défices externos se vão agravar, desde já adianta que estes serão o resultado inevitável, do «forte investimento», e que estes ficarão sob controlo; sabendo das consequências da adesão à CEE para as pequenas e médias empresas, apressa-se a afirmar que as vai auxiliar, embora noutro ponto afirme, preto no branco, que tornará «mais céleres s mecanismos de falência» (pág. 101). E o mesmo se passa com a agricultura. Porém tudo isto,

integração na CEE, cruzada de espoliações e centralização de capitais é, apresentado como a «modernização da economia» e é claro, em favor dos trabalhadores!

Modernizar o país é pois, na óptica do Governo, ficar com uma mini-siderurgia, liquidar a construção naval, abandonar o ferro de Moncorvo, deixar o cobre português nas mãos da Rio Tinto Zinc para a laboração da metalurgia do cobre em Espanha, entregar as áreas e sectores mais rentáveis da economia portuguesa ao capital estrangeiro, ficar cada vez mais dependente dos «centros de decisão externos».

Modernizar o país é, na óptica do Governo, garantir ao investimento estrangeiro a «moderação» salarial; a efectiva «desportugalização» de empresas que se acentuará com a liquidação do SEE, a que não falta o apoio aos «empresários na procura de parceiros estrangeiros», como diz o programa a pág. 102

(...)

Enfeudamento à CEE compromete desenvolvimento agro-alimentar

A sujeição da nossa política agrícola aos interesses da CEE, o comprometimento do nosso desenvolvimento agro-alimentar e consequente dependência do exterior, a liquidação de milhares de pequenas explorações agrícolas, a concentração da propriedade e a reconstrução do latifúndio — peças essenciais da orientação governativa em matéria agrícola — foram alguns dos temas que mereceram uma detalhada análise de **Lino de Carvalho**, numa intervenção onde se falou também das tentativas de destruição da Reforma Agrária e das novas leis que o Governo tem em carteira para o arrendamento rural e para os baldios. Para além das severas e contundentes críticas que teceu às directivas de Álvaro Barreto para o Ministério da Agricultura, Lino de Carvalho pôs também em destaque no seu discurso as propostas de há muito defendidas pelo PCP sobre o que deverá ser uma correcta política de desenvolvimento agrícola para o nosso país, política essa que, de acordo com as suas palavras, deverá passar, entre outros aspectos, pelo aproveitamento dos recursos nacionais, pelo aumento da produção agrícola e modernização real da agricultura portuguesa, pela diminuição da dependência alimentar.

Devido às políticas agrícolas prosseguidas nos últimos anos a economia do sector agrícola tem praticamente estagnado, designadamente no domínio da produção alimentar (com uma taxa de crescimento médio anual praticamente nula), com o consequente aumento da nossa dependência externa, tendência que é urgente, necessário e possível inverter.

Contradição insanável

Contudo o XI Governo ao propor-se executar uma política agrícola completamente sujeita à política agrícola comunitária, mesmo que em período de transição, está a comprometer o nosso desenvolvimento agro-alimentar.

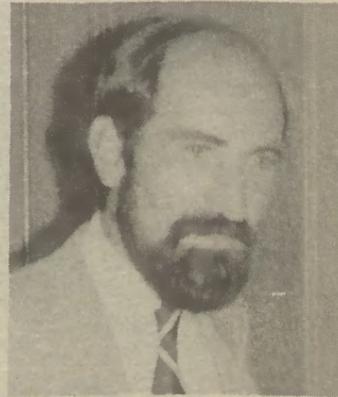
É sabido que entre Portugal e a CEE existe uma contradição insanável: enquanto que para a CEE a questão central é a de conseguir reduzir a sua produção e os seus excedentes e expandir a dimensão do seu mercado, para o nosso país, a questão vital é a de conseguir aumentar as suas produções estratégicas, como os cereais, as oleaginosas, a carne, entre outras.

Com a sujeição da nossa agricultura à PAC a produção e os produtos nacionais perdem o seu mercado interno e o País fica mais dependente do exterior em bens alimentares.

Esta orientação está bem patente no Programa que nos é proposto pelo XI Governo onde não há referência a medidas concretas visando o aumento das produções agrícolas estratégicas e em alternativa oferecemos como acção motora (pág. 87 de Programa) o fomento florestal o que implica obviamente a redução da nossa área de uso agrícola e a expansão da florestação e da eucaliptização desenfreada, como pretende a CEE — é verdade — mas não os interesses do desenvolvimento do País.

A utilização dos diversos instrumentos da PAC conduzem, aliás, exactamente àquele objectivo e, ainda, também à liquidação de milhares de pequenas explorações agrícolas e de milhares de empregos na agricultura, seja pela via dos limites à produção, do congelamento dos preços reais, da concessão selectiva dos subsídios e financiamentos comunitários de onde, como se sabe, por força dos regulamentos, **estão afastados mais de metade dos nossos agricultores e cerca de 400 000 das explorações do País.**

A demonstração do que fica dito



Lino de Carvalho

está patente, aliás, no agravamento em 30% das importações de produtos alimentares nos primeiros cinco meses deste ano.

Concentração da propriedade

Intimamente articuladas com estes objectivos que o Governo oferece ao País estão as orientações propostas no campo da política fundiária, todas elas tendentes à concentração da propriedade e à reconstrução dos latifúndios.

De facto, a insistência numa nova lei do arrendamento rural significa, na linha da proposta de lei apresentada na anterior Assembleia da República, o agravamento da instabilidade e da insegurança para os pequenos rendeiros; o emparcelamento rural, tal como vem sendo executado, aponta para a concentração coerciva da terra e no que se refere à Lei dos Baldios, o Governo insiste no seu projecto de querer retirar a gestão e usufruição dos baldios pelos povos.

Mas é no campo da Reforma Agrária que o Governo é, porventu-

«Tenta também o Governo dar cobertura à sua política de destruição ilegal e inconstitucional da Reforma Agrária com a afirmação pelo Primeiro-Ministro de que «a experiência colectivista na agricultura portuguesa — leia-se Reforma Agrária — redundou em total fracasso». Mas é significativo que tendo citado tantos números noutras áreas não tivesse citado um único que confirmasse esta sua afirmação»

ra, mais claro. Sem subterfúgios o Governo anuncia o agravamento da guerra já declarada e desencadeada desde há muito por meras razões ideológicas, de interesse de classe e de favorecimento de clientelas partidárias. Mas mesmo aqui o Governo procura desviar a atenção dos objectivos fundamentais da sua política com a afirmação de que «serão integralmente respeitados os direitos adquiridos por todos aqueles a quem foram distribuídas ter-

ras» e encorajados «os agricultores mais dinâmicos e eficientes.» Mas, como concilia o Senhor Primeiro-Ministro essa afirmação com o facto do seu Governo estar a expulsar dezenas de pequenos agricultores a quem foram distribuídas terras da Reforma Agrária, como sucede actualmente, entre outros, com os 25 rendeiros do Estado, em Odemira, a quem o Sr. Primeiro-Ministro foi pessoalmente entregar terra e que foram agora notificados para as abandonarem proximamente a fim de serem entregues aos antigos grandes proprietários, terras em que alguns deles fizeram investimentos da ordem das dezenas de milhares de contos?

Tenta também o Governo dar cobertura à sua política de destruição ilegal e inconstitucional, da Reforma Agrária com a afirmação pelo Primeiro-Ministro de que «a experiência colectivista na agricultura portuguesa — leia-se Reforma Agrária — redundou em total fracasso.»

Mas é significativo que tendo citado tantos números noutras áreas não tivesse citado um único que confirmasse esta sua afirmação.

Liquidar a Reforma Agrária

O que o Governo propõe, de facto, é o agravamento da instabilidade social, o aceleramento da destruição da Reforma Agrária, sem a criação de quaisquer alternativas válidas para a produção e para o emprego.

E quando o Governo tenta amaiar os efeitos de todas estas propostas com a afirmação de que vai «construir novos regadios» e «promover a recuperação acelerada dos regadios colectivos (pág. 87 do Programa) convém lembrar que grandes projectos de irrigação, como o Alqueva, estão parados (...); outros projectos evoluem de forma desarticulada e a ritmos inadequados, como os casos da Cova da Beira e do Mondego e perímetros de rega como o Mira, Odivelas, Roxo, Caia estão largamente subaproveitados, sendo verdade que o PSD já é responsável pela pasta da agricultura vai para 8 anos.

Também à promessa do Senhor Primeiro-Ministro, ontem, de que o Governo vai promover o aparecimento de indústrias na Região do Alentejo importa recordar que a prática do PSD, no Governo, tem sido, pelo contrário, a do encerramento de unidades industriais como a FORE, o DIVOR, a CONSOL, etc., e a paralisação e desmembramento de parques industriais.

A política que interessa ao País é outra: é a do aproveitamento dos

recursos nacionais; do aumento da produção agrícola e do desenvolvimento e modernização real da agricultura portuguesa; da diminuição da dependência alimentar; do aumento da segurança, estabilidade e condições de vida para os agricultores e trabalhadores rurais, do apoio às pequenas e médias explorações agrícolas e à Reforma Agrária, da coexistência dos diversos sectores de propriedades previstos na Constituição da República Portuguesa. ■

Deputados comunistas interrogam o Governo

As perguntas formuladas aos membros do Governo pelos deputados comunistas abrangeram praticamente a totalidade dos temas em aberto pelo debate. As respostas, pela voz autorizada de ministros, confirmaram, entretanto, a justeza das apreensões manifestadas, ajudam a compreender os alertas e denúncias feitas, explicam a necessidade de cerrar fileiras em defesa do regime democrático. No seu conjunto, constituíram uma importante chegada ao debate. Animaram-no. Foram um decisivo elemento clarificador de princípios e das posições em presença.

Política económica

— (...) «O instrumento fundamental da política económica apresentada por este Governo são os salários reais, são os rendimentos do trabalho (...) É com eles que pretende combater a inflação reduzir os défices externos. (...) Este instrumento não é afinal uma política de protecção do capital contra os rendimentos do trabalho?»

(Octávio Teixeira)

Política externa

— «O programa eleitoral do PSD refere que "será também preocupação dominante a luta contra a violação do direito à autodeterminação da população de Timor-Leste por parte da Indonésia". No Programa do Governo, a palavra "autodeterminação" desapareceu e propõe-se tão só a procura de uma solução condigna para a questão de Timor (...) Pergunto: porquê, o que se passou e o que justifica esta diferença?»

— (...) «O Governo concorda ou não com a instalação em Portugal de uma estação de rastreio como a de Almodôvar, integrada, como se sabe, na iniciativa de defesa estratégica.»

— «Tomará o Governo as medidas adequadas para impedir que o território nacional seja utilizado por forças que estão contra os Governos legítimos, nomeadamente das Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique?»

— «Na página 24 do Programa refere-se que um dos

objectivos do Governo em matéria de relacionamento com a CEE é concretizar o Programa de Modernização da Indústria Portuguesa. Colocado no quadro do relacionamento com a CEE, o que se pergunta é o seguinte: não existindo o Plano Europeu de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, o que é que isto significa?»

(João Amaral)

Educação

— (...) «Que medidas concretas vai tomar o Governo relativamente aquilo que no texto surge como a valorização social e profissional dos educadores e como vai distribuir no tempo essas medidas que eventualmente porá em execução?»

— (...) «O Governo refere o fortalecimento dos meios de Acção Social Escolar e a adopção das medidas de justiça social que privilegiam os alunos mais carenciados. Como pensa o Governo atingir estes desideratos quando, como se sabe, os regimes de capitação e de bolsas de estudo são de tal forma ridículos que muitas famílias que vivem com um salário mínimo não têm direito a apoios para os filhos que estudam?»

— (...) «Que será feito para acabar com a situação de milhares de professores que exercem com contratos a prazo, quer nos sectores de educação pré-escolar, quer nos sectores do ensino básico e secundário?»

— (...) «Não se vislumbra no texto que foi distribuído pelo Governo uma referência a questões concretas relativamente às CERCIS e a outras instituições não lucrativas que dão apoio a crianças deficientes. (...) O que é que o Governo pensa fazer relativamente a esta matéria?»

(Linhares de Castro)

Juventude

— (...) «O manifesto eleitoral da JSD fala da criação de 300 mil novos postos de trabalho para jovens em quatro anos. Pergunto: onde é que se vê qualquer referência minimamente quantificada ou aproximada em relação a isto no Programa do Governo?»

— «Esse mesmo manifesto fala, ainda, de um programa integrado de criação de emprego. Onde é que o Sr. Deputado vê qualquer referência a isto, especificamente para jovens, no Programa do Governo?»

— (...) Fala no cumprimento da lei das associações de estudantes. Mas, ao que parece, o Governo não tem, ainda, esta lei bem assimilada para si, pois, o tratamento é nulo em todo o Programa, bem como nas afirmações feitas na Assembleia. (...) Querá isto dizer que o Governo em relação a esta lei, irá ter um procedimento idêntico àquele que já promete em relação à Lei do Subsídio de Desemprego, ainda recentemente aprovado (...), um novo direito dos jovens portugueses (...) que o Governo quer aniquilar logo à partida?»

(Rogério Moreira)

Agricultura

— (...) «Como justifica que as importações de carne de ovinho tenham aumentado mais de 70% durante o ano de 1986 e que o saldo das importações/exportações com a CEE no mesmo sector se tenha agravado em 52%?»

— «Como justifica ainda que os preços de carne de ovinho tenham baixado mais de 50% ao produtor desde Dezembro até agora?»

(Álvaro Brasileiro)

— (...) «Continuamos a ter não apenas uma estagnação ao nível dos consumos intermédios como mesmo uma recessão em áreas fundamentais, designadamente em macronutrientes (azoto, fósforo, potássio), em que os consumos se reduziram ou quase estagnaram nos últimos dois anos. Assim explicar-me-á como é possível falar-se em desenvolvimento da produção e da produtividade, (...) sem aumentarem os consumos intermédios dos factores de produção?»

— (...) «Para onde irão os ganhos de produtividade que se venham a obter na agricultura se continuarmos a orientar o investimento que vem da Comunidade, de uma forma anárquica, para sectores industriais onde se estão a criar capacidades já excedentes, deixando sem qualquer apoio zonas do interior do País que caminham para a desertificação humana?»

— «O Sr. Ministro não se referiu à questão da expulsão de agricultores que se está a processar em Odemira. (...) Não o fez porque o Sr. Primeiro-Ministro ainda irá responder a isso, dado que foi ele que fez a entrega dessas terras, ou não o fez porque se sente inibido perante ele, já que expulsa agricultores sem o conhecimento do Sr. Primeiro-Ministro?»

(Rogério Brito)

A opção pelo capital contra o mundo do trabalho

Os aspectos ligados ao mundo do trabalho, designadamente à questão dos salários, à legislação laboral, à contratação colectiva e às liberdades sindicais, foram os temas mais em foco na intervenção que **Jerónimo de Sousa** proferiu em nome do Grupo Parlamentar do PCP, sem dúvida o partido que mais vigorosamente denunciou ao longo do debate os propósitos do Governo PSD de intensificar a exploração dos trabalhadores e de os despossar de direitos fundamentais. A contenção dos salários e o vasto pacote laboral em preparação (compreendendo a liberalização dos despedimentos, a penalização dos trabalhadores, o esvaziamento das suas garantias e as restrições às suas liberdades sindicais), mereceram assim uma pormenorizada atenção no discurso do deputado comunista que, a concluir, exprimiu a sua renovada confiança na capacidade dos trabalhadores portugueses continuarem a saber unir-se «**em torno daquilo que são para si direitos fundamentais**», desenvolvendo para o efeito, no quadro constitucional, «**as formas e a luta necessária para a sua defesa**»

«Escolhas dolorosas»

Para o mundo do trabalho, quis o Governo, no seu Programa assumir com crueza opções contrárias à tão proclamada imagem da estabilidade, abandonando as generalidades e os disfarces que percorriam e preenchiam, nessa área, o Manifesto Eleitoral do PSD.

A opção decerto sempre esteve tomada. Por razões de tática eleitoral, não estava era clarificada.

Lia-se no manifesto eleitoral, entre outras promessas a melhoria dos salários reais dos trabalhadores, a redução dos horários de trabalho e a modernização da legislação laboral com a participação empenhada dos parceiros sociais. Mas agora, confrontados com a leitura do programa, percebe-se em toda a extensão aquilo que o Governo afirma ser as suas «escolhas dolorosas». Dolorosas sem dúvida particularmente para os trabalhadores naquilo que é o cerne dos seus direitos individuais e colectivos.

Começando pelos salários, a página 62 do Governo encontrou a ma-



Jerónimo de Sousa

triz: contenção dos salários e entrega ao capital da parte de leão dos aumentos da produtividade. Esta orientação faz recolocar uma questão posta pela minha bancada ao Senhor Primeiro-Ministro logo no dia da apresentação do programa e que

não foi respondida. Sabendo-se que a parte dos rendimentos do trabalho do rendimento nacional tem vindo sistematicamente a diminuir há já alguns anos (tal como de 85 para 86, e sobre a responsabilidade do Governo PSD) até ao nível (pouco moderno e pouco europeu) dos 43%, tal orientação não é uma opção ideológica, visando o aumento da exploração dos trabalhadores? É sintomático que o Senhor Primeiro-Ministro se recuse a responder. Não é seguramente neutro, meramente pragmático, um programa que impõe como pressupostos «de diminuição da inflação, da competitividade do sector exportador, do autofinanciamento das empresas, da redução dos custos unitários de produção, **a contenção dos salários!** Mas para o Governo é essa a chave de tudo, a varinha mágica para o Governo e para o patronato e bastão doloroso para os trabalhadores. Como são farisaicas as proclamadas intenções de concertação social. O que se quer afinal é a resignação sindical, o conformismo social e laboral, para levar por diante uma política que sacraliza o lucro em desfavor de quem vive apenas do seu trabalho. E não se venha com a teoria de que contendo os salários e entregando a riqueza criada aos capitalistas crescerá o emprego. Basta lembrar que no passado recente a imposição de tectos salariais não resolveu o problema.

Poder laboral absoluto

Mas o Governo quis ir mais longe. Não lhe basta conter os salários. Precisa de restringir ou mesmo retirar direitos fundamentais dos trabalhadores no plano individual e colectivo, enfraquecer a sua capacidade organizativa, criar a insegurança através da precarização no emprego e restituir o poder patronal absoluto na empresa. De forma nua e

crua aquilo que era um parágrafo retórico do seu manifesto dá lugar agora no programa ao caderno reivindicativo há muito exigido pelo grande patronato. Alteração à lei das associações sindicais, da contratação colectiva, das férias, feriados e faltas dos horários de trabalho e do regime dos turnos e inevitavelmente a lei dos despedimentos. Não são só títulos! Estão lá as intenções e directrizes.

Por que é do Programa que estamos a tratar não se exigiria ao Senhor Primeiro-Ministro que falasse em termos de especialidade de cada uma das peças deste tamanho rol patronal. Mas porque temos nas mãos aqueles projectos e propostas mal assumidos e pouco divulgados do Governo anterior onde as alterações à lei da Contratação colectiva significavam a limitação do direito à greve e imposição por decreto do «Pacto Social», onde alteração à Lei das Férias, Feriados e Faltas significariam a perda de direitos adquiridos, sobrecarga dos ritmos de trabalho e acções, directa ou indirectamente repressivas contra o exercício da liberdade sindical, nomeadamente a nível do crédito de horas e contra a protecção à maternidade e às faltas por doença, onde alteração dos horários de trabalho significava a sujeição e o desregramento da vida dos trabalhadores dentro e fora da empresa quase até ao absurdo, nomeadamente quando propunha por exemplo, a possibilidade de 52 horas semanais e o descanso de 7 em 7 domingos, seriam coisa bastante para referenciar este Governo do que pensa sobre direitos e conquistas dos trabalhadores consagradas na lei e nas Convenções Colectivas de Trabalho.

A ameaça do desemprego

Mas mais uma vez a proposta de lei de despedimentos individuais surge como trinco e corolário duma vontade política virada para a re-

constituição do poder patronal absoluto para que este possa decidir, a nível de empresa sobre como, quando e quem quer despedir. A teoria da flexibilização não tem nada de novo nem de moderno. O Governo não descobriu nada. Inventada e aplicada nalguns países da Europa Comunitária, fracassou, já que o desemprego continua a existir e a crescer. Afinal os campeões da estabilidade propõem nem mais nem menos, a instabilidade, a hiperprecarização, a insegurança no emprego, a ameaça permanente do despedimento para os trabalhadores, numa palavra, transformar todo e qualquer trabalhador num contrato a prazo incerto.

Cabe aqui um parentesis para rejeitar uma indefensável afirmação do Sr. Primeiro-Ministro da apresentação do Programa. Responsabilizar a legislação laboral existente pelo alastramento da exploração do trabalho infantil (alastramento verificado precisamente durante o mandato do anterior governo PSD) é muito mais do que fugir às responsabilidades. É ser insensível e tratar de forma pouco séria um problema sério da sociedade portuguesa.

Segundo se anuncia a actuação governamental visa ainda duas outras direcções. Em primeiro lugar para camuflar a guerra aberta àquilo que é a génese do direito ao trabalho e à segurança no emprego e das liberdades sindicais o Governo vai pôr em prática medidas pontuais e avulsas que esbatam a violência e o sentido classista das orientações ora propostas. Em segundo lugar invocando constantemente a concertação social procurará refugiar-se em circuitos fechados e restritos que impeçam o mais possível o conhecimento, a opinião, a participação e a intervenção alargada dos trabalhadores e das suas organizações, que são direitos essenciais tão bem expressos na Constituição da República e tão sonogados neste Programa ■

(...)



DEPUTADOS COMUNISTAS DENUNCIAM PROGRAMA DO GOVERNO



O povo saberá defender Abril e as suas conquistas

O debate do programa do Governo trouxe uma grande clarificação dos propósitos, planos e objectivos do PSD e do Executivo Cavaco Silva e dos perigos que deles decorrem para o regime democrático consagrado na Constituição, afirmou

o líder parlamentar comunista Carlos Brito na intervenção proferida em nome do PCP no período de encerramento do debate do programa do XI Governo Constitucional.

Passando em revista as principais questões vindas a lume ao longo dos três dias em que se prolongou a discussão do texto governamental, Carlos Brito definiu as posições do Partido relativamente a cada uma das matérias em debate e justificou a apresentação da moção de rejeição, acabando por se deter mais circunstanciadamente em várias acusações já anteriormente formuladas ao Governo por outros deputados comunistas — que o próprio debate se encarregou de confirmar —, nomeadamente quanto aos perigos que decorrem da reconstituição do capitalismo monopolista de Estado, das limitações às liberdades e direitos dos cidadãos, da estratégia económica de sobreexploração dos trabalhadores e dos ataques aos seus direitos, dos anunciados projectos de revisão de todas as leis eleitorais.

(...)

É de salientar desde logo que o senhor Primeiro-Ministro faz assentar toda a projectada acção governativa em dois pressupostos inaceitáveis.

O primeiro é o de que os resultados eleitorais de 19 de Julho confeririam ao Governo legitimidade para levar a cabo uma vasta operação de alteração do regime, reclamando abertamente uma Constituição à medida do Governo. Isto não é e não pode ser assim.

Ninguém contesta a legitimidade de um governo executar com base na maioria obtida o seu programa. Mas tem que fazê-lo, obrigatoriamente, no quadro do regime. Mal andaria o país se mudasse de Constituição sempre que se forma uma nova maioria ou conformasse a Constituição a cada novo programa do Governo, em vez de ser este a conformar-se e a dar cumprimento à Constituição.

É também inaceitável a concepção redutora e limitativa que o Primeiro-Ministro revelou sobre o papel e os direitos dos partidos da oposição, bem como o espartilho paternalista e ameaçador em que pretende envolver todos os que se opõem às concepções e acções ilegais e inconstitucionais do Governo. Percebe-se que ao Governo conviesse uma oposição domesticada que o aplaudisse com frequência e pedisse licença para discordar. Mas



Carlos Brito

e nacionalizadas entregando-as ao grande capital e liquidar a Reforma Agrária numa gigantesca operação de espoliação que ao contrário do que diz o Governo não se destina ao desenvolvimento económico do país, antes servindo exclusivamente os interesses dos grandes grupos económicos, as ávidas clientelas do Governo. Com esta operação o que se visa não é o bem-estar dos portugueses mas a concentração monopolista que põe em risco a subordinação do poder económico ao poder político.

O debate dissipou ilusões quanto à verdadeira política do Governo em relação aos trabalhadores e à popu-

ção da exploração dos trabalhadores e visando despossá-los de direitos fundamentais, o Governo prepara um vastíssimo pacote laboral, compreendendo a liberalização dos despedimentos, a penalização dos trabalhadores em matéria de salários, faltas, férias e feriados, o esvaziamento das garantias dos trabalhadores em matéria de contratação colectiva. Mais: o Governo quer introduzir limitações à liberdade sindical, revendo a legislação conquistada com o 25 de Abril.

Tal é a estabilidade que o Primeiro-Ministro promete aos trabalhadores portugueses! E poderá alguém convencer-se de que eles vão aceitá-la conformados e sorridentes, que não vão agir e reagir como é seu direito legal e constitucional?!

Poderá alguém julgar que os portugueses vão alegrar-se ao verem-se abandonados na doença e na velhice, devido à limitação drástica da responsabilidade do Estado nos campos da saúde e da segurança social, com a liquidação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o aumento dos medicamentos, a privatização crescente da segurança social?!

Significativamente o Governo, que está empenhado em que haja menos Estado em sectores essenciais ao bem-estar dos portugueses, aposta decididamente no reforço dos aparelhos policiais, dos serviços de informações e outras estruturas representativas do Estado. Não se trata portanto de reduzir o Estado, trata-se de reduzi-lo em áreas de responsabilidade que podem transformar-se em campo de negócios do capital e das clientelas do Governo.

Retrocesso histórico

É isto que o Governo considera «modernização» do País. É isto que o Governo pretende apresentar aos jovens como um modelo exaltante, embrulhado em ilusões e promessas. Mas não é! Seria um retrocesso e um grande retrocesso histórico. Para nós, comunistas, não são velharias a firme defesa da independência nacional que o Governo enfeuda à CEE, à NATO e a interesses norte-americanos.

Não são velharias o aproveitamento e valorização dos nossos recursos e energias internas que o Governo desperdiça ou põe nas mãos de interesses estrangeiros, a subordinação do poder económico ao poder político democrático que o Governo subverte.

Não pode modernizar o país um Governo que assenta toda a sua estratégia económica na sobreexploração dos trabalhadores, que torna o País cada vez mais dependente de centros de decisão externos e deixa invadir pelo capital estrangeiro as áreas e sectores mais rentáveis da economia portuguesa, ao mesmo tempo que estrangula os pequenos e médios agricultores, esbulha os rendeiros e povos dos baldios e condena à falência milhares de empresários no comércio e na indústria.

Modernização não pode nunca significar a liquidação da siderurgia e das construções navais. O abandono do projecto do Alqueva e de outros grandes projectos nacionais, o desmantelamento de empresas tão fundamentais como a TAP, a RN, a EDP, o agravamento dos problemas do povo no campo da saúde, da habitação. As tentativas de

domesticar o poder local democrático e atrasar o processo de regionalização. Esta política não resolverá os problemas nacionais e muitos dos que foram tentados por promessas eleitoralistas a seu tempo verão o negro futuro que o Governo prepara.

Alertar para tudo isto não é ver fantasmas como diz o Primeiro-Ministro mas denunciar projectos reais do Governo que até têm nome como se vê e são verdadeiras ameaças. Pela nossa parte sabemos distingui-las daquelas outras medidas no campo da Justiça, da Reforma Fiscal, da Educação e da Administração Pública, exigidas há muito pelos mais diversos quadrantes e para as quais já contribuímos e continuaremos a contribuir com projectos de lei e outras iniciativas concretas.

Concentração monopolista

Mas não é aí que está o essencial do programa do Governo. O cerne do programa do Governo é a reconstituição do capitalismo monopolista de Estado com perigosas limitações das liberdades e direitos dos cidadãos. Revestem particular gravidade dois propósitos governamentais claramente revelados: o primeiro é o propósito de o Governo agir em desrespeito e afrontamento sistemático da Constituição preparando uma revisão tendente à sua revogação.

O segundo é o projecto de revisão de todas as leis eleitorais, incluindo a do Presidente da República, para propiciar ao PSD o controlo de todos os órgãos do Estado e a sua perpetuação no poder.

Não tem outro propósito também a entrega dos órgãos de Comunicação Social públicos aos grandes grupos económicos. Trata-se de um golpe no pluralismo e da criação de condições para uma manipulação maior e mais directa da opinião pública.

A resposta a um tal projecto não pode ser outra senão a firme rejeição desta política e deste programa,

a qual não tendo o Governo apresentado um voto de confiança só pode exprimir-se através da votação de moções de rejeição. Foi esta a razão pela qual apresentamos a nossa e votaremos a favor da moção do PS, não evidentemente porque partilhemos os considerandos dessa moção, que definem tão só a concepção e estilo de oposição do PS, mas porque partilhemos um objectivo que é comum — a rejeição do programa do XI Governo.

Nada nos afastará deste rumo fundamental e não surtirão efeito em relação ao PCP a intriga, o divisionismo, as tentativas de classificar a oposição em «bem comportada» e «mal comportada», o acirrar de inaceitáveis tentações hegemónicas que a gravidade da situação torna ridículas. Compreende-se que o Primeiro-Ministro aponte como último caminho de credibilidade para a oposição o colaboracionismo com o Governo e o desentendimento entre os partidos democráticos. Percebe-se que convinha ao Governo uma oposição que não tivesse divergências quanto à substância das políticas do Governo, que objectasse tão só a aspectos pontuais e formais da sua concretização; mas isso não seria oposição nenhuma e é patente que aquilo que pretendem o Governo e o PSD é quebrar a resistência à execução dos seus projectos, desvalorizar a contestação da sua política e assegurar a sua permanência no Poder.

Pela nossa parte e face aos perigos que generalizadamente se reconhecem tudo faremos para que se mantenham abertos os caminhos do diálogo entre os partidos da oposição e todos aqueles que se opõem à política do Governo e aos que no futuro virão a fazê-lo.

Temos como partido fundas raízes no nosso povo, na sua história, nas suas tradições de luta, nas mais diversas e difíceis situações. Enfrentaremos o futuro com confiança. Confiamos profundamente em que o povo português não deixará perder Abril, saberá defender a democracia e as suas conquistas. ■



GRUPO PARLAMENTAR
DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
MOÇÃO DE REJEIÇÃO

Tendo em conta o grave conteúdo e implicações para a situação dos trabalhadores e outras camadas laboriosas, para o desenvolvimento do País e para o regime democrático-constitucional, da política apresentada no Programa do Governo tal qual foi posta em relevo no decurso do debate, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao abrigo do artigo 183º nº 2, alínea g) da Constituição da República Portuguesa, apresenta a seguinte Moção:

A Assembleia da República rejeita o Programa do XI Governo.

Assembleia da República, 28 de Agosto de 1987

pel' Grupo Parlamentar do PCP,

Carlos Brito

«Não pode modernizar o País um Governo que assenta toda a sua estratégia económica na sobreexploração dos trabalhadores, que torna o País cada vez mais dependente de centros de decisão externos e deixa invadir pelo capital estrangeiro as áreas e sectores mais rentáveis da economia portuguesa»

isso não seria uma oposição, tal qual está consagrada constitucionalmente e faz parte integrante da vida democrática do nosso país, que não começou — como se sabe — com a chegada do prof. Cavaco Silva ao tablado do poder mas com o 25 de Abril de 1974.

Ao clarificar os grandes objectivos do Governo o debate não só veio legitimar como tornar indispensável o reforço da oposição à política projectada pelo novo executivo do PSD.

Satisfazer clientelas

Confirmou-se que o Governo pretende destruir as empresas públicas

lação laboriosa, demonstrando que o Governo prepara não a melhoria das condições de vida mas aquilo a que chama as «escolhas dolorosas», isto é, a contenção salarial, os cortes orçamentais nas áreas sociais. Para o Governo devem ser os trabalhadores a suportar os custos da redução do consumo e da baixa da inflação. É na contenção salarial que se quer fazer assentar a baixa dos custos do investimento e de produção e a capacidade de autofinanciamento e a competitividade das empresas. É a isto que o Governo chama uma política de justiça social!

Pacote laboral

Com este objectivo de intensifica-

Em resumo:

	A Constituição:	O Governo:	O PCP:	O PS:
Sector Empresarial do Estado	<ul style="list-style-type: none"> «Todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» (artigo 83) 	<ul style="list-style-type: none"> «O Governo vai propor à Assembleia da República, ainda no presente quadro constitucional, importantes alterações legislativas, designadamente: proposta de lei sobre a transformação de EPs em sociedades anónimas de economia mista (maioria do Estado ou outros entes públicos e minoria do sector privado); proposta de lei sobre a venda, troca ou dação em pagamento de elementos patrimoniais de EPs; proposta de lei sobre alienação de participações do Estado ou de outros entes públicos». (Programa do Governo, pág. 75) 	<ul style="list-style-type: none"> «(...) O SEE continua a constituir a base e o instrumento mais adequado de um processo de relançamento da economia (...). Na área industrial as empresas públicas e participadas posicionam-se em nós estratégicos do desenvolvimento, desempenhando papel preponderante na modernização da economia (...)» (Programa eleitoral do PCP, pág. 28) 	<ul style="list-style-type: none"> «(...) O PS não é contra a privatização, mas não aceita que ela se faça em qualquer grau nem de qualquer maneira. É bom que nos seus afloramentos de auto-suficiência, o Governo tenha isso em conta na perspectiva da revisão constitucional» (Vitor Constâncio, debate do programa do XI Governo, 27/8/87)
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> «A reforma agrária é um dos instrumentos fundamentais de realização dos objectivos da política agrícola» (artigo 96) «A transferência da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham será obtida através da expropriação dos latifúndios e dos grandes explorações capitalistas» (artigo 97) «Os regimes de arrendamento e de outras formas de exploração de terra alheia serão regulados por lei de modo a garantir a estabilidade e os legítimos interesses do cultivador» (artigo 101, §1) 	<ul style="list-style-type: none"> «Revisão da lei dos baldios, atribuindo claramente ao Poder Local a responsabilidade pela administração pelos terrenos baldios» (Programa, pág. 32) «Aprovação de um conjunto coerente de medidas fundamentais no domínio da legislação agrária, com relevo para o arrendamento rural e florestal, o emparcelamento rural, a exploração dos baldios e o estatuto de uso e posse da terra na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)» (Programa, pág. 84) «Reformulação da Lei de Bases da Reforma Agrária» (Programa, pág. 89) 	<ul style="list-style-type: none"> «Defender e consolidar a Reforma Agrária — reposição da legalidade, cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, viabilização das UCPs/Cooperativas através do apoio técnico e económico e do rigoroso acerto de contas entre estas e o Estado» «Defender os direitos consignados na Lei do «Arrendamento Rural» e sua melhoria, reforçando a estabilidade dos rendeiros, impedindo a sua descapitalização, designadamente pondo cobro às rendas especulativas» «Defender a lei dos Baldios que consagra o uso e gestão dos baldios aos povos» «Subordinar o emparcelamento agrícola, quando necessário, a três princípios: absoluto respeito pela vontade dos que exploram directamente a terra, (...) melhoria da estrutura económica-agrícola das pequenas explorações e valorização dos recursos e da estrutura produtiva (...)» (Programa eleitoral do PCP, pág. 20) 	<ul style="list-style-type: none"> «No Sul as esperanças depositadas por muitos homens de boa vontade, no necessário processo de reforma agrária, foram quase totalmente frustradas» «Na Zona de Intervenção da Reforma Agrária é urgente pôr cobro ao foco de instabilidade, e simultaneamente travão à modernização, que a actual situação jurídico-social não saneia e não favorece (...)» «O Partido Socialista empenhar-se-á na revisão da legislação no sentido nomeadamente (...) de apoio aos esforços de transformação das UCPs em empresas cooperativas, estabilizando os títulos de uso da terra (...)» (Programa eleitoral do PS, pág. 48)
Leis laborais	<ul style="list-style-type: none"> «É garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos» (artigo 53) «É direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa» (artigo 54, §1) «É reconhecida aos trabalhadores liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses» (artigo 56, §1) 	<ul style="list-style-type: none"> «Revisão da lei das Associações Patronais e das Organizações Sindicais, dentro dos princípios de liberdade e autonomia consagrados nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho» «Revisão da legislação que regulamenta a contratação colectiva, diminuindo gradualmente a intervenção administrativa» «Revisão do regime de férias, feriado e faltas, introduzindo-lhe mecanismos que incentivem a assiduidade e penalizem o absentismo» «Flexibilização controlada da cessação do contrato individual de trabalho» (Programa, págs. 138 e 139) 	<ul style="list-style-type: none"> «Realização prática dos direitos e garantias dos trabalhadores consagrados na Constituição (...)» «Garantia da liberdade sindical e da autonomia das associações sindicais (...)» «Reconhecimento efectivo e alargamento dos direitos das associações sindicais (...)» «Reconhecimento da contratação colectiva como direito fundamental dos trabalhadores (...)» (Programa eleitoral do PCP, pág. 8) 	<ul style="list-style-type: none"> «Os argumentos de procura de maior flexibilidade escondem, no entanto a questão central que é a exigência de recuperação de uma lógica profundamente autoritária na gestão empresarial» «(...) é a possibilidade de despedimento individual sem justa causa por parte de um patronato que aspira ao regresso a um estado todo-poderoso no seio da empresa que está em causa» (Programa eleitoral do PS, pág. 39)
Leis eleitorais	<ul style="list-style-type: none"> «Os deputados são eleitos segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt» (artigo 155) 1 — «A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão colegial executivo perante ele responsável» 2 — «A assembleia será eleita por sufrágio universal directo e secreto dos cidadãos residentes, segundo o sistema de representação proporcional» (artigo 241) 1 — «O presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos portugueses eleitores, recenseados no território nacional» 2 — «O direito de voto é exercido presencialmente no território nacional» (artigo 124) 	<ul style="list-style-type: none"> «No âmbito das eleições legislativas importa, na medida em que a Constituição o consinta, encerrar a redução do número de deputados à Assembleia da República» «Para as autarquias deve proceder-se à respectiva alteração no sentido de facilitar a formação de executivos municipais maioritários» «Rever a legislação relativa às eleições presidenciais no sentido de conferir direito de voto aos portugueses não residentes» (Programa, pág. 19) 	<ul style="list-style-type: none"> «É caso para perguntar, Senhor Primeiro-Ministro: não é esse objectivo de concentração de Poder político que o leva a propor a alteração das leis eleitorais, a da Assembleia da República para obter mais deputados com menos votos; das autarquias locais para obter condições mais favoráveis às hegemonias locais do PSD; e até a lei eleitoral do próprio Presidente da República?» (João Amaral, debate programa do Governo, 26/8/87) 	<ul style="list-style-type: none"> «(...) Tudo o que politicamente lhe exigimos é democraticamente irrecusável: a observância da Constituição e das leis, o respeito dos demais órgãos de soberania e designadamente o Parlamento, a rigorosa preservação das condições normais da alternância democrática e o tratamento devido à oposição (...)» (Vitor Constâncio, debate do programa do Governo, 27/8/87) «(...) A lei eleitoral deve ter consagração constitucional. Vir este Governo preconizar uma reforma profunda da lei vigente sem qualquer ligação ou enquadramento no processo de revisão constitucional é pelo menos um mau começo» (Vitor Constâncio, debate do programa do XI Governo, 27/8/87)
Comunicação Social do Estado	<ul style="list-style-type: none"> «A televisão não pode ser objecto de propriedade privada» (artigo 38, § 7) «Os órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado e a outras entidades públicas, ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico, são utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo, administração e os demais poderes públicos, e assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião» (artigo 39 § 1) 	<ul style="list-style-type: none"> «A intervenção do Estado limitar-se-á à garantia de um serviço público mínimo na rádio e na televisão» «O Governo empenhar-se-á na rápida aprovação de uma lei de televisão com a consequente abertura da actividade televisiva à iniciativa não estatal» (Programa, pág. 181) 	<ul style="list-style-type: none"> «Assegurar o direito a uma informação objectiva e plural é uma exigência da sociedade democrática, cuja satisfação é essencial ao exercício do conjunto dos restantes direitos políticos (...)» (Programa eleitoral do PCP, pág. 14) «Não é o objectivo de pretender progressivamente limitar a vivência pluralista, que caracteriza o regime, que o leva a propor desfazer-se da maior parte do sector público da comunicação social?» (João Amaral, debate programa do Governo, 26/8/87) 	<ul style="list-style-type: none"> «O PS defende a existência concorrencial de empresas do sector público com empresas do sector privado nos domínios da Imprensa, Rádio e Televisão» «O sector público da Imprensa deverá ser gerido e organizado segundo critérios de competitividade e de eficácia de gestão a fim de assegurar a sua efectiva independência» (Programa eleitoral do PS, pág. 61)

Saúde cor de laranja

Quando tinha grande oposição, Cavaco queixava-se da Assembleia. Agora já não se queixa. E não hesitou mesmo em classificar o debate de «saudável e civilizado». Tal atitude não deixa de ter a ver com a forma comó o PS se comportou logo no início da discussão do programa, nomeadamente com a intervenção de Vítor Constâncio, elogiada por Machete e recebida cordialmente pelo Governo. Sendo a privatização o grande tema e aparecendo o PS como dócil interlocutor de uma proposta que tende a arrancar as raízes económicas do próprio regime democrático saído de Abril, é mesmo natural que Cavaco e o PSD se mostrem pouco incomodados com as críticas severas dos comunistas. No entanto, para Cavaco, certamente haveria muito mais «saúde» e muito mais «civilização» se o homicídio fosse todo cor de laranja...

Vip-vip

Na esteira dos pasquins — primeiro foi o «Diabo», depois o «Tempo» — que desataram a publicar as fotos e os factos das gentes «bem» cá desta aldeia, outros vieram apresentar também as suas paginazinhas de Tunchas e Becas, jantaradas e coqueteis, com algumas figuras e alguns figurões políticos a condimentar. Por vezes também aparecia, e continua a aparecer, a face mórbida de alguma realeza, para dar o tom de patina e o odor apropriado a bafio.

Houve mesmo um semanário, o «Semanário», propriamente dito, que se especializou. E então é brindar os seus leitores de extrema-direita com leituras de costureirinha, onde o mexerico real se mistura com o mexerico burguês e a ostentação do novo-rico. Chama-se a revistinha «Olá», a puxar à espanholice de uma congénere que se publica em castelhano. Mas a moda pegou. E não é que vimos, esta semana, o «esquerdíssimo» «Jornal», a interessar-se em primeira página pelos VIPS, filhos do 1.º Ministro, que foram de cruzeiro a Marrocos e que querem continuar na senda familiar da «tercearização», esperando ser um deles cineasta e a outra bailarina? Mas «O Jornal» não se fica por aqui. E brinda o leitor com um suplemento ilustrado com sete páginas, fora a capa, de «escândalos reais», com ladies e princesas, «álbuns familiares» e psicanálise revisteira? Parece que até o «Jornal» se rendeu ao nacional-cavaquismo.

Modas

As modas variam e costuma haver para todos os gostos. Agora, amplamente anunciado a partir de S. Bento, o Governo também quer ditar a moda. E diz que trabalhar é coisa que já não se usa. Com efeito, o ministro das Finanças que, seguindo a moda, falou abundantemente de «modernização» — que certamente é a outra face da «privatização» — achou por bem esclarecer os deputados

Pontos Cardeais

que não é moderno ter um emprego.

«Mais emprego pode conflitar com modernização e produtividade», disse. Perdoemos-lhe o verbo. «Conflitar» querará dizer entrar em conflito, mas já não é moda dizer assim. Mas os desempregados, mesmo que se considerem muito modernos, já não lhe perdoarão a modernice dos despedimentos. E vão decerto «conflitar».

Amigos, veneradores

E... competentes?

Ao mesmo tempo que por todo o lado — ou quase — se vai lendo que Cavaco aposta na competência, tendo mesmo direito a um elogio de Nuno Rocha, há já quem alerte para o facto de que a competência não será a única bitola para as escolhas cavacais. A amizade também será. E então podemos ler num semanário que o 1.º Ministro coloca «amigos do Banco» em lugares-chave. A amizade ainda é uma grande coisa. E erra quem disser que «amigos, amigos, negócios à parte»...

Atestado de menoridade

Um tal senhor de Abreu, em «O Comércio do Porto»,

deitou-se recentemente à análise do papel do PCP na elaboração e defesa da Constituição da República. E como a sua ira cavernícola se reparte de igual modo contra os comunistas e contra a Constituição, decidiu, de uma penada, excomungar a ambos.

Garante o articulista que a Constituição «consagra, na Organização Económica, o Programa do PCP». Assim sendo, ao PCP foi permitido que «governasse tanto ou mais que o partido que estivesse no Governo!» Quer dizer que não tivemos Governo de Cavaco. Nem outros. Sempre presente, o PCP...

Mas não há mal que não tenha remédio, pensa Abreu. Porém, aquele que pretende servir não serve. Insurgindo-se contra a Constituição de 76 e com a mesma depois da primeira revisão, acusa-as de ter passado «um atestado de menoridade às gerações vindouras, exigindo uma maioria de dois terços» para a alterar, «quando, para a aprovar, bastou a maioria simples».

Esquece-se ele que não foi assim tão simples essa maioria. E passa, do mesmo modo, um atestado de menoridade às gerações passadas que, com o PPD de Sá Carneiro, aprovaram a Constituição em 1976...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Toada dos «amigos»

Um português traficante de armas para o Irão tinha um amigo distante que era quase como irmão e esse que era seu amigo coraçozinho de prata tinha outro amigo consigo dentro da negociata e este outro amigo possuía com outro amigo também ligado na hierarquia a um grande amigo, ora bem, que passava a outro, sem mágoa, o trabalho com leite de aos contras da Nicarágua dar a massa do Irangate massa que de amigo a amigo lá ia de mão em mão do português traficante para um amigo doutro amigo tudo amigos do cifrão amigos de amigos vemos se vamos continuar ao certo já nem sabemos onde é que se vai parar tantos são os papa-figos comidos e a comer...

... sem falar doutros amigos já com as barbas a arder...

As ameaças dele

Ao diabo Cavaco pede meças em artes e promessas em jogos e trapaças. Mas p'ra que são tantas ameaças? Mostram que são postizas as bem mal oleadas dobradiças. Ele não fala: cospe-nos tremoços os seus gestos transpiram ranger de ossos e as agrestes dentuças são já escaramuças.

Mas meter medo ao nosso povo? As arruaças? São fumaças, Cavaco, são fumaças...

Os «desprotegidos» do Cavaco

Não é nas grandes coisas, muitas vezes, que há o melhor sinal. Às vezes, das mudanças e revezes diz quanto cabe dentro de um dedal.

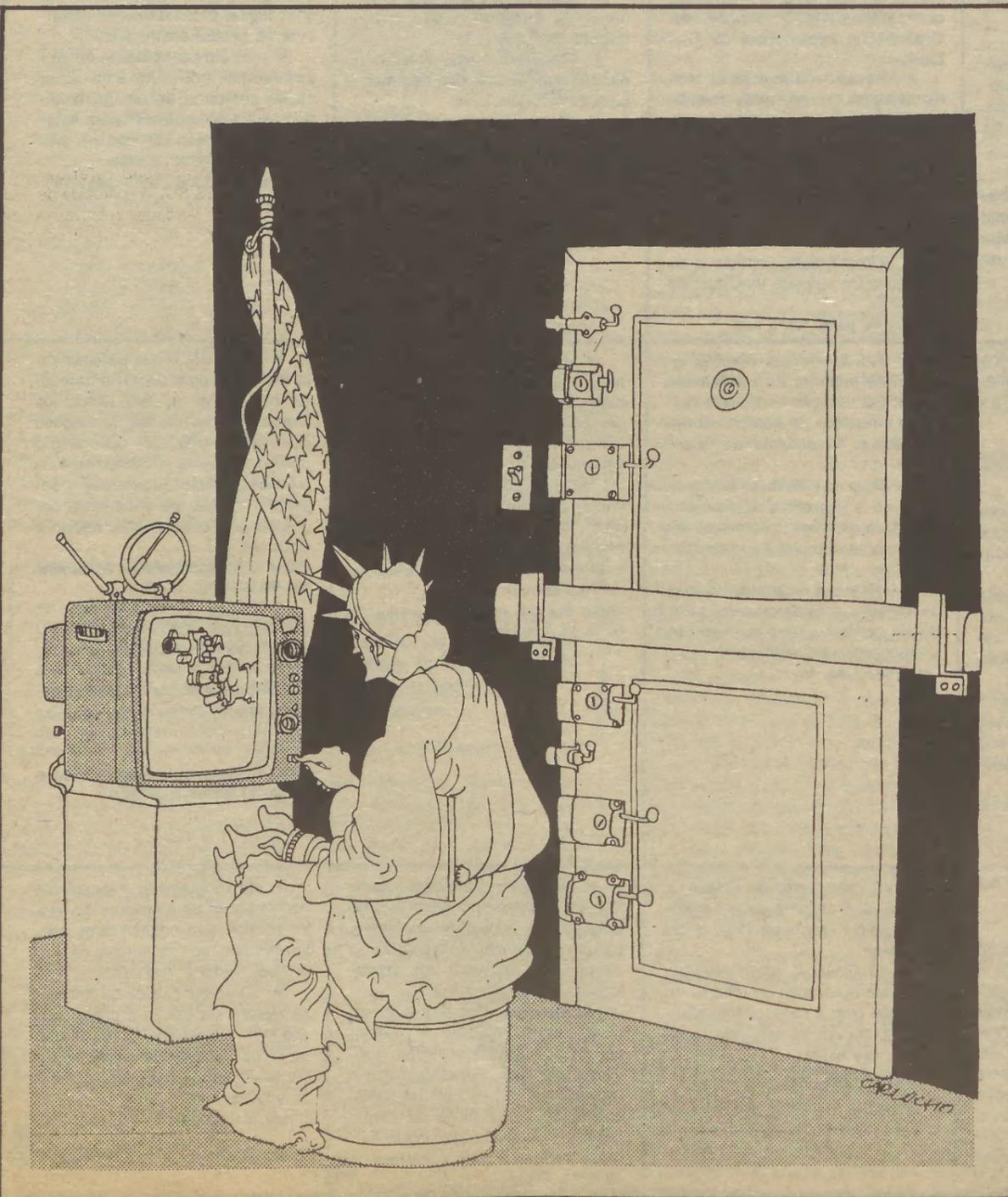
Isto não é mera filosofia ou poesia. Vive connosco ao pé no louco esvoaçar do dia a dia.

Um exemplo de passagem à luz do antiquíssimo saber: vale mais uma imagem que as mais de mil palavras que eu disser.

Cavaco, demagógico orador, entre queixas, vaidades e gemidos, dizia que ia usar a política a favor dos mais desprotegidos.

Porém um caso estranho se passou de fazer calafrios: O Cavaco encontrou os maiores elogios e aplausos sem fim no pasquim do Champallimaud...

É pequeno sinal? Talvez o seja. Talvez venha a caber no tal dedal dos mil significados garantidos. Ora se o trago aqui é só p'ra que se veja abrindo-se este sacco quem afinal são os desprotegidos em que pensa o Cavaco...



Agenda /

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 714

3 de Setembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Leia nas férias

Editorial Caminho..



Mia Couto
VOZES ANOITECIDAS

«O que mais dói na miséria
é a ignorância que ela tem
de si mesma.»

Mia Couto

Escritor e jornalista moçambicano, nascido na Beira em 1955. Além deste livro de contos publicou o livro de poemas *Riaz de Orvalho*.
Prepara actualmente um romance.

Preço: 700\$00

GANHAR DA MÚSICA

ANTÓNIO
VICTORINO
D'ALMEIDA

MÚSICA
E
VARIACÕES



HISTÓRIA DA MÚSICA
OCIDENTAL - I

António Victorino D'Almeida
MÚSICA E VARIACÕES
História da Música Ocidental - I
Apenas aceitaria o título, sempre ambicioso, de *História da Música* para este livro - cujo primeiro volume ora se apresenta - se pudesse esclarecer, em defesa da verdade e do rigor: história da música... que eu conheço!

O leitor encontrará nos dois volumes previstos deste trabalho uma súpula das minhas reflexões sobre a grande aventura da música que me foi dado contactar em termos vivenciais...

António Victorino D'Almeida

«Felicitações à Editorial Caminho porque veio preencher com este livro um vazio que existia nos nossos escaparates».

Maestro Silva Pereira, na sessão de lançamento do livro na Livraria Strauss, em 16/7/87.

Preço: 1100\$00



CARAMBA, KRONK, PARECE
QUE O MATASTE!

TOTALMENTE! É UM MALDITO INÚTIL!...
EM VEZ DE AJUDAR A EMPURRAR OS TRONCOS
ESLONDE-SE A DORMITAR!

PADRÓN, Juan, Cuba in «Prisma Internacional», revista cubana editada em português. Janeiro 1985

TV **O Programa**

Quinta
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Cambalacho», 172.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
14.00 - Foi Êxito na TV - Capitais Culturais da Europa: «Lisboa»
15.00 - Matinée «O Túmulo Indiano», real. Fritz Lang (RFA-Itália/1959, 100 min.)
17.00 - Ponto por Ponto
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.30 - Série «Espaço»
19.20 - Série - «A Prática das Coleções»
20.00 - Telejornal
20.35 - Boletim Meteorológico
20.40 - Série - «Reviver o Passado em Brideshead»
21.35 - Telemundo



22.05 - Série - «Pecados»
23.00 - Notícias

RTP2

- 16.00 - Estádio - «Atletismo: Campeonato do Mundo»
17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes», 77.º epis.
18.00 - Estádio - «Atletismo: Campeonato do Mundo»
20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série - «O Tempo e o Vento»



22.15 - Série - «A Conquista do Espaço»

Sexta
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
14.10 - Foi Êxito na TV - «História das Invenções»
15.00 - Seja Bem Vídeo
17.00 - Ponto por Ponto
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.30 - Série - «Paris St. Lazare», 1.º epis.
19.20 - Memória Audiovisual
20.00 - Telejornal
20.35 - Boletim Meteorológico
20.40 - Mobil nos Caminhos de Portugal
21.05 - Série - «Reviver o Passado em Brideshead»

- 22.00 - Susanne Vega
23.15 - Notícias
23.55 - Pela Noite Dentro - Estranha Revelação», real. Vincente Minnelli, interpr. Katharine Hepburn, Robert Taylor, Robert Mitchum (EUA/1946, 116 min.)

RTP2

- 15.40 - Estádio - «Atletismo: Campeonato do Mundo»



- 17.10 - Telenovela - «Os Emigrantes»
17.55 - Estádio - «Atletismo: Campeonato do Mundo»
19.40 - Desenhos Animados
20.00 - «Hitchcock Apresenta»
20.35 - Série - «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Clube de Jornalistas
22.05 - Série - «Os Desastres da Guerra»
23.00 - Série - «Os Fazedores de Dinheiro»
23.30 - Troféu

Sábado
RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
11.00 - Série - «He Man»
11.20 - Série - «David o Gnome»
11.45 - Série - «O Anel Mágico»
12.10 - Desenhos Animados
12.20 - Série - «O Tempo e o Vento»
13.00 - Jornal da Tarde
13.10 - Série - «Lucky Luke»



- 13.35 - Série - «Akagera»
14.05 - SuperTrinta
14.50 - Série - «Vida Nova Para Comboio Velho»
15.15 - O Recreio dos Lisboa
17.20 - Série - «O Aventureiro»
18.20 - Série - «Os Filhos da Pantera Cor de Rosa»
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.00 - Boletim Meteorológico
21.05 - 7 Folhas

- 21.35 - Bial de Arte - «Marca - Madeira 87»
22.35 - Série - «Hill Street»
23.30 - Cinema da Mela Noite - «FIST», real. Norman Jewison (EUA/1978)

RTP2

- 09.00 - Campeonato do Mundo de Atletismo
10.30 - Compacto Countdown
13.00 - Compacto Cambalacho
15.55 - Troféu
20.00 - Série - «Quem Sai aos Seus...»
20.30 - Série - «Louvre»
21.25 - RTP/Ano 30
22.50 - Troféu

Domingo
RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
11.00 - Terra Santa Maria
11.15 - Missa
12.05 - 70x7
12.30 - TV Rural
13.00 - Jornal de Domingo
13.10 - Série - «Viajar em Portugal»
13.35 - Série - «A Ilha das Borboletas»
14.00 - Desenhos Animados
14.30 - Série - «Lovejoy»
15.20 - Estádio - «Atletismo: Campeonato do Mundo»
17.00 - Primeira Matinée - «Convite à Dança», real. e interpr. Gene Kelly (Grã-Bret./1954, 90 min.)
18.30 - Informação Desportiva
18.55 - Série - «O Justiceiro»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Tempo de Ensaio - Pedro Caldeira Cabral
21.05 - Série - «O Optimista»
21.35 - Série - «Dallas»
22.35 - Domingo Desportivo

RTP2

- 10.00 - Troféu
12.30 - Caminhos
13.15 - Troféu - «Automobilismo: Grande Prémio de Monza»
15.30 - Entre Barreiras
16.00 - Série - «Bulman»
17.00 - Troféu - «Atletismo: Campeonato do Mundo»
19.00 - Palavras Ditas
19.30 - Muslc Box
20.30 - Arte e Letras - Egon Schiele



21.30 - Cineclube «A Viúva Alegre», real. Ernest Lubitsch (1934)
23.20 - Top Video

Segunda
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho» (últ. epis.)

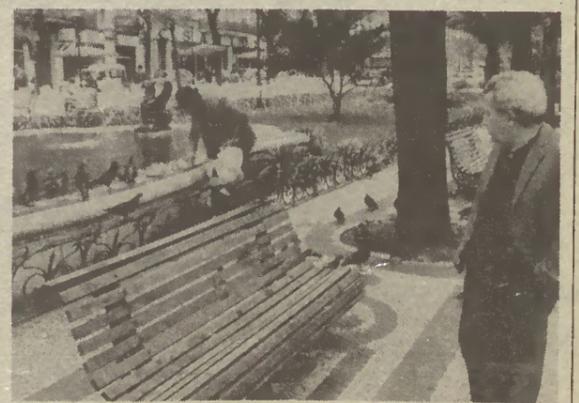
- 13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
14.05 - Foi Êxito na TV: «História das Invenções»
15.00 - Seja Bem Vídeo
17.00 - Ponto por Ponto
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.30 - Série: «Paris St. Lazare»
19.30 - Série: «Missões de Paz» (1.º epis.)
20.00 - Telejornal
20.40 - Boletim Meteorológico
20.45 - Telenovela: «A Casa de Irene» (1.º epis.)
21.15 - Jacqueline Bouvier Kennedy
23.55 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Countdown
19.00 - Simon Show
20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montrade Livros
21.35 - Eugene Onegin. A. Ópera Lírica de Chicago, apresenta «Eugene Onegin», ópera com música de Tchaikovsky com libreto adaptado do romance de Pushkin.

Terça
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - ? (A RTP também não sabe...)
13.30 - Desenhos Animados
14.10 - Foi Êxito na TV: «A História das Invenções»
15.00 - Matinée: «Vera Cruz», real. Robert Aldrich (EUA/1954)
16.35 - Documentário
17.00 - Ponto Por Ponto
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.30 - Série: «Paris St. Lazare»
19.30 - Trânsito
20.00 - Telejornal
20.40 - Boletim Meteorológico
20.45 - Série: «Reviver o Passado em Brideshead»



Lisboa, uma das «Capitais Culturais da Europa» - hoje, RTP-1

- 21.40 - Programa da Direcção de Informação
22.40 - Série: «Brigada Especial»
23.35 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Countdown
19.00 - Simon Show
20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»



- 20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - CinemaDois: «Estilhaços». Real. Susan Seidelman (EUA/1982).

Quarta
RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - ?
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Desenhos Animados
14.10 - Foi Êxito na TV: «História das Invenções»
15.00 - Clipomanias
17.00 - Ponto Por Ponto

- 18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.30 - Série: «Paris St. Lazare»
19.30 - Série: «Ciência - Invenção do Futuro»
20.00 - Telejornal
20.40 - Boletim Meteorológico
20.45 - Vamos Jogar no Totobola
21.00 - A Rapariga (De) Azul
21.20 - Lotação Esgotada: «Ciúme, Ciúmes e Ciumentos». Real. Ettore Scola (Itália/Espanha - 1970)
23.05 - Notícias.

RTP2


- 17.15 - Telenovela: «Os Imigrantes»
18.00 - Countdown
19.00 - Simon Show
20.00 - Série: «Hitchcock Apresenta»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Coração a Quanto Obrigas
22.00 - Clube de Imprensa
22.45 - O Som da Surpresa.

Teatro **O Cartaz**


LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 21.30, dom. às 17.00. O Conde de Novion, de Almeida Garrett, enc. de Paulo Lages, pelo Grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00. Toma Lá Revista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal,

enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Senhoras das Quintas-Felras, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom.

também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

CALDAS DA RAINHA

Casa da Cultura. De 3.ª a dom. às 21.45. Os Rústicos, de Goldoni, enc. de José Peixoto, pelo Teatro da Rainha.

Cinema A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Curto Circuito	—	★★	★★	—	★★
B	Os Dias da Rádio	—	—	—	—	★★★★
C	O Navio	—	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★
D	O Regresso de Jedi	—	—	★★	—	★★
E	Taxi Driver	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★

A — Real. John Badham — Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Woody Allen — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 C — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Richard Marquand — Quarteto/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de ★ a ★★★★★

• LISBOA

Amadeo de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).
«A Arte da Embalagem Tradicional Japonesa». Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 6/9).
Colectiva — Pintura de Dina Moura, Margarida Martins, Paulo Fonseca, Rui Vasconcelos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. Das 11.00 às 16.00 (até 4/9).
Colectiva — «Jo-

vens Artistas II», pintura e escultura. Gal. Escada, R. da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 26/9).
Colectiva — «4 Elementos», pintura de alunos da ESBAL e do Ar.Co. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 16.00 (até 4/9).
Colectiva da António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).
Colectiva — Serigrafia e gravura de artistas portugueses contemporâneos. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30 (até 7/9).
Eduardo Nery — Tapeçaria (retrospectiva), Museu Nac. do Traje, Parque do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

às 17.00 (até fim de Outubro).
Gil Teixeira Lopes — «Gileto — um retorno». Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos. De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30 (até 30/9).
Hernâni Cidade — Biblio-icongráfica, no centenário do seu nascimento. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 17.00 (até 30/9).
Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).
Mantas de Monsaraz — Tapeçaria. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).
Pais Garcia — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00 (até 19/9).

Miranda Justo e Tília Saldanha — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso — COIMBRA.
Colectiva — Pintura e artesanato. Casa do Café, R. Cidade de Leiria, 3. Das 18.00 às 23.00 (até 15/9) — CORROIOS.
Individual de Álvaro Perdigão; colectiva de Bual, Cargaleiro, Kira, outros — pintura, escultura, colagem, tapeçaria, serigrafia. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.00 (até 30/10) — COSTA DA CAPARICA.
Salão de Gravura e Pintura Luso-Brasileira. Galeria do Casino, das 15.00 às 24.00 (até 13/9) — ESTORIL.
III Bienal Nacional de Desenho. Palácio D. Manuel — ÉVORA.
Colectiva — Pintura, desenho, serigrafia, cerâmica, escultura. Galeria Capitol (até 26/9) — LEIRIA.
«A Talha em Portugal» — peças, fotos, documentos. Até 30/9, no Castelo — LEIRIA.
«Um Olhar Sobre Caneças» — Etnográfica, sobre a vila de Caneças. Casa do Adro/Museu Municipal (até 28/9) — LOURES.
João de Sousa Araújo — Pintura sacra. Até 30/9, Palácio Nacional — MAFRA.
Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-NOVO.
Cerâmica da Fábrica Vista Alegre. Até 13/9, Casino — PÓVOA DE VARZIM.
William Beckford e Portugal — Bibliográfica e icongráfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.
Colectiva — (pintores franceses da Provença). Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 4/9) — SETÚBAL.
Maria João Franco — Pintura. Casa de Bogaço/Museu Municipal. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 6/9) — SETÚBAL.
Charles D. Hill — Aquarelas. Gal. de Exposições Temporárias do Museu Regional de Sintra (até 3/9) — SINTRA.
Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 — TAVIRA.
Luis Moutinho — Pintura. Casa das Artes, R. João Vaz Corte-Real, 96 (até 11/9) — TAVIRA.
D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.
John Demos — «Rotações-memória de uma Grécia em extinção», fotografia. Fórum da Feira de S. Mateus — VISEU.



...e ainda Música, debates, etc.



Quinzena da Cultura Angolana

Uma série de manifestações culturais com as quais a Embaixada da República Popular de Angola pretende assinalar a próxima visita a Portugal do presidente José Eduardo dos Santos tem início já na próxima segunda-feira, dia 7, e decorrerá em Lisboa, Porto e Faro. Presente em muitas dessas realizações vai estar o secretário de Estado da Cultura da RPA, Boaventura Cardoso — um dos mais prestigiados contistas angolanos da geração de 70.
 • Para Lisboa estão programados:
 Dia 7, 21.30, 1.ª Sarau de Música e Dança de Angola no Teatro Maria Matos;
 De 8 a 14, exposi-

ção fotográfica no Palácio Foz;
 De 9 a 30, exposição de artesanato no «Pátio Alfacinha»;
 Dia 11, 18.00, encontro sobre Literatura Angolana Sociedade Portuguesa de Autores; ainda um Desfile de Trajes e Penteados Tradicionais Angolanos, às 18.30, no Hotel Ritz.
 Dia 14, 21.30, 2.ª Sarau de Música e Dança no Teatro Maria Matos;
 De 17 a 30 de Setembro, exposição de Artes Plásticas angolanas na Galeria EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 11.
 • No Porto:
 Exposição de Artes Plásticas de 7 a 17/9 na Secretaria de Estado da Cultura, R. António Cardoso, 115;
 Dia 8, 18.30, Desfile de Trajes e Penteados Tradicionais no Hotel Meridien;

Dia 9, 21.30, Sarau de Música e Dança no Teatro Rivoli;
 Dia 10, 18.00, encontro com escritores e palestra sobre literatura angolana na Secretaria de Estado da Cultura.
 • Em Faro:
 Dia 12, 21.30, Sarau de Música e Dança no Cinema Santo António;
 Dia 19, 18.30, desfile de Trajes e Penteados Tradicionais No Hotel Eva.
 Durante esta Quinzena vai ser lançada uma Colectânea de Música da RPA, recentemente editada.

Grande Festa do Circo

Com início marcado para amanhã, realiza-se em Lisboa a Grande Festa do Circo, para comemorar a abertura do Espaço de Animação Circense — Costa do Castelo.
 Do vasto programa, que vai até 20 de Setembro, destacamos: sábado, a partir das 15.00, parada que descerá a Fontes Pereira de Melo em direcção ao Parque Eduardo VII com elefantes, camelos, cavalos, Zés-Pereiras, cabeçudos, gigantes e artistas de circo que integrarão o desfile.
 No Forum Picoas, entre os dias 6 e 13, a partir das 17.00, ac-

tuarão ilusionistas, lançadores de facas, trapezistas, contorcionistas; Kerley Aida — pombas amestradas, Emiliano Young — fakir, Sting Bull — Índios, Zurk — ilusionista, e Nummarendade — grupo de teatro popular. Também aqui estará presente o cinema, entre 5 e 13 às 16.00 e 21.30 no auditório do Forum: «Vai Trabalhar Malandro», de Jerry Lewis; «O Garoto de Chariot», de Charles Chaplin; «Os Saltimbancos», de Manuel Guimarães e a terminar «Os Clowns», de Fellini.

Na Praça do Comércio

nos dias 19 e 20, às 16.00 e 22.00 espectáculo de circo aéreo com os Avelinos em números de funambulismo.
 Uma exposição de pintura e fotografia poderá ser vista no Forum Picoas. Estarão patentes trabalhos de Almada Negreiros, Querubim Lapa, Júlio Pomar, Paula Rego e Jasmim.
Marilyn na Cinemateca
 A contrapor à doentia publicitação da sua vida, que a propósito do 25.º aniversário da sua morte maior parte dos jornais e outros media diariamente se dedicam, a Cinemateca



de Lisboa oferece, a partir de 2.ª-feira, Marilyn Monroe-ela-própria nos filmes que a tornaram conhecida. Alguns, clássicos de um certo tipo (ou de certos tipos) de cinema; alguns, embora poucos, simplesmente «clássicos».
 Eis a programação desta semana:
 Segunda, dia 7, 21.30 — Os Homens Preferem as Loiras, de Howard Hawks (1953);
 Terça, 18.30 —

Como se Conquista um Milionário, de Jean Negulesco (1953); 21.30 — Parada de Estrelas, de Walter Lang (1954);
 Quarta, 18.30 Os Meus Lábios Queimam, de Roy Baker (1952); 21.30 — Eva, de Joseph Mankiewicz.
 O ciclo prossegue até ao dia 18.
 Na Cinemateca os bilhetes só se podem comprar uma hora antes de cada sessão e custam 125\$00.



Stuart Carvalhais (★★★★) na Gulbenkian.

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.
A Fundação Gulbenkian Vista pelas Criações — Trabalhos premiados num concurso promovido junto das escolas oficiais do Ensino Básico entre crianças dos 5 aos 12 anos. Centro Artístico Infantil da Gulbenkian. Todos os dias, excepto 6.ª, das 15.00 às 17.00 (até 25/9).
Gallí Bibiena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00

— ilustrações para revistas, livros, capas de música; óleos e aguarelas. Centro de Arte Moderna da Gulbenkian (Gal. de Exposições Temporárias). 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 13/9).

• PORTO

«O Barco Rabelo». Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).
Colectiva — Arte para Férias». Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

• OUTRAS LOCALIDADES

Artistas Portugueses Contemporâneos — Gal. Municipal de Oeiras, Palácio Anjos. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 (até 15/9) — ALGÉS.
José de Guimarães — Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 2/9) — ALMANSIL.
Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.
João Espírito Santo — Fotografia e seri-

Tempo Fim de Semana



A previsão para o próximo fim-de-semana é a seguinte: céu pouco nublado ou limpo, neblinas ou nevoeiros matinais no litoral durante a manhã. Vento fraco, soprando moderado de noroeste no litoral oeste, durante a tarde. Pequena subida de temperatura.
 (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



a TV

Há ou não ordem para não declarar

Vamos sorrir um pouco agora. Que diabo, um homem não é de pau. E como diziam os antigos, sorrindo se matam os (maus) costumes.

Imaginem o cenário. Estamos no **Telejornal** onde impera o dramático paranóico e não o sorriso honesto.

Estamos pois no **Telejornal**. Aproxima-se um automóvel onde se desloca António Capucho. A reportagem chega-se ao automóvel, o repórter aborda-o no beiral da portinhola. Diálogo, no essencial, assim:

Repórter: **Diz-se que o Prof. Cavaco Silva proibiu os ministros de fazer quaisquer declarações. É verdade?**

Capucho: **Mentira. Se fosse verdade, eu não estava a fazer declarações agora.**

Repórter: **Bem, então quanto ao programa do governo...**

Capucho: **Não tenho mais nada a declarar.**

É de morrer a rir. António Capucho está ali a fazer declarações. Mas não tem nada a declarar. Ou seja: ele confirma aquilo mesmo que quer desmentir...

Chama-se a isto eficácia...

Publicidade

Isto de anedotas, o pior (ou o melhor...) é tomar-lhes o gosto. Depois vai-se por aí fora...

Há dias houve uma grande entrevista com Francisco Balsemão, candidato a um canal de televisão. Não vem a propósito agora mencionar e criticar os pontos de vista de Balsemão, de tão batidos, de tão «cassette» eles são. O que impressionou foi a sua convicção, o seu ar de vencedor. Sente o vento pela ré...

Achei interessante, para mencionar só um caso, aqui da publicidade.

Diz-nos ele que a publicidade da TV é baixíssima, a mais baixa da Europa. Por exemplo, dez vezes mais barata do que aquela que se pratica no canal de Berlusconi — e diz ele que o nível médio do italiano não é dez vezes superior ao nosso.

Bem, em primeiro lugar, em questões de publicidade, não conta apenas a extensão do universo contactado, mas a sua qualidade, a sua especificidade, etc., etc.

Por outro lado, vejamos: se a publicidade na RTP é baixa, a concorrência levaria, diga-se o que se disser, à viciação do preço.

Qual seria, pois, a vantagem da Empresa Pública?

Em Portugal, mandam os portugueses

Teria dado não sei o quê para não ver o que vi, para não ouvir o que ouvi. O que ouvi, apenas treze anos depois do 25 de Abril.

Embora sem funções críticas desde os primeiros tempos da televisão em Portugal, posso dizer que sou telespectador desde os primeiros passos na Feira Popular. E nunca nestes trinta e um anos me foi dado assistir a este espectáculo. Repare-se bem: nem mesmo antes do 25 de Abril aconteceu esta vergonha.

Aconteceu no **Face a Face**. Uma rubrica sem finalidades de operação política mas que, de quando em quando, não se furta a isso. Talvez para, organizado o enquadramento, o efeito ser maior.

O entrevistado era Cardoso e Cunha, militante do PSD destacado para a CEE. O entrevistador, para situar o sujeito que tinha à sua frente, apresentou-o como antigo servidor do grupo CUF. Podia recolher outros elementos mais recentes e igualmente reveladores da personalidade. Mas deve ter preferido adoçar o chá...

Pois a certa altura, Cardoso e Cunha nas calmas, como se dissesse a coisa mais natural do mundo, admitiu que a CEE poderia assumir as decisões vitais para um país como a defesa e a política externa. Quer dizer, Portugal dilui-se na engrenagem europeia dos grandes interesses. Em resumo: se a política deste governo conseguir vingar, deixarão, em Portugal, de mandar os portugueses!

Este homem, leitores amigos, não tem sequer o sentido do ridículo. Ao ser confrontado com as diversidades nacionais europeias, não teve pejo em considerar que tal não seria um óbice: que se vissem, por exemplo, as diferenças entre os habitantes do Texas e do Massachussets — o que não obstava à sua inclusão nos Estados Unidos!

Vejam só: pesam igualmente comunidades e culturas milenariamente sedimentadas e duas regiões recentemente aglutinadas e em circunstâncias históricas bem definidas!

Ficou, de qualquer modo, a ideia de que se tratava de uma opinião pessoal. Começa já por ser condenável que um responsável se dê ao luxo de emitir opiniões pessoais em terrenos tão sensíveis. Mas vamos ficar à espera da atitude do governo perante tão vergonhosa situação. Veremos...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Privatização

A privatização foi o prato forte na imprensa desta semana. Meio encoberta em palavreado tecnocrata, aí está a ofensiva em grande força de retomada do poder pelos grandes grupos monopolistas, aí estão as estratégias para perpetuar o poder que sabe-se ter sido conjunturalmente conseguido. Os extractos da imprensa que respigamos nos jornais ilustram o que acabamos de dizer.

Por outro lado, o camarada Carlos Carvalhas, em fundamentada crónica, trata a ofensiva da privatização no contexto da integração de Portugal na CEE, esclarecendo quais os reais objectivos que se escondem por detrás desta campanha.

Estratégia

Se o plano governamental — que será coordenado pelo chefe do Governo e pelos responsáveis pelas pastas das Finanças e da Indústria — resultar em pleno, dentro de alguns anos haverá em Portugal uma nova classe de pequenos proprietários, de «capitalistas populares».

A estratégia de privatização delineada pelo Governo engloba as empresas públicas e de capitais públicos claramente situadas no sector concorrencial, não incluindo — pelo menos no médio prazo — as empresas de serviços públicos, como, por exemplo, a EDP e as transportadoras.

Sob um ponto de vista técnico, a Cimpor poderá ser considerada a empresa em melhores condições para abrir a série de privatizações: encontra-se financeiramente equilibrada e associada a um sector — a construção civil — que atravessa um período de expansão.

E convém aqui não esquecer que a criação dessa numerosa classe de pequenos proprietários, que votam «com o bolso e não com o coração», é o principal dividendo político das operações de privatização. Os 20 por cento de britânicos que são agora detentores de acções desempenharam um papel fundamental na reeleição de Margaret Thatcher para um terceiro mandato. Cavaco Silva esperará certamente que os portugueses que vão comprar acções das EP's contribuam para dar uma nova maioria ao PSD, daqui a quatro anos.

(Expresso, 29/8/87)

Os grupos e o «capitalismo popular»

Partimos do factor essencial à vida da própria empresa: o empresário, o risco e o lucro; equacionamos o País numa perspectiva estratégica de integração europeia e união aduaneira em 1991; consideramos que deve ser um projecto nacional a criação de grupos económicos nacionais dinâmicos, capazes de autonomamente tomarem as suas decisões em função da conjuntura e não por imperativos políticos ou outros, isto é, grupos económicos não de-

pendentes do Estado ou do estrangeiro.

O facto de a privatização, na fórmula proposta pelo Executivo, ainda em traços gerais, permitir a dispersão do capital social das EP's, entre tanto passadas as Sociedades Anónimas, por trabalhadores e público, ajudará sem dúvida a que as maiorias nessas empresas sejam conseguidas nos 35%, pelo que talvez não fosse despropositado (defendendo-se uma estratégia grupal para a economia), que nas OPV's das desnacionalizações houvesse pelo menos uma reserva de lance para um lote mínimo de 35% de acções por empresa, ao qual estivesse também limitado o acesso de estrangeiros. Será talvez a única maneira de, num prazo relativamente curto, desenvolver grupos económicos capazes de investir, criar emprego e mais-valias no País, sem os hipotecar ao poder político, como acontecia antes da sua destruição em 1975.

(Rui Teixeira Santos em **Semanário**, 29/8/87)

O conteúdo do Programa de Governo e o discurso de Cavaco Silva permitem concluir que a opção escolhida (pelo menos para a privatização, possível com alteração de alguns diplomas legais, de 49% do capital das empresas públicas) será, preferencialmente, a terceira, que venho designando na esteira de terminologia divulgada noutros

países como de «capitalismo popular». No entanto, fica por esclarecer o que acontecerá quanto a privatização dos restantes 51%, assim que a revisão constitucional o autorize.

(José Miguel Júdice em **Semanário**, 29/8/87)

Os interesses e perigos reais

O «grande mercado», concebido numa óptica ultraliberal, visa no essencial adaptar a Europa dos doze às necessidades das multinacionais e aos processos mais eficazes da sua acumulação e reprodução. São já significativos os movimentos de realocização dos processos produtivos de multinacionais instaladas em Portugal (Lever, S. Gobin/Covina, Renault...) transferindo para Espanha a fabricação dos produtos mais avançados tecnologicamente, deixando para o nosso país os menos avançados e de maior utilização de mão-de-obra.

Isto é, para além das regras já em vigor e que afectam a autonomia do sistema económico de cada país, designadamente em relação às Empresas Públicas (EPAC, etc.), obras públicas a concurso internacional, liberdade de estabelecimento..., a CEE quer ainda que os transportes públicos, as telecomunicações, os fornecimentos de gás, etc., possam ser realizados por qualquer transnacional e é para fazer face a este «grande mercado» que a direita argumenta ser necessária a privatização.

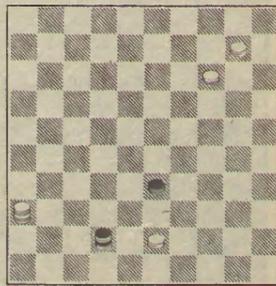
Porquê não o diz, nem demonstra. Ora, dadas as características do nosso sector nacionalizado e o nosso nível de desenvolvimento, um forte e dinâmico sector nacionalizado, é a melhor via para fazer face à concorrência dos gigantes, evitar a «desportugalização» de empresas e sectores ou a sua sujeição aos interesses estrangeiros pela associação dos privados com as grandes transnacionais.

Um forte sector público gerido competentemente e não pelos afluídos políticos, seria uma importante alavanca para fazer face ao «grande mercado interno», aproveitar os nossos recursos e defender os interesses nacionais.

(Carlos Carvalhas em «o diário», 29/8/87)

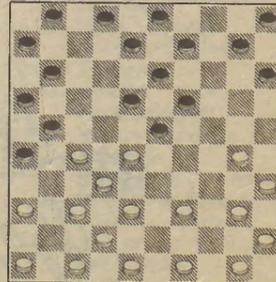
Damas

CXVII — 3 de Setembro de 1987
Proposição N.º 117
Por: Isidore Weisse
França (n.1867-f.1936)
Pr.: [2]: 33-(47)



Br.: [4]: 10-14-(36)-(42)
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 117
Campeonato de França, 1980
Br.: Dalman (Nimes)
Pr.: Bergelin (Ezanville)
Pr.: [17]: 1-2-3-5-6-8-9-10-11-13-15-16-18-19-21-23-26



Br.: [17]: 27-28-30-32-35-36-37-38-39-40-42-45-46-47-48-49-50
Jogam as Brancas e fazem Dama

Soluções do N.º CXVII
N.º 117 (I.W.): 10-5
Se: (42-47) 36-22+
Se: (42-26) 43-38 e 36-31+
Se: (42-48) 43-38 (33x42) 38-47(48x25)47x20+

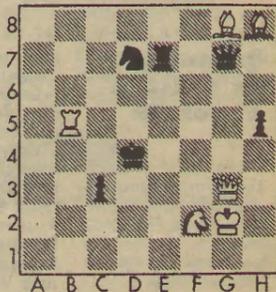
Golpe N.º 117 (D.): 30-24(19x30)28x19(13x24)37-31(26x28)38-33(21x32)33x4+

A. de M.M.

Xadrez

CXVII — 3 de Setembro de 1987

Proposição N.º 117
Por: F. Miro
2.º Prémio, «The Hindou», 1960
Pr.: [6]: Ps.ç3, h5-Cd7-Té7-Dg7-Rd4



Br.: [6]: Cf2-Bs.g8,h8-Tb5-Dg3-Rg2
Mate em 2 lances

Jogo N.º 117
Interzonal de Szirak, 1987
Br.: Salov
Pr.: Andersson

1. d4, Cf6; 2. ç4,é6; 3. Cç3,d5; 4. ç:d5,é:d5; 5. Bg5,ç6; 6. é3,Bé7; 7. Dç2,Cbd7; 8. Bd3,Ch5; 9. B:é7,D:é7; 10. 0-0-0,g6; 11. Rb1,Cb6; 12. h3,Cg7; 13. g4,Bd7; 14. Cf3, 0-0-0; 15. Cé5,Rb8; 16. Tç1,Bç8; 17. Ca4,f6; 18. Cf3,C:a4; 19. D:a4,Cé6; 20. Tç3,Td6; 21. Thç1,b6; 22. b4,Bd7; 23. Cé5,Tç8; 24. Ba6,Tç7; 25. C:ç6+,Td:ç6; 26. T:ç6,T:ç6; 27. T:ç6,Cd8 e as Pretas abandonam.

Solução do N.º 117

Chave: 1. Rh2! (ameaça 2. Dd3)
1..... Dé5; 2. Df4++
1..... Té3; 2. Dd6++
1..... Cç5; 2. Tb4++

A. de M.M.

